

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo



Brasil e Oriente Médio o poder da sociedade civil

Álvaro Vasconcelos
Arlene Clemesha
Feliciano de Sá Guimarães
Organizadores



Organizadores
Álvaro Vasconcelos
Arlene Clemesha
Feliciano de Sá Guimarães

Brasil e Oriente Médio:
o poder da sociedade civil

DOI 10.11606/9788569229032

Instituto de Relações Internacionais
da Universidade de São Paulo

São Paulo
Agosto de 2018

Este livro teve início no debate organizado em outubro de 2015 no IRI-USP e intitulado *Brazil and the Middle East: shaping new patterns of connections?*. Este evento só foi possível graças ao apoio fundamental da FAPESP (Processo nº. 2015/12921-9) e CAPES/PAEP (Processo nº. 1905/2015).

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

**Instituto de Relações Internacionais – Universidade de São Paulo
Corpo Editorial da Biblioteca do IRI-USP**

Direção

Presidente da Comissão de Biblioteca do IRI-USP: Professor Felipe Pereira Loureiro
Presidente da Comissão de Pesquisa: Professora Marislei Nishijima

Conselho Editorial Acadêmico

Presidente da Comissão de Pós-Graduação: Professora Adriana Schor
Presidente da Comissão de Graduação: Professor Felipe Pereira Loureiro
Presidente da Comissão de Extensão: Professor Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Presidente da Comissão de Cooperação Nacional e Internacional: Professora Maria Antonieta Del Tedesco Lins

Conselho Técnico

Professor: Alexandre Luis Moreli Rocha
Professor: Feliciano de Sá Guimarães
Professor: Yi Shin Tang
Professora: Natália Dus Poiatti
Chefe de edição: Giseli Adornato de Aguiar
Editoração eletrônica: Joana Oliveira de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil e Oriente Médio: o poder da sociedade civil [recurso eletrônico]
/ organizado por Álvaro Vasconcelos, Arlene Clemesha e Feliciano de Sá
Guimarães. São Paulo: IRI-USP, 2018.
190 p.

ISBN 978-85-69229-03-2
DOI 10.11606/9788569229032

1. Sociedade civil 2. Oriente Médio 3. Brasil I. Vasconcelos, Álvaro, org.
II. Clemesha, Arlene, org. III. Guimarães, Feliciano de Sá, org. IV. Título.

CDD 23.ed. – 301.09810956

Sumário

Prefácio _____	3
<i>Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari</i>	
Apresentação _____	8
<i>Álvaro Vasconcelos e Arlene Clemesha</i>	
Capítulo 1	
Soft Power: um poder que deve ser utilizado _____	14
<i>Álvaro Vasconcelos</i>	
Capítulo 2	
As Forças do Autoritarismo no Mundo Árabe: entre o velho regime, a governança islâmica e a democracia liberal _____	29
<i>Hussein Kalout</i>	
Capítulo 3	
Entre a cogestão e a irrupção: laços da participação entre Brasil, Tunísia e Egito _____	52
<i>Geraldo Campos</i>	
Capítulo 4	
Brasileiros na Palestina: uma colaboração para romper a paralisia internacional _____	73
<i>Arlene Clemesha</i>	
Capítulo 5	
Construir um diálogo Brasil-Tunísia para a consolidação da democracia _____	94
<i>Cecilia Baeza</i>	
Capítulo 6	
O Discurso da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio no Sistema Multilateral da ONU (1995-2016) _____	113
<i>Feliciano de Sá Guimarães e Letícia Mongelli</i>	
Capítulo 7	
Meta-academia: como as instituições acadêmicas brasileiras estudam o Oriente Médio _____	134
<i>Bruno Camponês do Brasil</i>	
Sobre os autores _____	188

Prefácio

O honroso convite feito pelos professores Álvaro de Vasconcelos e Arlene Clemesha para prefaciar esta obra por eles organizada deu-me muita satisfação, pois possibilitou que eu descreva, mesmo que de maneira sintética, algumas iniciativas às quais dediquei grande atenção no período em que fui vice-diretor e, logo na sequência, diretor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), entre 2011 e 2018.

Reunindo artigos de especialistas sobre o Oriente Médio e o relacionamento do Brasil com aquela região do globo, a coletânea é um dos produtos derivados do empenho na introdução dos estudos de área no âmbito do IRI. Estes estiveram ausentes nos anos iniciais de funcionamento do Instituto, em grande medida em função das características de seu processo de formação.

Com efeito, o curso de bacharelado em relações internacionais, inaugurado em 2002, e o próprio IRI, instalado em 2005 para abrigar esse curso de bacharelado e posteriormente a pós-graduação, nasceram da articulação de unidades da USP que já tinham longa tradição nos estudos de temas internacionais. Assim é que a Faculdade de Direito, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por meio de alguns dos respectivos departamentos e professores, contribuíram, com sua expertise, para a elaboração e implementação do inovador projeto acadêmico consubstanciado no IRI. Os primeiros docentes das disciplinas ministradas no Instituto eram inclusive vinculados funcionalmente e essas unidades, sendo eu mesmo exemplo dessa realidade, já que ingressei na USP através de concurso para provimento de cargo de professor do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito e durante vários anos atuei de forma regular e simultânea no IRI e na minha unidade de origem.

Essa gênese foi de grande importância para a configuração do IRI como um ambiente acentuadamente multidisciplinar, no qual, desde o início, se considerou as relações internacionais como um campo das ciências sociais aplicadas, e não como mera especialidade da ciência política, sendo esta segunda a concepção que ainda predomina no enquadramento acadê-

mico que os estudos de relações internacionais recebem no Brasil.

Todavia, essa marca fundacional da multidisciplinaridade, em si bastante positiva, trouxe consigo um efeito colateral significativo que foi a transposição pura e simples para o IRI de linhas de pesquisa já consolidadas nas unidades originárias dos primeiros professores. Os estudos de direito internacional, economia internacional, política internacional e história das relações internacionais compuseram e ocuparam a agenda de pesquisa do IRI, preservando o mesmo grau de especificidade pré-existente. Mesmo com o ingresso de professores em concursos promovidos já no seio do Instituto, esse quadro não se alterou, posto os certames preservarem essa concepção segmentada para o recrutamento dos novos docentes.

Só com o tempo, e ainda de forma tímida, passou a ter lugar a condução de atividades de pesquisa que, agregando diferentes aportes teóricos, voltaram-se aos chamados estudos de área, em uma dinâmica seguramente mais apropriada à investigação no campo das relações internacionais, de corte essencialmente fenomenológico. Considerados tanto sob a perspectiva das áreas geográficas – América Latina, Europa, China, etc. – como sob a ótica das áreas temáticas – economia política internacional, direitos humanos, segurança internacional, meio ambiente, entre outras –, os estudos de área vêm sendo a marca distintiva dos principais centros de estudos de relações internacionais dispersos pelo mundo.

Essa minha digressão se presta a explicar a importância que foi conferida pelo IRI ao início da realização, em 2014, de estudos mais sistematizados sobre a área geográfica correspondente ao mundo árabe, identificada no ambiente acadêmico internacional pela sigla MENA – correspondente, em inglês, a *Middle East and North Africa*; Oriente Médio e norte da África, em português. Essa especialidade veio se somar a outras que, em estágios diferentes de intensidade e desenvolvimento, passavam a se estruturar no IRI, sendo exemplos os estudos ibero-americanos, que deram origem a um núcleo de apoio à pesquisa e à prestigiosa Cátedra José Bonifácio, os estudos europeu, ancorados em projetos do Programa Jean Monnet, da União Europeia, os estudos norte-americanos, a partir da instalação de uma Cátedra Fulbright no IRI, e, na esfera temática, os estudos sobre migrações e refugiados, que contribuiram acentuadamente na elaboração do novo marco legal brasileiro nessa área.

Os estudos sobre Oriente Médio e norte da África ganharam corpo no IRI em 2014 e 2015, sob a direção do professor colaborador Álvaro de

Vasconcelos. Nesse biênio foram promovidos um curso de extensão, cujas vagas foram objeto de intensa disputa, e um seminário internacional – *Brazil and the Middle East: shaping new patterns of connections?* – apoiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Estudantes de pós-graduação passaram a se dedicar a temas da área, como foi o caso de um dos autores desta coletânea, Bruno Camponês do Brasil, que, sob minha orientação, concluiu e defendeu, em 2017, dissertação de mestrado enfocando aspectos políticos e institucionais da intervenção da Organização das Nações Unidas na Líbia em 2011. A obra que ora prefacio, ao reunir a colaboração de pesquisadores de diferentes origens que se juntaram no IRI, se constitui em mais um produto da atividade de pesquisa realizada pelo Instituto nessa área.

Dono de uma longa e profícua trajetória intelectual e profissional, Álvaro de Vasconcelos exerceu, entre 2007 e 2012, o posto de diretor do Instituto da União Europeia para Estudos de Segurança (ISS), agência europeia sediada em Paris. Em 2014, Álvaro foi acolhido no IRI na qualidade de professor colaborador, tendo permanecido por um ano nessa função. Sua atividade acadêmica se concentrou em dois grandes temas – os desafios e as tendências globais em um mundo em transição e as mudanças sociais e políticas no Oriente Médio e no norte da África –, preocupando-se em enfocá-los sob o prisma da conexão com o Brasil e a sociedade brasileira. O resultado de seu trabalho com o tema das tendências globais também ensejou a produção de uma coletânea por ele organizada, reunindo, da mesma forma que se dá nesta obra sobre o Oriente Médio, seus interlocutores e colaboradores do período passado na USP. Intitulada *O Brasil nas ondas do mundo*, a coletânea foi publicada em 2017, em edição conjunta da Imprensa da Universidade de Coimbra e da Editora da Universidade Federal de Campina Grande.

Para os estudos e as atividades concernentes ao mundo árabe, Álvaro contou com o suporte do IRI e o apoio engajado de dois professores da USP, Arlene Clemesha e Feliciano de Sá Guimarães. Professora do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Arlene disponibilizou seu vasto conhecimento sobre a história e a cultura árabe e se associou a Álvaro em diversas ações, incluindo a organização desta obra. Professor do IRI e um dos articulistas aqui reunidos, Feliciano abrigou Álvaro em sua sala no Instituto e, a partir daí, assessorou-o em todas as démarches acadêmicas e administrativas.

A referência ao papel determinante exercido por Álvaro de Vasconcelos me permite abordar outra iniciativa muito relevante para a estruturação do IRI e na qual também dediquei grande empenho em meus mandatos como dirigente. Trata-se da institucionalização em base regular da figura do professor colaborador. Acatando proposta de minha antecessora na direção do IRI, a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, o Conselho Universitário da USP aprovou, em 2012, resolução estabelecendo especificamente para o Instituto programa de contratação de professores visitantes estrangeiros e de professores colaboradores, os primeiros, docentes de outras universidades, e os colaboradores, especialistas com vivência na prática de relações internacionais, não sendo exigida para estes titulação acadêmica. Embora já previstas nas normas da USP e estando presentes na vida da universidade – notadamente os professores visitantes –, essas figuras ganharam no IRI um regime jurídico especial, com a possibilidade de celebração de contratos de trabalho de prazo longo (até dois anos) e remuneração equivalente à de professor titular.

A figura do professor colaborador, em particular, veio atender uma necessidade decorrente da concepção adotada no IRI para o processo de aquisição de conhecimento em relações internacionais. Ademais da multidisciplinaridade, com o domínio, pelos estudantes e pesquisadores, de uma gama variada de subsídios teóricos, o contato com a operacionalidade da vida internacional sempre foi tido como elemento essencial para a formação do internacionalista. Dessa forma, a possibilidade de se ter no IRI, convivendo com os membros da comunidade acadêmica, pessoas que se notabilizaram nessa seara operacional, é aspecto característico fundamental da orientação pedagógica adotada no Instituto.

E Álvaro, da primeira fornada de contratados do programa, veio a se constituir em prova evidente do acerto dessa política de pessoal docente implementada no IRI. Verdadeira força da natureza, com a enorme energia que dispensou às tarefas de que se desincumbiu tornou-se personagem marcante no cotidiano do Instituto. Sempre mobilizando as pessoas em torno de uma grande variedade de interesses e projetos calcados na sua experiência internacional concreta, seduziu-nos a todos com sua jovialidade e nos fez alegres executores de suas vontades. Esse sucesso contribuiu decisivamente para que o programa se consolidasse e o processo de contratação de professores colaboradores tivesse continuidade.

Concluo, portanto, com a certeza de que, mais do que uma coletânea de artigos sobre um tema de grande importância – o que, por si só, já é uma

realização acadêmica relevante –, a presente obra revela, com sua existência, o acerto da USP ao estimular, através das inovações estruturais introduzidas no ensino e na pesquisa em relações internacionais, a renovação da vida universitária. O leitor terá, assim, o duplo benefício de auferir conhecimento sobre as conexões do Brasil com o Oriente Médio e de tomar contato com experiência universitária que, prestigiando a multidisciplinaridade e a associação entre os universos da teoria e da prática, indica caminhos promissores na perseguição da excelência acadêmica.

São Paulo, março de 2018.

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Professor Titular de Direito Internacional do
Instituto de Relações Internacionais da USP

Apresentação

Brasil e Oriente Médio: sociedade civil e diplomacia

Álvaro Vasconcelos e Arlene Clemesha

O Brasil é um ator desejado, mas com uma presença tímida, no Oriente Médio. Numa região, tragicamente marcada pela guerra e saturada pela presença das grandes potências militares, qual o espaço para o Brasil e qual atuação o país pode ter?

Em 2011, na sequência das revoluções democráticas, conhecidas como “Primavera Árabe”, o interesse pelas experiências de outras transições democráticas, provocou um aumento significativo do interesse pelo Brasil e por sua experiência de transição política, designadamente no que diz respeito às relações político-militares e programas sociais de combate à miséria e à desigualdade. O número significativo de seminários, publicações, e visitas de especialistas, nomeadamente ao Egito e Tunísia, tiveram como foco a temática das experiências de transição democrática. Nesse sentido, Dallari salientou que existiam amplas condições para uma atuação mais efetiva da diplomacia e, sobretudo, da sociedade brasileira na consolidação dos processos democráticos no mundo árabe¹ ao mesmo tempo que tem vindo a sublinhar a particular atenção que deve ser dada à Tunísia nesse processo.

Este livro nasceu da necessidade de intensificar o diálogo entre pesquisadores brasileiros e destes com especialistas árabes do Oriente Médio, por uma melhor compreensão sobre a forma pela qual o Brasil pode cooperar para a paz e para a transição e consolidação da democracia no Oriente Médio. Este tema foi debatido pela primeira vez, no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, em 2015, no âmbito do seminário internacional *Brazil and the Middle East: shaping new patterns of connections?*, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Neste evento diversos especialistas brasileiros e internacionais foram colocados lado a lado para debater temas como transição democrática, consolidação de instituições democráticas, sociedade civil,

1 Vide Dallari, Pedro. 2012. A experiência constitucional brasileira de transição democrática, *Política Externa*, Vol. 21, n.1.

diáspora, imigrantes, diplomacia e conflitos, sempre com a perspectiva de aproximar o Brasil da região árabe.

Os artigos aqui reunidos têm como origem aquele seminário e seguem a lógica de construir pontes de aproximação entre países da região e grupos e experiências brasileiras relacionadas à consolidação da democracia e dos direitos humanos. É certo que recentemente a democracia brasileira sofreu duro estresse com o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a revelação de incríveis casos de corrupção. No entanto, a maioria esmagadora dos atores políticos ainda acredita que a única solução para a crise moral e política é o aprofundamento da democracia e não seu retrocesso.

No primeiro artigo, Álvaro de Vasconcelos ilustra as possibilidades de aproximação e cooperação entre o Brasil e o Oriente Médio em múltiplas frentes. Vasconcelos mostra sobretudo como o *soft power* brasileiro - entendido como a experiência de sucesso da consolidação democrática e melhoria social - é subutilizado tanto pelo governo como pela sociedade. Nas palavras do autor “o Brasil é desejado” pelos países da região, cansados de contínua intromissão das potências tradicionais, e que, de um modo geral, a percepção sobre o Brasil é positiva na região, com a exceção da Turquia.

O segundo artigo, escrito por Hussein Kalout, analisa as razões do fracasso da transição egípcia e os sucessos da tunisiana, levantando as razões para tão diferentes resultados. Na evolução do processo de transição na Tunísia, como no Brasil, o autor salienta ser necessário realçar o papel da sociedade civil e do pluripartidarismo político “que no Egito, Líbia, Iêmen, foram limitados ou até, em alguns casos, suprimidos”. Do seu ponto de vista, a pluralidade evidente na sociedade civil tunisiana, como na brasileira, é sinal de “um avanço sólido e linear rumo à institucionalização da democracia como um valor absoluto”.

Mas quem podem ser os atores brasileiros de uma ação eficaz e coerente no Oriente Médio, que priorize ao mesmo tempo os processos democráticos e a defesa dos Direitos Humanos? A partir dos textos aqui apresentados, a diplomacia brasileira não seria necessariamente o “ator” mais capacitado para contribuir para as transições democráticas de países terceiros. Em consequência do estado de guerra e de regressão democrática ocorrida nos principais países da região - Egito, Iraque, Síria, Iêmen e Líbia - o diálogo bilateral intergovernamental, nos domínios da Democracia e dos Direitos Humanos, tornou-se extremamente difícil e fonte de conflitos diplomáticos. Neste contexto, quase todos os governos têm preferido a opção da *realpolitik*, em detrimento da defesa dos Direitos Humanos.

Nos textos elaborados para este livro e nos debates com especialistas dos países árabes, conclui-se que a sociedade civil é o setor da sociedade brasileira com maior capacidade para desenvolver projetos de cooperação com os seus congêneres do Mundo Árabe. A sociedade civil brasileira é certamente a mais poderosa dentre as sociedades civis dos Estados Membros dos BRICS e a que tem uma maior presença internacional, incluindo nos países do Oriente Médio.

Neste sentido, o artigo de Geraldo Adriano Campos mostra que as relações entre as organizações não governamentais (ONGs) brasileiras e as ONGs dos países do Oriente Médio assumem “alguns traços comuns nas formas de ação política, mas também abrem possibilidades de coalescência entre a sociedade civil no Brasil e no Oriente Médio”. A interação entre o Brasil e o Oriente Médio pode e deve abarcar todo o campo da ação política, mas para o autor, no contexto de guerra e de ditadura, as “formas de participação por irrupção” são a forma de ação a privilegiar.

A agenda brasileira para apoiar os processos políticos no Oriente Médio tem de ter em consideração o papel central que pode desempenhar a sua sociedade civil, mormente numa altura de crise política no Brasil, que condiciona, significativamente, a capacidade da sua diplomacia. Mas as agendas devem adaptar-se às realidades de processos políticos tão diversos como o da ditadura militar egípcia ou o da transição democrática tunisiana. Para Geraldo Campos significa, no caso do Egito, estar “mais próximo de uma interlocução com os elementos políticos presentes na participação por irrupção”. A agenda de interação, num momento de repressão do ativismo social no Oriente Médio, como no Egito, estará, para Geraldo Campos, na procura da afirmação, ao nível, neste caso, nacional, do espaço público, num contexto de lógicas de atuação violenta do braço armado do Estado e de construção da imagem do “inimigo interno”, com o qual as ONGs estrangeiras são identificadas. No Egito as ONGs brasileiras, como as de outros países não são bem-vindas, chegando mesmo a ser hostilizadas. Por esta razão, no Egito as expectativas em relação à ação da sociedade civil brasileira e mesmo à sua diplomacia cingem-se à preocupação com a defesa dos presos políticos e dos ativistas das ONGs e das redes sociais.

Entre as formas de interação é de sublinhar a importância das redes sociais que colocam os ativistas brasileiros e os dos países árabes no mesmo “mundo interconectado”, mundo onde se afirma a noção de humanidade comum. Porém, não é só na “Internet” que se assiste à formação de um “espaço público mundial”, a esta formação assiste-se também nas redes da sociedade civil, o que permite “a conformação de espaços globais contemporâneos

de mobilização política com pautas emancipatórias, papel desempenhado, por exemplo, pelo Fórum Social Mundial desde o início dos anos 2000.” A realização, na Tunísia, do Fórum Social Mundial, em 2013 e em 2015, - iniciativa que nasceu, em 2001 em Porto Alegre -, como proposta de uma (outra) globalização mais justa e social, é um exemplo poderoso da capacidade da sociedade brasileira para “pensar o Mundo”. O objetivo dos Fóruns tem sido a aproximação “com as experiências acumuladas nos processos políticos da região, especialmente com setores mais organizados da sociedade civil, imersos na tentativa de construção de bases para a democratização”, o que na Tunísia continua a ser muito relevante.

Os países árabes não são estranhos à sociedade civil brasileira, não só pelas iniciativas do Fórum Social Mundial, mas também pela ação das ONGs brasileiras, quer em questões relativas à agenda dos Direitos Humanos, quer em questões relativas às agendas do Ambiente e do Desenvolvimento.

É, talvez, na Palestina que a presença brasileira é mais significativa. Há uma atuação conjunta entre movimentos da sociedade civil brasileira e os movimentos de resistência palestina que remonta à própria redemocratização brasileira no início da década de 1980. Em 2013 e 2016 o diálogo construído tornou-se mais que evidente na realização do Fórum Social Mundial Temático da Palestina, em Porto Alegre. Mede-se a presença brasileira na Palestina também, como demonstra Arlene Clemesha em seu artigo, pelo envolvimento de estudantes, artistas, e ativistas que, sob a liderança palestina, e em território palestino, ajudam a retirar do isolamento os movimentos que sofrem diariamente a repressão das leis israelenses e o peso do imobilismo da comunidade internacional.

No que diz respeito à Tunísia, onde os processos de institucionalização das transformações advindas da revolução encontraram canais mais estáveis e organizações cujo protagonismo rendeu até um simbólico Prêmio Nobel da Paz, parece significar mais proximidade com a participação por convite. O processo de consolidação da democracia tunisiana devia merecer toda a atenção da diplomacia e da sociedade civil brasileira. Na Tunísia, contrariamente ao que se passa no Egito, o apoio internacional, incluindo à organização da sociedade civil, é bem-vindo. Em seu artigo Cecília Baeza argumenta que o Brasil, apesar da sua profunda crise política, pode desempenhar um papel de relevo na transição tunisiana, incluindo na sua agenda também os temas que marcam o atual debate brasileiro, pois “são precisamente as lutas da sociedade brasileira para conquistar uma democracia mais justa, inclusiva e transparente assim como os obstáculos nesse caminho, que talvez permitam construir uma ponte entre o gigante sul-americano e o pequeno país norte africano”.

Na agenda brasileira, na sua opinião, deveria ser dada prioridade “à luta contra a pobreza e as desigualdades; as reformas do sistema político e seus desdobramentos; a democratização da justiça e da polícia”, prioridades que decorrem das dificuldades da consolidação democrática na Tunísia, consequência das dificuldades da consolidação dos partidos políticos, das graves disparidades sociais e das exigências da reforma dos sectores da segurança e da justiça. Iniciativas anteriores na Tunísia puseram, com razão, a tônica na troca de experiências sobre os programas sociais brasileiros, em particular os mecanismos de financiamento dos programas que priorizavam crianças e adolescentes, que despertaram grande atenção. Como sublinha Cecília Baeza o “risco, hoje, é que o Brasil perca sua credibilidade na hora de exportar suas políticas sociais embora estas sejam muito necessárias, como no caso da Tunísia”.

E a diplomacia brasileira? Como tem se comportado nos últimos anos em relação ao Oriente Médio? O artigo de Feliciano de Sá Guimarães e Leticia Mongelli avalia os discursos da diplomacia brasileira no sistema multilateral da ONU (Conselho de Segurança, Conselho de Direitos Humanos e Assembleia Geral) desde de 1994 até 2016. Os autores verificaram a crescente tomada de posição do governo brasileiro em assuntos da região. Os diplomatas do Brasil se manifestam cada vez mais e com mais amplitude sobre temas da região. Além disso, importantes votos foram dados contra os interesses de países como EUA. Em suma, os autores observaram o crescente ativismo da diplomacia oficial na região. Por outro lado, fica claro que apenas a ação mais incisiva da diplomacia não é suficiente para que uma aproximação mais concreta se realize. Pelo contrário, se a diplomacia continuar seu ativismo ela precisará do apoio e crítica da sociedade civil brasileira nesse processo para que a participação seja sustentável.

Por fim, o artigo de Bruno Camponês do Brasil mostra que o Oriente Médio ainda é uma baixa prioridade dos estudos universitários, apesar de algum progresso mais recente. O autor observou que a produção acadêmica brasileira a respeito de temas do Oriente Médio é relativamente recente, concentrada nas regiões mais desenvolvidas do território brasileiro, dominada pela Universidade de São Paulo e focada, majoritariamente e em termos absolutos, em assuntos de corte cultural. Há uma crescente produção da área de Relações Internacionais que foca em aspectos mais políticos e voltados às questões suscitadas por este livro, mas o próprio autor salienta dúvidas quanto a sua sustentabilidade. É certo que uma academia mais interessada em assuntos da região promoverá a aproximação que se propõe neste livro.

Da análise dos textos deste volume e do exercício que lhes deu origem, pode-se concluir que o Brasil pode e deve ter uma presença mais ativa e coerente no Oriente Médio e é a sua sociedade civil que tem melhores condições e capacidades para desempenhar esse papel, quer na troca de experiências sobre as transições democráticas, quer na defesa dos Direitos Humanos, quer no acolhimento de refugiados, quer, finalmente, no desenvolvimento de redes inter-regionais e globais. Todavia, para que isso aconteça é categórico vencer a barreira da indiferença e do desconhecimento.

As relações entre o Brasil e os países árabes mais do que serem vistas numa perspectiva bilateral, devem inserir-se numa lógica de procura de criação de um espaço público mundial, no desenvolvimento de um patriotismo planetário e na promoção dos ideais de uma humanidade comum. É com esse objetivo que a sociedade civil brasileira, definindo esta prioridade, poderá assumir um papel de relevo, capitalizando a imagem positiva que tem junto da opinião pública dos países do Oriente Médio.

Capítulo 1

Soft Power brasileiro no Oriente Médio: um poder que deve ser utilizado

Álvaro de Vasconcelos

Nos dias que antecederam o golpe de Estado militar que derrubou o Presidente eleito do Egito, Mohamed Morsi, falei ao telefone com o meu amigo e cúmplice de muitas iniciativas euro-mediterrâneas, Amr Shoubaky, que me disse, iludido então pelo discurso do General Sisi, que também os militares portugueses tinham tomado o poder e tinham permitido um desenvolvimento democrático. Respondi-lhe que, infelizmente, o Egito do General Sisi seria mais semelhante ao exemplo dos militares brasileiros que deram o golpe de 1964 prometendo uma transição democrática, mas que ficaram no poder por mais 20 anos, do que ao do golpe dos portugueses que invocara. A importância da experiência brasileira - de transição democrática e social - foi, em 2011 e 2012, nos meses que se seguiram à queda de Ben Ali e Mubarak, evocada várias vezes em seminários no Egito, na Tunísia e em Marrocos. Porém, cinco anos depois, com o Oriente Médio¹ em desintegração, qual é a relevância do Brasil para os povos da região?

Não sendo o Brasil uma superpotência militar, pareceu-me que, para responder a esta questão, importava começar por inquirir sobre as percepções do Brasil no Oriente Médio, no contexto do papel dos atores exteriores na consolidação dos processos democráticos, na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento. Este texto contém a análise dos resultados de dois inquéritos² que realizei junto de especialistas de política internacional da região, sobre as percepções do Brasil no Oriente Médio³. O primeiro fi-

1 Usamos aqui Oriente Médio, no sentido que lhe dão alguns especialistas árabes, compreendendo uma região que se estende do Irã a Marrocos, incluindo o Mache-rek e o Magrebe.

2 O primeiro Inquérito terminou em fevereiro de 2015 o segundo foi realizado, um ano depois, em fevereiro de 2016.

3 As perguntas foram - Qual é a percepção, em geral, do Brasil, quer do ponto de vista do seu modelo político e social, quer do ponto de vista da sua política internacional? - Que papel para o Brasil, no contexto das atuais mudanças políticas e

cou concluído em 2015, antes do impeachment da Presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff, e o segundo em 2016, quando os efeitos do processo de impeachment já se começavam a fazer sentir. Os inquéritos não têm em consideração o agravamento da crise brasileira e a prisão do Presidente Lula, presidente de um Governo que, para muitos no Oriente Médio, foi capaz de consolidar a democracia e retirar da miséria dezenas de milhões de cidadãos. Não obstante o agravar da crise que, desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, tem marcado o Brasil e um eventual retrocesso democrático poderem alterar significativamente a imagem internacional do Brasil, este *soft power* parece não ter sido ainda fortemente abalado.

Os resultados da análise mencionada foram comparados com os resultados dos inquéritos de opinião pública levados a cabo por instituições de pesquisa como o *Pew Research Center*, nos Estados Unidos. Esta comparação confirma a imagem positiva do Brasil, na maioria dos países da região, mas também confirma uma imagem negativa do Brasil, nos países onde o nacionalismo ideológico tem mais influência junto da opinião pública, como no Egito, na Turquia e na Jordânia.

Finalmente, e antes de concluir, abordo a questão do papel dos atores externos na superação dos desafios políticos, económicos e sociais dos países do sul do Mediterrâneo, bem como no domínio da segurança, a partir, designadamente, da experiência europeia.

Um ator discreto com inquestionável soft power

*Soft power*⁴ é o poder de atração e cooptação que um determinado país goza na relação com terceiros, designadamente, pelo carácter universal do seu modelo político ou social, da sua cultura e da sua política internacional. *Soft power* distingue-se assim de *hard power*, este caracterizado, particularmente, pela capacidade de coagir, nomeadamente, pela força militar ou o recurso a sanções económicas.

Face às respostas dos especialistas inquiridos, podemos considerar que o Brasil desenvolveu, desde os meados dos anos 90, um *soft power* significativo, nomeadamente devido ao seu modelo de desenvolvimento económico e social, por ter sido capaz de combinar crescimento económico com

sociais, nos países árabes do Sul do mediterrâneo?

4 Vide Nye, Joseph. 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

democracia e com combate à pobreza. O modelo de desenvolvimento social do Brasil é referido por todos os entrevistados, bem como o dinamismo da sua sociedade civil e a sua interação com as organizações não governamentais árabes. O sucesso na criação de uma nova classe média e a luta pela justiça social são salientados como sucessos da democracia brasileira. Ao mesmo tempo que o Brasil era visto como um país com posições claras na defesa dos direitos dos palestinos, mas um ator tímido e pouco presente. Na questão Síria, o Brasil é visto como um ator incoerente na defesa dos direitos humanos, demasiado condicionado pelas posições dos demais membros dos BRICS, sobretudo da Rússia.

Um modelo de transição democrática e social

Para Abdallah Saaf⁵, politólogo marroquino, diretor do CERSS de Rabat, o Brasil foi, nos últimos anos, para a sociedade civil árabe, nomeadamente a de esquerda, “a esperança que uma outra política era possível”, pela combinação do crescimento da sua economia com o combate à miséria extrema. Para Saaf, o papel da sociedade civil brasileira, desde os tempos do Fórum Social Mundial, teve um impacto significativo nos ativistas dos direitos humanos que defendem um papel semelhante para as suas organizações na governação dos seus países. A crise brasileira, segundo Abdallah Saaf, “ainda não abalou a convicção, nos países árabes, de que o modelo social brasileiro continua vivo”. “Estamos demasiado envolvidos pela nossa própria crise” para que a crise brasileira ganhe relevo fora de um pequeno grupo de especialistas” - explica. Os casos de corrupção que têm sido tornados públicos no Brasil “ainda só afetaram ligeiramente a imagem do País, que continua, no essencial, a ser positiva”. No entanto, segundo Abdallah Saaf, o agravar da crise política e social “poderá levar a uma alteração significativa das percepções sobre o Brasil”.

Azzam Mahjoub, economista tunisiano, salientou que nos debates sobre a transição democrática, foi citada muitas vezes a experiência brasileira, mormente a constitucionalização dos direitos sociais. Para o deputado do Ennahda Ossama Sghaier, o Brasil tinha uma imagem muito positiva por duas razões: pela sua posição sobre a Palestina e por ser uma economia que cresceu muito nos últimos vinte anos e que “tem muitas potencialidades para voltar a crescer”. Acrescenta existirem expectativas que o Brasil possa con-

5 Entrevistado em 8 de fevereiro de 2016.

tribuir para a diminuição da dependência econômica da Tunísia da Europa”⁶.

Georges Fahim, politólogo egípcio do Carnegie Endowment for International Peace, considera que o Brasil apareceu aos olhos dos democratas egípcios, antes do golpe militar, como um modelo, pela natureza do seu sistema democrático e do seu modelo de desenvolvimento, de resolução das relações político-militares e das relações entre o Estado e a religião. Outros especialistas egípcios entrevistados salientam o fato de o sistema democrático brasileiro ter sido capaz de eleger um operário e uma mulher como presidentes. Este modelo é, segundo um dos entrevistados, prejudicado pela falta de reforma do sector de segurança e pelos casos de corrupção.

Para Luiz Martinez, especialista do Magreb do CERI-Sciences-Po (Paris), a imagem do Brasil está muito ligada ao sucesso da sua transição democrática e ao seu peso econômico. O Brasil, na sua opinião, é um país com empresas com um perfil global onde, apesar dos problemas graves de violência urbana, as instituições continuam a funcionar.

Para Dina El Khawaga, politóloga egípcia, o Brasil é visto como exemplo de “uma democracia pós-militar, como a Índia”. Já a imagem dos Estados Unidos e da UE “está armadilhada pelas suas alianças antiterror com regimes autoritários e, por isso, não dão a importância devida ao papel da sociedade civil, dos ativistas, dos profissionais dos media e dos organismos representativos de estudantes.”

Abdallah Saaf refere o carácter pacífico e o apego ao multilateralismo da política internacional do Brasil, que considera essenciais numa região marcada por guerras e por intervenções estrangeiras que desestruturaram os países do Oriente Médio e facilitaram o crescimento do extremismo. Ainda segundo Abdallah Saaf, o apoio à resolução da questão palestina e a condenação das intervenções militares de Israel na Faixa de Gaza contribuem, também, para o poder de atração do Brasil. A posição dos Governos de Lula e de Dilma Rousseff de apoio ao Estado Palestino, é também referida por quase todos os entrevistados.

Para outro especialista sírio, a participação do Brasil em operações de paz na região, como na UNIFIL e na USMIS, mostra que os brasileiros têm uma grande capacidade para se relacionarem com as populações locais, conferindo ao Brasil a imagem de um país que pode vir a participar numa futura missão de paz na Síria. Segundo o general Moore, que foi o comandante da operação UNSMIS na Síria, “a capacidade de relacionamento dos

6 Entrevista em fevereiro de 2016.

brasileiros que participaram na missão era notável”⁷.

Para Georges Fahim⁸, contudo, a possibilidade de o Brasil ter um papel significativo na resolução dos problemas políticos e de segurança da região é muito limitada, mas poderia ter um papel mais relevante na área humanitária, defendendo uma política mais ativa no quadro das Nações Unidas e através de figuras. Para Fahim, Lula da Silva “poderia ter tido um papel nas crises humanitárias, visitando campos de refugiados, alertando, assim, para a gravidade da situação”. Para Salam Kawakibi⁹, especialista sírio, “a abertura do Brasil em relação aos refugiados sírios de religião muçulmana é um fator positivo que deve ser realçado”. Para Kawakibi, “o Brasil pode reforçar a sua imagem de país aberto e de hospitalidade acolhendo mais refugiados e resolvendo os problemas logísticos que enfrentam à chegada através, nomeadamente, da cooperação com o ACNUR.”

Um membro dos BRICS, aplaudido na Palestina, criticado na Síria

O Brasil é membro dos BRICS e nos países árabes isso é muito mais significativo do que a sua participação nos agrupamentos regionais latino-americanos, tanto mais que dos BRICS faz parte a Rússia, país envolvido na guerra da Síria e de quem depende hoje, em boa medida, o fim do conflito.

Para Abdallah Saaf contribui, para a imagem positiva do Brasil, o fato de ser membro dos BRICS que contestam uma ordem internacional liderada pelos Estados Unidos que, segundo ele, não trouxe nada de bom para os países árabes. No entanto, como o Brasil não é membro permanente do Conselho de Segurança, tem muito menos capacidade do que a Rússia e do que a China de influenciar a política internacional. Para Bassma Kodmani, especialista síria, o fato de o Brasil ser membro dos BRICS “coloca-o numa posição em que pode influenciar a Rússia na questão síria” e, sendo uma das potências democráticas dos BRICS, torna-o um parceiro interessante para a oposição liberal síria.

Contudo, para a maioria dos especialistas entrevistados, o Brasil está excessivamente dependente, na questão síria, dos consensos atingidos nos BRICS onde predomina, segundo eles, a perspectiva russa de apoio ao regi-

7 Ver Alvaro Vasconcelos, *Report: Scenarios for a Peace Mission for Syria*, ARI, November 2014.

8 Entrevista em fevereiro de 2016.

9 Entrevista em fevereiro de 2016.

me de Assad. Para Salam Kawakibi, o Brasil não tem utilizado a sua posição nos BRICS de acordo com os interesses dos democratas sírios e tem, ao alinhar a sua posição com os outros BRICS, perdido identidade internacional e autonomia. Acrescenta que o Brasil devia ter a sua própria política na região mais conforme aos valores que afirma defender na ordem interna, diferenciando-se assim das posições da Rússia e da China. Salam Kawakibi realça ainda que o antiamericanismo é o fator principal do que ele considera ser “o alinhamento do Brasil com as posições russas na questão síria”. Para o especialista libanês Nadim Shehadi¹⁰, a imagem do Brasil, no que diz respeito às questões de política internacional importante para os países Árabes, está ligada à dos BRICS e, segundo ele, “salvo na questão da Palestina, a posição dos BRICS tem sido muitas vezes contrária às aspirações árabes, como o é no caso da Síria”.

Um ator desejado, mas ausente

Para Abdallah Saaf, o Brasil é um ator que cultiva um perfil discreto, que não promoveu o seu modelo social, tornando-o conhecido apenas por especialistas e por parte da elite dos países árabes. Para Azzam Mahjoub, o Brasil é desejado, todavia não está presente de uma forma ativa e visível. Para Oussama Sghaier, “uma maior presença do Brasil seria muito bem-vinda”, embora o veja “ausente da cena política nos países árabes”.

Para Luiz Martinez, o Brasil é um país que se afirma, antes de tudo, na região onde desenvolve uma política autónoma em relação aos EUA. Nesse sentido, segundo ele, iniciativas turco-brasileiras, como as do presidente Lula, com a Turquia, no Irã, ou as posições da presidente Dilma condenando a guerra de Gaza, são mais indicadoras da afirmação dessa autonomia em relação aos Estados Unidos, do que de uma política externa em relação ao Mundo Árabe ou Médio Oriental. O Brasil pode e deve, segundo Luiz Martinez, ter uma presença mais significativa no Oriente Médio e no Magreb. Ao mesmo tempo, para a marroquina Naima Korchi, antiga funcionária das Nações Unidas, os Governos árabes não colocaram o Brasil entre as suas principais prioridades de política externa e de cooperação nos últimos anos, subestimando assim as potencialidades deste país. Acrescenta que as relações culturais não devem ser limitadas pela língua e pela distância.

10 Entrevista em fevereiro de 2016.

O Brasil visto pela opinião pública: soft power apesar das reações nacionalistas

A sondagem sobre a imagem do Brasil, realizada pelo Pew Research Center (PEW), nas vésperas da Copa do Mundo de 2014¹¹, as únicas disponíveis, mostram uma imagem positiva do Brasil em todas as regiões do mundo –, componente do soft power que o Brasil tinha no fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Quadro 1: Percepções do Brasil por regiões

	Favorável	Desfavorável
América Latina	58%	18%
Ásia	55%	25%
Europa	51%	34%
Oriente Médio	44%	36%

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados são, no entanto, à primeira vista, surpreendentes. O Oriente Médio foi a região do Mundo onde a imagem do Brasil se revelou menos positiva e, em três países chave – Turquia, Egito e Jordânia –, revelou-se claramente negativa. Na Tunísia, país onde a revolução democrática foi bem-sucedida, a opinião pública está em sintonia com a percepção positiva do Brasil que têm os especialistas contactados. No Líbano, a percepção positiva pode ser o resultado da enorme comunidade brasileira com origem no país do cedro. No caso dos Palestinos, a imagem positiva deve-se certamente à percepção de um Brasil que teria simpatia pela (sua) causa.

11 Pew Research Center, Spring 2014. <http://www.pewglobal.org/database/indicator/73/survey/all/> e <http://www.pewglobal.org/database/indicator/73/survey/all/response/Unfavorable/>

Quadro 2: Imagem do Brasil no Oriente Médio

	Favorável	Desfavorável
Líbano	54%	36%
Palestina	45%	33%
Tunísia	44%	23%
Egito	35%	64%
Jordânia	30%	70%
Turquia	20%	65%

Fonte: elaborado pelo autor.

O contraste entre a opinião dos especialistas e das sondagens de opinião pública, no Egito, Jordânia e Turquia, pode encontrar uma explicação no fato de os três países mencionados serem países onde a opinião pública manifesta, regra geral, opiniões negativas em relação à maioria dos países do Mundo. O traço comum a estes países não me parece ser o conservadorismo, mas o nacionalismo e a desconfiança em relação às potências estrangeiras. Aliás, dos três países que têm uma opinião claramente negativa sobre o Brasil, a opinião é também maioritariamente negativa em relação aos demais. Ainda assim, a opinião em relação ao Brasil é ligeiramente melhor do que em relação aos EUA e à Rússia. Não existem sondagens para o Brasil depois de 2014. No que diz respeito aos Estados Unidos, a última sondagem da PEW de 2015 mostra que na Jordânia a sua imagem negativa se agravou (83%) e que na Turquia (58%) melhorou ligeiramente, o que é consistente com o apoio da opinião pública turca à campanha contra o ISIS¹².

O nacionalismo é uma tendência forte no Oriente Médio e assume hoje já não apenas as características do nacionalismo árabe, mas sim do nacionalismo identitário de que o Daesh é a expressão mais extrema. O nacionalismo árabe foi a grande corrente política dos processos de independência nacional e de consolidação dos Estados pós-coloniais. Nasser, Bourguiba, Boumédiène e Saddam Hussein impuseram ditaduras laicas, anti-imperialistas, terceiro-mundistas e, durante a Guerra Fria, na maioria dos casos, não alinhadas. A sua relação com os atores exteriores era marcada pelo fato de os europeus terem sido a potência colonial, com tudo o que o colonialismo representou de opressão e de exploração, mas também de influência cultu-

12 JUNE 23, 2015. America's Global Image, *Pew Research Center*.

ral e política, bem como de enorme presença econômica. A estas complexas e contraditórias relações juntaram-se a questão israelo-árabe e as intervenções americanas na região, quer em apoio a Israel, quer para afirmar a sua hegemonia, do que foi exemplo a guerra do Iraque.

Com o fracasso dos nacionalistas árabes na construção de Estados democráticos, prósperos e justos emergiram, como alternativa, não só correntes democráticas, incluindo as do islamismo político, mas também novas formas de nacionalismo extremista, como as do nacionalismo identitário. O nacionalismo identitário assume as formas mais diversas, mas, seja nas suas vertentes pacíficas ou violentas, todas têm em comum a definição de uma identidade excludente, de recusa da pluralidade de identidades de todo o ser humano. Os militares egípcios e o regime sírio, para sobreviverem, apelam ao nacionalismo árabe e apontam os estrangeiros como a fonte de todos os problemas dos seus cidadãos. A consequência é que, dada a influência das correntes nacionalistas, sobretudo as identitárias, os atores exteriores são vistos com suspeição, sejam eles ocidentais ou não - como nos mostram as sondagens.

Quadro3: Imagem comparada - Favorável x Desfavorável do Brasil com EUA e Rússia¹³

	Egípcios	Jordanianos	Turcos
Brasil	64% x 35%	70% x 30%	65% x 20%
Estados Unidos	80% x 10%	80% x 12%	73% x 19%
Rússia	64% x 30%	70% x 25%	66% x 19%

Fonte: elaborado pelo autor.

Implicações políticas das tendências

As sondagens mostram que há países do Oriente Médio em que a

13 Dados dos EUA: Pew Research Center, 2014. <<http://www.pewglobal.org/2014/07/14/global-opposition-to-u-s-surveillance-and-drones-but-limited-harm-to-americas-image/>>. Dados da Rússia: Pew Research Center, 2013. <<http://www.pewglobal.org/2013/09/03/global-opinion-of-russia-mixed/>>. Dados do Brasil: Pew Research Center, 2014. <<http://www.pewglobal.org/database/indicator/73/survey/all/>> e <<http://www.pewglobal.org/database/indicator/73/survey/all/response/Unfavorable/>>.

imagem positiva do Brasil, parte do seu *soft power*, cria condições particularmente favoráveis a uma política ativa - salientado-se a Tunísia, o Líbano e a Palestina.

Nos países em que a imagem é negativa, o fato de a imagem do Brasil ser tão ou menos negativa do que a de outras potências mundiais não implica que o resultado dessas sondagens deva ser considerado com displicência, pois será certamente um fator a ter em consideração no caso de o Brasil querer ter uma presença mais ativa. Se o pretender, enfrentará dificuldades semelhantes às enfrentadas por outras potências exteriores, incluindo no domínio da sociedade civil, para apoiarem processos de reforma política e cooperarem com organizações não governamentais do país. É o que se passa no Egito, onde a denúncia das organizações da sociedade civil estrangeiras é hoje parte importante da estratégia da contrarrevolução militar.

Em 2012, ainda durante o período de transição liderado pela junta militar, vários representantes de ONGs estrangeiras foram ameaçados de prisão e tiveram de abandonar o país, num caso que ficou conhecido como o caso do “financiamento estrangeiro”. Foram proferidas pesadas sentenças embora, devido à pressão americana que suspendeu a ajuda militar, não tenham sido executadas. Ainda assim, o caso do “financiamento estrangeiro” levou ao fechamento dos escritórios no Cairo de várias ONGs internacionais, incluindo aqueles da Fundação Konrad Adenauer e da Fundação Carter. A lei invocada era do tempo de Mubarak e permitia decisões arbitrárias contra organizações que recebiam financiamento exterior. Com o golpe de Estado de Abdel Fattah al-Sisi, de julho de 2013, a repressão sobre as ONGs e os ativistas civis intensificou-se e a lei das ONGs de maio de 2017, segundo os especialistas, contém numerosas restrições à atividade das ONGs no que diz respeito ao financiamento estrangeiro e à ação de organizações estrangeiras no Egito. Depois da sua publicação, oito organizações não governamentais, incluindo o *Human Rights Watch*, declararam que ela “representa um enorme retrocesso para a liberdade de associação no Egito”¹⁴. Estas restrições são agravadas pela aplicação arbitrária aos ativistas da sociedade civil da lei antiterrorista do general Sisi de setembro de 2014, com base na qual um procurador pode propor pesadas penas de prisão, “para quem receber financiamento estrangeiro com o objetivo de pôr em causa o interesse nacional, a paz ou a independência do país ou da sua unidade”¹⁵.

14 <https://www.hrw.org/news/2017/06/02/egypt-new-law-will-crush-civil-society>.

15 Ver Egypt: Renewed Crackdown on Independent Groups, Government Investigating Human Rights Workers, *Human Rights Watch*, June 15, 2015.

A União Europeia e a difícil tarefa dos atores exteriores

As interações da União Europeia e dos seus Estados membros com os países árabes do sul do Mediterrâneo são de uma enorme interdependência econômica e são intensas em praticamente todas as dimensões externas da política internacional dos países europeus, mas têm também uma significativa dimensão interna, que resulta da história colonial, com tudo o que ela representa, da língua, da cultura e das relações humanas, nomeadamente em consequência das comunidades europeias de origem no Magreb. A estes fatores acrescem a rede de instituições euro-mediterrâneas, como a União para o Mediterrâneo, herdeira da parceria euro-mediterrânea, a política de vizinhança, os acordos de associação e o diálogo sobre segurança no mediterrâneo Ocidental. A ambição da política europeia era criar uma comunidade de segurança, com base em acordos de associação, regendo-se por regras europeias. Porém, as relações bilaterais dos Estados membros sempre predominaram, sobretudo em matérias de política externa e de segurança. Apesar dessa rede de acordos, do peso econômico europeu e da influência política dos seus Estados membros, a capacidade de influência da União Europeia varia muito entre o Machrek e o Magreb. No Machrek, região em desintegração, em que a resolução dos problemas pede uma forte unidade e coerência política e mesmo militar, o impacto europeu é muito limitado.

Já nos países do Magreb a presença da União, como ator diplomático e político ou pelo seu apoio à Sociedade civil, é significativa. Exemplos do primeiro são a Síria e o Egito e do segundo a Tunísia e Marrocos. Na questão síria, a União Europeia não é um ator importante do processo de paz e no campo militar só a França e a Grande Bretanha têm presença no apoio à oposição anti-Assad, embora menos importante do que a da Rússia e a dos Estados Unidos ou do que a das potências regionais como o Irã, a Turquia ou a Arábia Saudita. A capacidade de influenciar esses atores é também pouco significativa, mesmo em relação à Turquia, eterno candidato a membro da União Europeia, mas cuja perspectiva de adesão se dissipou. No Egito, a União Europeia, depois de ter hesitado quando da queda de Mubarak, procurou apoiar o Presidente Morsi, mas tem tido uma atitude demasiado tímida em relação às graves violações dos direitos humanos do regime do general Sisi.

A exceção no Oriente Médio é a Palestina onde a União Europeia, durante muitos anos, foi um arauto do imperativo de encontrar uma solução. Desde a declaração de Veneza de 1980, os europeus comprometeram-se a promover “os direitos legítimos dos palestinos”. A União Europeia é, desde então, o principal apoio financeiro da autoridade palestina, todavia a sua ca-

pacidade de influenciar o curso dos acontecimentos foi sempre diminuta, dada a sua incapacidade de juntar ao seu *soft power* uma capacidade eficaz de ação política e, se necessário, militar. Mais, desde 2002, com a formação do Quarteto com os EUA, a Rússia e as Nações Unidas, a singularidade europeia foi-se evaporando.

É no Magreb que uma potência civil como a UE pode combinar melhor a sua capacidade econômica com os objetivos de apoio às reformas políticas e à consolidação democrática na Tunísia, por exemplo, através do apoio à sociedade civil ou à reforma do setor de segurança.

A exceção no Magreb é a Líbia, um Estado frágil, que, como o Iraque e a Síria, viveu, com Kadhafi, sob uma ditadura brutal apoiada numa minoria. Na Líbia, depois de uma mal orientada intervenção, legitimada pelo Conselho de Segurança, para proteger os civis, a comunidade internacional, onde se incluem os Estados europeus, não assumiu a responsabilidade da estabilização do país que se desintegrou em mil milícias e dois Governos. Hoje a Líbia faz parte da guerra regional do Oriente Médio e é um grave fator de instabilidade para os seus vizinhos do Magreb (Tunísia e Argélia).

Influências e exceções mostram os dilemas de uma potência civil nesta região, mas também o imperativo da coerência na defesa dos valores da democracia e dos direitos humanos. A percepção reinante nas opiniões públicas de uma cumplicidade dos Estados europeus com as ditaduras - por medo da alternativa islamista - tirou credibilidade política à União e aos seus Estados membros, precisamente no momento em que era essencial no apoio à transição democrática. Não obstante, na Tunísia, a União Europeia foi capaz de superar esses medos e de apoiar a transição democrática, também pelo apoio à sociedade civil tunisiana e ao diálogo.

A sociedade civil, no seu papel junto dos países árabes, é extremamente relevante porque é a área onde a ação europeia tem mais impacto e onde a sua experiência, no debate sobre o papel dos atores exteriores, é mais significativa. Numa sociedade internacional em rede, as interações entre as sociedades civis são um fator importante das relações de qualquer nação com outra. No caso da União Europeia, o fato de a Comissão Europeia ser uma instituição não estatal permitiu uma série de iniciativas que os Governos teriam dificuldade em apoiar, tanto mais que seriam imediatamente acusados de estarem a interferir nos assuntos internos de outros Estados. A Comissão Europeia apoiou o estabelecimento de uma série de redes euro-mediterrâneas no domínio dos direitos humanos, da economia e da política internacional, com sucessos diversos, ao mesmo tempo que apoiou iniciativas da sociedade civil, como a de promoção dos direitos das mulheres.

A necessidade de distinguir o papel dos Governos na promoção da democracia e dos direitos humanos ficou bem clara no fracasso das iniciativas de promoção democrática da administração Bush, através dos programas vinculados ao projeto do Grande Médio Oriente, razão pela qual a administração Obama diminuiu significativamente os apoios através das Embaixadas e passou a apoiar iniciativas comuns entre as ONGs americanas e médio orientais.

O Brasil e a desintegração do Médio Oriente

O Oriente Médio é, hoje, uma região em Guerra, com, pelo menos três Estados falhados - a Síria, o Iraque e a Líbia - e com o maior país da região, o Egito, sob feroz ditadura militar. Este “estado de guerra” provocou uma crise humanitária de dimensões sem precedentes desde a II Guerra Mundial e gravíssimas violações dos direitos humanos, que transformaram os conflitos da região numa ameaça à paz mundial e ditaram a intervenção direta das grandes potências.

Esta situação obriga o Brasil, como todas as potências com ambição e capacidade de influência mundial, a contribuir para a solução à guerra da Síria e a responder à grave crise humanitária, nomeadamente quanto à questão dos refugiados, quer no quadro das Nações Unidas, quer bilateralmente. Neste contexto, o *soft power* do Brasil pode ser utilizado para a promoção de soluções diplomáticas, mas isso implica muito mais presença e maior envolvimento, incluindo na área das operações de manutenção da paz. O Brasil tem razão em criticar os malefícios da atual escalada internacional em nome da luta contra o terrorismo, porém não pode ficar ausente da procura de soluções alternativas. Numa região dominada pela guerra e marcada por gravíssimas violações dos direitos humanos, o poder de atração dos atores internacionais, junto da opinião pública, depende muito mais da atitude em relação a questões como a ação humanitária do que da velha agenda de defesa da soberania. A União Europeia, incapaz de defender de forma coerente os princípios que enuncia, perdeu credibilidade. O Brasil enfrenta o mesmo dilema, na Síria e no Egito.

Conclusões e recomendações

O Brasil democrático que criara nas duas últimas décadas uma imagem positiva no Oriente Médio era visto como uma potência pós-militar, com um modelo democrático e social que pode servir de exemplo para o combate à miséria na região.

A grave crise política que o Brasil atravessa desde 2015 foi tornando mais irrelevante a ação do Estado brasileiro no Oriente Médio, mas não tirou importância à ação da sua sociedade civil responsável, aos olhos de muitos, por grandes conquistas políticas e sociais dos governos democráticos. Um retrocesso democrático no Brasil ou um desmantelamento dos seus programas sociais enfraqueceria não só a diplomacia brasileira, como também a capacidade da sua sociedade civil.

O fato de a região estar em guerra diminuiu o campo de ação das potências civis, como o Brasil, no que diz respeito à procura de uma solução diplomática para a crise. No entanto, o fato de ser membro dos BRICS é visto como uma oportunidade para influenciar a posição russa, para o que parece necessário ter uma voz mais forte na condenação dos crimes contra a Humanidade na Síria. Se um acordo de paz for alcançado, uma presença do Brasil em forças de manutenção da paz das Nações Unidas não deveria ser descartada.

A relação do Brasil com o Oriente Médio, não se deve resumir às iniciativas governamentais, o papel da sociedade civil é relevante. Seja como for, é preciso ter em consideração que, ao mesmo tempo que existe uma necessidade afirmada de ajuda internacional, o peso do nacionalismo ideológico dificulta o papel dos atores internacionais, incluindo o do Brasil. A dimensão da tragédia humanitária síria faz com que a questão dos refugiados se tenha tornado um problema central e aqui o Brasil, com a sua tradição de abertura, pode desempenhar um papel de acolhimento mais preponderante. Como no caso da União Europeia, será no Magreb, nomeadamente na Tunísia, que a ação da sociedade civil brasileira poderá ser mais eficaz, tirando partido da sua experiência no domínio da transição democrática e da justiça social.

Dos inquéritos já realizados, podem-se definir algumas prioridades, que o Brasil poderia assumir ultrapassada a atual crise política:

- A procura de soluções multilaterais para a guerra da Síria e a subsequente tragédia humanitária;
- O envolvimento na procura de um acordo global para a questão dos refugiados;
- A defesa dos direitos humanos e dos processos democráticos, nomeadamente, nos organismos multilaterais;

- A partilha do know-how, da experiência brasileira da transição, desde o processo Constitucional e das relações político militares à mais recente Comissão Nacional da Verdade;
- A divulgação do modelo social e de desenvolvimento brasileiro, designadamente através de projetos de cooperação com entidades dos países com processos de transição ou reforma, sejam universitárias, sejam públicas ou sindicais;
- Uma presença mais ativa dos agentes econômicos e a promoção de investimentos brasileiros;
- A participação em operações de paz na região, e
- O incentivo às iniciativas da sociedade civil e de outros organismos não estatais.

Capítulo 2

As Forças do Autoritarismo no Mundo Árabe: entre o velho regime, a governança islâmica e a democracia liberal

Hussein Kalout

A instabilidade política e social que aflige diversos países do mundo árabe parece ser a mais aguda da história contemporânea da região, por mesclar impetuosos componentes que confluem para acirrar clivagens estruturais das sociedades locais, tais como: crises de identidade nacionalista, conflitos de cunho étnico e divisões de caráter sectário.

Desde os primórdios das insurreições contra o império turco-otomano no fim do século XIX, passando pelos movimentos de independência contra o domínio colonial europeu em meados do século XX e pela eclosão das sucessivas guerras árabe-israelense na era da guerra fria, não se vislumbrava uma renitente incerteza quanto ao futuro político da região.

No bojo desse inóspito cenário, discutir a consolidação de uma ordem democrática nos países árabes não é uma fácil reflexão. O levante denominado de “primavera árabe” não passou de embrionária ebulição social de reforma e contrarreforma que acabou culminando em resultados heterogêneos e, em diversos casos, em desastres de grandes dimensões.

O que parecia representar o fim de uma era totalitária com a derrocada de vários regimes ditatoriais, acabou, ao fim, culminando na restauração da velha ordem política e reinstalou no poder o antigo regime. Em alguns países, a luta pela democracia perdeu estruturalmente a sua intensidade; em outros; a luta feneceu. A lição remanescente dessa remota experiência, contudo, indica que o processo de democratização no mundo árabe tende a ser complexo, lento e gradual.

A Tunísia, não obstante, parece ser o único país árabe em que de fato as reformas constitucionais apresentaram um avanço, e a consolidação da democracia é uma realidade tangível. Em contrapartida, no Egito, onde havia enorme esperança por transformações, os contrarrevolucionários derubaram o presidente legitimamente eleito e instalaram mais um presidente oriundo dos quadros das forças armadas.

Na Síria, o grito por democracia transformou-se num visceral conflito civil. As ingerências externas no país, notadamente, foram contraproducentes e corroboraram para o surgimento de organizações terroristas de todas as estirpes, entre as quais, o autodenominado grupo terrorista Estado Islâmico.

No Bahrein, as manifestações foram suprimidas a ferro e fogo pelos sauditas, que intervieram militarmente no país para impedir a instauração de qualquer indício alusivo a um possível regime democrático no Golfo. Já na Líbia, imperam a plena anarquia e a fragmentação do território em zonas tribais ocupadas por milícias armadas.

O Iêmen, por sua vez, possui a sua singular e trágica trajetória. O país mais pobre do mundo árabe transformou-se no palco da guerra fria entre os principais detentores do poder político do mundo muçulmano: a Arábia Saudita e o Irã. A queda do ditador Ali Abdullah Saleh parecia conduzir o país para uma real transição democrática. Contudo, o contragolpe impetrado por movimentos políticos alinhados à Arábia Saudita buscavam emplacar no poder as oligarquias do velho regime iemenita no comando do país. A política externa saudita não mediu esforços no intuito de obstruir sistematicamente a possibilidade de uma transição verdadeiramente democrática no Iêmen. Como parte da estratégia das monarquias do Golfo, modelos governamentais independentes podem ser volúveis e suscetíveis à influência de países considerados adversários no tabuleiro regional como, especificamente, o Irã.

O cenário atual apresenta um punhado de Estados falidos. Poucos foram os governos que após a erupção da “primavera árabe” lograram engendrar reformas sociais, políticas ou econômicas com vistas a cumprir com as necessidades e com as demandas de suas sociedades. A ausência de direitos políticos, o controle seletivo da liberdade de expressão, a inexistência de um sistema judiciário independente e transparente e o desrespeito aos direitos humanos, seguem sendo os catalisadores e a força-motriz da insatisfação popular.

À exceção do caso tunisiano, que evoluiu de forma mais dinâmica e organizada rumo a consolidação de um palatável Estado de Direito, é prematuro afirmar que a transformação ocorrida no seio de algumas nações levará à instauração de democracias-liberais no mundo árabe.

Na verdade, o êxito da Tunísia foi facilitado por peculiar combinação de fatores que se apresentavam com alguma escassez em outros arcabouços sociais tais como: homogeneidade da sociedade; a diversidade dos movimentos civis organizados; influência do liberalismo europeu; nível cultural

da população; e a moderação dos partidos islamistas.

Finalmente, o objetivo desse estudo é debruçar-se sobre os pontos de inflexões derivados da “primavera árabe”; analisar as intersecções entre os modelos autoritários e evolução axiológica da transição democrática nos países árabes; efetuar um paralelo analítico comparativo entre as características dos regimes totalitários latino-americanos em justaposição com alguns países daquela região; e contrastar a dinâmica da instalação de uma ordem democrática no Brasil e na Tunísia. Esse ensaio lançará, ainda, um olhar sobre a perspectiva brasileira das transformações no Oriente Médio, em especial, das nações árabes.

A Contrarrevolução e a Pseudodemocracia Egípcia

O experimento democrático no Egito com a vitória do islamita Mohamed Morsi à presidência do país teve vida curta. Entre enormes desafios e desconfiças implacáveis, Morsi sucumbiu à união entre o poderio do *establishment* militar e da oligarquia do velho regime “mubarakista”.

A deposição de Morsi representou, indubitavelmente, um grande revés à construção de uma nova ordem democrática na região, já que o Egito é a maior nação do mundo árabe e seu pulsante coração político.

A queda do ex-presidente egípcio teve seu início desenhado no golpe jurídico-militar impetrado, em 2012, pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, que limitou à revelia da ordem constitucional os poderes do mandatário egípcio ao amputar parte dos direitos que a constituição lhe outorgava. A revogação do poder presidencial de exercer o sagrado direito de comandante-em-chefe da nação demonstrava que as forças armadas remanesciam como uma instância absolutista e “supraconstitucional”. Os militares deixavam sob o seu incontestado controle o processo decisório sobre o orçamento do Estado, as instâncias judiciárias, os poderes da constituinte legislativa e o pleno controle dos aparatos de segurança. Ao presidente Morsi, competia, portanto, a mera “gerência administrativa” do governo.

Tais forças assimétricas culminaram por liquidar com a autoridade presidencial e com capacidade do mandatário de fazer política, em diversos níveis. O Egito vivia sob duas tutelas estatais paralelas e assimétricas. A narrativa de setores das forças armadas de que a situação seria transitória e a restauração das prerrogativas presidenciais dependeria da criação de um elo de confiança entre a Irmandade Muçulmana e as forças armadas era falsa. A usurpação das prerrogativas presidenciais, sob o subterfúgio de

resguardar a segurança nacional, abriam gradualmente o caminho para institucionalização do golpe e a remoção de Mohamed Morsi do poder – que perdia paulatinamente legitimidade junto a porção significativa da população aprofundando a clivagem entre os “pro-Ikhuanjis”¹ e os anti-islamitas.

Com a dissolução do parlamento e sem um poder judiciário independente, os militares reinstituíam, ainda que oficiosamente, a volta da república das forças armadas. A politização do poder judiciário e sua submissão ao controle dos militares expunham a ambiguidade e parcialidade do papel da magistratura na dissolução de litígios entre as variadas correntes das forças civis. Prisões deliberadas e interrogatórios ilegais realizados à revelia das instituições persecutórias civis pavimentaram o caminho de práticas sistêmicas de violações contra os direitos humanos.

Desde o reinado do monarca Farouk à primeira república das forças armadas (1952-2011)², o país sempre foi controlado por um regime autocrático. A oligarquia dominante e o *establishment* militar já temiam na década de 1930 a emergência e a consolidação da Irmandade Muçulmana no poder. Dentre os receios renitentes ganhava tração a narrativa de que a Irmandade instituiria no Egito um regime político com características teocráticas.

A tomada de poder impulsionada pelo General Abdel Fattah al-Sisi, Ministro da Defesa do governo Morsi à época, estava edificada, entre outros fatores, na narrativa da teocratização do Egito pela Irmandade. O golpe de Sisi foi subscrito por agremiações políticas de todas as patologias ideológicas e com o inarredável apoio dos cristãos coptas, da ordem dos advogados, dos sindicatos e do empresariado. O interessante aspecto a ser sublinhando no bojo dessa equação é o poder de coação das forças armadas sobre importantes agremiações políticas como os islamitas do partido salafista Al-Nur e o Mufti de Al-Azhar, que abandonaram Morsi e o partido Justiça e Liberdade³.

O que para Platão e Tocqueville seria a tirania da maioria, para os autores do golpe o processo de remoção de Mohamed Morsi do poder emanava de um consenso nacional.

1 É o codinome dado aos apoiadores leais da Irmandade Muçulmana.

2 A primeira república teve à frente quatro mandatários oriundos dos quadros das forças armadas: Mohamad Naguib, Gamal Abdel Nasser, Anwar al-Sadat e Hosni Mubarak.

3 O Partido Liberdade e Justiça é o nome oficial do partido político fundado pela Irmandade Muçulmana.

Para o general Sissi, o terreno encontrava-se aberto para a tomada da presidência do país, especialmente, após o Supremo Tribunal Constitucional do Egito referendar o golpe de Estado dando-lhe caráter constitucional e legítimo, solapando, por fim, o neófito processo democrático egípcio.

O Erro Estratégica da Irmandade Muçulmana

A chegada da Irmandade Muçulmana ao poder, após quase um século de militância político-religiosa e após sucessivas tentativas de modificar o *status quo* no Egito, deve-se a dois fatores elementares: a) o vácuo político remanescente após a queda de Hosni Mubarak; b) a ausência de forças pluripartidárias organizadas.

A força sociopolítica da Irmandade muçulmana emanava, precipua-mente, das camadas mais desfavorecidas da sociedade egípcia, e que por sua vez, representavam significativa parcela da população do país. A profusão de sua interlocução social e de seu ativismo em setores vitais como saúde e educação funcionavam como políticas públicas que preenchiam as lacunas de políticas públicas e o vácuo deixados pelo Estado.

Apesar de haver logrado uma vitória contundente no pleito eleitoral, o Partido Liberdade e Justiça não logrou galvanizar um diversificado apoio social e dissipar as desconfianças que circundavam sua atuação política após o temporário fim do velho regime. O erro crucial da Irmandade foi, primordialmente, de operar de forma não inclusiva e com um elevado coeficiente ideológico excluindo, sistematicamente, segmentos importantes da sociedade como os cristãos coptas, a burguesia financeira e as forças políticas progressistas da centralidade governamental.

Mesmo que tenha sido democraticamente e legitimamente eleito, o governo Morsi não soube manejar as suscetibilidades políticas do país no período pós-crise. A Irmandade Muçulmana não percebeu que clamar por um governo de união nacional, como ocorreu na fase de transição na Tunísia, teria sido uma fase fundamental no processo de implantação da democracia egípcia. O erro de Morsi foi o de não unir a sociedade em torno das reformas institucionais com a finalidade de conter o ímpeto dos contrarrevolucionários que rechaçavam um modelo de governança capitaneado por um partido político islamista.

Com poucos instrumentos em mãos e no meio de uma crise institucional e econômica, Morsi estava compelido a dar respostas rápidas, especialmente para a classe média e para a elite econômica do país, para arrefecer as

desconfianças em torno de seu governo. A lenta ou anódina reação à reorganização econômica do país, geração de empregos, redução dos níveis da pobreza, acesso à saúde e combate à fome implodiu o frágil capital político de Morsi e uniu os diversos grupos políticos como a oligarquia mubarakista, as forças armadas, a elite empresarial, os cristãos coptas e a classe média contra o governo da Irmandade Muçulmana.

Tarek Masoud⁴ salienta que a ineficiência operacional da Irmandade Muçulmana associada à inserção de emendas constitucionais de viés religioso acelerou o golpe contra o Presidente egípcio. O estopim da crise política no país pode ser matizada a partir da aprovação do referendun constitucional de dezembro de 2012, onde os oponentes da Irmandade Muçulmana argumentavam que a nova constituição conferia vantagens aos projetos políticos do grupo e não protegia suficientemente os direitos civis das minorias. As alegações que ecoaram no mundo ocidental ou que foram taticamente explorados pelos grupos opositores e militares, davam a entender que a nova constituição estava ornamentada por uma roupagem islamista.

No campo das guerras de narrativas, o fato é que a constituição não derivou a partir de um consenso nacional abrangente como ocorreu na Tunísia, por exemplo. Apesar de ter sido referendada democraticamente, a nova constituição era vista como confrontação aos interesses dos detentores do poder no país - os militares e a elite econômica. A rota de colisão entre o Morsi e as forças armadas se tornava cada vez mais factível à medida em que o mandatário egípcio avocava poderes constitucionais para anular os poderes supraconstitucionais do Conselho Supremo das Forças Armadas⁵.

Em julho de 2013, o primeiro presidente democraticamente eleito no Egito, Mohamed Morsi, foi deposto. O presidente da Suprema Corte Constitucional, Adly Mansour, assumia a interinidade da chefia de Estado e revoga a constituição recém-referendada por determinação dos militares. Em janeiro de 2014, uma nova constituição foi instituída após um referendo popular boicotado pela Irmandade Muçulmana e por boa parte da população do país. Em junho de 2014, O General Abdel Fattah al-Sissi, ex-chefe de inteligência das forças armadas, é ungido ao posto presidencial num pleito eleitoral cercado por controvérsias e contestado do ponto de vista da transparência empregada pelas instituições estatais egípcias, em que lhe foi con-

4 MASOUD, Tarek (2014). *Counting Islam: Religion, Class, and Elections in Egypt*. Cambridge University Press.

5 Idem

ferido 96% dos votos válidos⁶.

A in experiência político-governamental das novas lideranças do Partido Liberdade e Justiça acabou por exaurir a volúpia da Irmandade Muçulmana na consecução de projetos de recuperação econômica e, sobretudo, a geração de emprego e renda no país. Associado ao componente socioeconômico, o Presidente Morsi fracassou na tentativa de unir a sociedade em torno da reforma de Estado que pretendia implementar, além de não conseguir, ainda, desvencilhar-se dos aparatos de seguranças vinculados às forças armadas.

As medidas concernentes aos direitos civis como, por exemplo, os direitos humanos das minorias e a igualdade de gênero não passaram de medidas paliativas que por vezes contrariavam o discurso governamental. Apesar de haver alinhavado substancial apoio das massas, o discurso do Partido Liberdade e Justiça era visto ainda como demasiadamente islamista para uma sociedade multifacetada e com certo grau de abertura liberal.

O golpe de Estado impingido pelas forças armadas contra o presidente constitucional, sob o pressuposto de libertar o Egito do neo-islamismo fundamentalista, não trará ao país uma ordem democrática estável e confiável – mesmo Morsi, também, não inspirava temperança e estabilidade com suas políticas refratárias. Desde os anos 1950, as forças armadas jamais deixaram de ser uma estrutura poderosa dentro do aparato estatal e verdadeiros regentes do sistema político do país.

Por fim, a emergência de forças políticas no país de qualquer campo ideológico tem sido, praticamente, obstruída e mantida sob constante vigília. O banimento da Irmandade Muçulmana, e de partidos políticos por ela apoiados, da vida política representa um revés para institucionalização de uma verdadeira ordem democrática no Egito. O controle dos aparatos de segurança e de inteligência sobre o sistema político está entranhado em todos os níveis das instituições estatais. O parlamento egípcio tornou-se uma estrutura impotente e opera como um apêndice do Executivo. Sua competência está restrita pelo poder militar, que possui o supremo comando de revogar qualquer lei aprovada.

A consolidação do Estado democrático de direito e do princípio da separação de poderes, princípios defendidos por Montesquieu em sua obra o

6 Disponível em <<http://english.ahram.org.eg/newscontent/1/64/102841/egypt/politics/-breaking-pec-officially-announces-abdelfattah-elsi.aspx>>. Acessado em 01/10/2015.

Espírito das Leis, bem como pelas reflexões de John Stuart Mill no seu manuscrito Sobre a Liberdade, não fincaram raízes no território egípcio. O Estado egípcio parece não querer se desprender da república dos generais e a emergência de forças civis como alternativas reais de poder no Egito é algo que a sociedade ainda precisa matizar.

Tunísia: o caso real de transição democrática no Mundo Árabe

A Tunísia é, por hora, o único país em que o levante popular denominado de “primavera árabe” parece haver, genuinamente, triunfado.

A reforma do Estado transcorreu, apesar das dificuldades que cercam qualquer processo de transição, de forma negociada e equilibrada entre todos os segmentos da sociedade. A aprovação da nova constituição pós-revolução foi pertinaz resultado de um amplo consenso nacional.

Para os padrões políticos e culturais do mundo árabe, o caso tunisiano se apresenta como um arquétipo heterodoxo de transição democrática. Os fios-condutores do sucesso da democratização da Tunísia foram norteados pelos seguintes aspectos:

- a) o caráter apolítico das forças armadas;
- b) o princípio da corporação militar de não se imiscuir no processo de transição;
- c) nível de desenvolvimento educacional da sociedade;
- d) homogeneidade religiosa;
- e) a moderação dos partidos islamistas;
- f) a ausência de um poder hegemônico e o equilíbrio de forças entre os vários polos poder da nação;
- g) o rechaço a influências e intervenções externas.

Vale assinalar que parte significativa dos itens acima elencados não compôs, por exemplo, a matriz dos vetores que impulsionaram o método de democratização de Egito, Iêmen ou Líbia. O contraste entre Egito e Tunísia é nítido se comparados sob quaisquer prismas aos objetivos e às ações das corporações militares nos dois países. Enquanto na Tunísia o papel das forças armadas esteve sempre restrito à defesa da nação e subordinado ao poder civil, no Egito o papel das forças armadas sempre foi imbuído de elevado grau de promiscuidade política e com interesses institucionais que trans-

grediriam o seu papel constitucional. No Egito, a equação é de fato inversa: é o poder civil que está sujeito à predominância do poder militar.

Ainda, um interessante indicativo que não deve ser ignorado é concernente ao nível do desenvolvimento educacional da sociedade tunisiana em justaposição à egípcia. Importantes dados revelam que o nível do analfabetismo alcança a cifra de cerca de 35% da população do Egito, número que aumenta para 65% entre indivíduos acima de 60 anos⁷.

Outro remanescente fator comparativo inerente à influência de forças estrangeiras poderia se aplicar aos casos da Tunísia e do Iêmen. A ausência de ingerências externas diretas na transição política tunisiana corroborou para a construção de um habitat positivo e facilitou o diálogo nacional. Já no caso iemenita, a desordem social e as fraturas políticas sobre o processo de democratização do país emanam, precipuamente, de interferências externas como, por exemplo, os reflexos da guerra fria pela supremacia do Oriente Médio entre o Irã e a Arábia Saudita.

A Líbia, por sua vez, poderia também ser objeto de estudo comparativo. A função essencial de interferências externas na Líbia obedeceu, na verdade, à outra lógica já que da perspectiva político-estratégica o valor do país árabe africano no mapa regional é baixo. As intervenções externas na Líbia foram vinculadas, especialmente, a sua importância energética via concertação diplomática entre potências ocidentais interessadas *a priori* em operar para a derrubada do regime de Gaddafi e não na maximização de seu poder real no mundo árabe.

Analogamente, contudo, à exceção do Bahrein, cuja eclosão do levante possuía dimensões de ordem vinculativa à representatividade sociopolítica e ao equilíbrio sectário no país, a revolta popular na Tunísia, Egito e o Iêmen tinha como pano de fundo a crise que assolava a própria infraestrutura desses países, com a ausência de liberdade, a má distribuição de renda e os elevados índices de desemprego.

No caso da Tunísia, embora o país tivesse sentido o impacto das graves dificuldades econômicas, reflexos dos erros macroeconômicos e de planejamento e gestão do regime autoritário do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, o rescaldo dos problemas de ordem social gerou algumas instabilidades no período pós-derrocada do regime, mas não arrefeceu o real desejo da sociedade de engendrar reformas democráticas. Fundamentalmente, os tuni-

7 De acordo com dados da *The Egyptian Authority for Educating Adults* (EAEA); UNICEF; Banco Mundial. Disponível em <<http://egyptianstreets.com/2014/09/09/more-than-25-of-egypts-population-illiterate>>. Acessado em 30/09/2015.

sianos souberam dividir o processo de transição em dois segmentos: fundar uma ordem político democrática pluripartidária e, em paralelo, equacionar os problemas de ordem econômica. A formação de um governo tecnocrático sob a liderança de Mehdi Jomaa⁸ foi essencial para o êxito da reorganização econômica do país e serviu como componente facilitador para o êxito do processo de transição.

Em contrapartida, no Egito, assim como no Iêmen, a batalha centralizou-se, essencialmente, na luta pelo poder ao invés da construção de um arcabouço mais amplo de legitimidade para facilitar o processo de reforma. No caso egípcio, as históricas fraturas entre a Irmandade Muçulmana e os militares acabaram por inviabilizar quaisquer mudanças efetivas na solução dos problemas econômicos do país. O Partido Liberdade e Justiça, do deposto presidente Mohamed Morsi, esteve primordialmente preocupado com a construção de sua legitimidade governamental. Um dos pontos neurálgicos atribuídos às inflexões socioeconômicas no Egito, e até no Iêmen, foi justamente a tardia reação política na tentativa de dissolução dos problemas macroeconômicos em ambos os países. Ademais, era latente no caso egípcio o boicote da elite econômica ao governo Morsi com o intuito de impingir propositalmente a validade do voto das urnas com garante primário da legitimidade.

A queda de Ben Ali, em janeiro de 2011, levou a Tunísia enfrentar significativa perda de investimentos estrangeiros, árabes e até mesmo tunisianos. De acordo com a Confederação de Indústria, Comércio e Artesanato da Tunísia, cerca de 300 empresas estrangeiras deixaram o país, causando uma perda de 40.000 empregos⁹. À medida que o diálogo nacional avançava na Tunísia, os investimentos externos no país reapareciam de forma efetiva. A proximidade geográfica da Europa facilitou o intercâmbio comercial e adensou a cooperação em diversas áreas do setor produtivo, como bens e serviços, infraestrutura, telecomunicação e agricultura. Em setembro de 2014, a iniciativa do governo *Tunisia: Start-Up Democracy Conference* atraiu cerca de US\$ 6.5 em investimentos diretos oriundos de diversos países, fato que amortizou os efeitos da crise e facilitou a leve recuperação econômica do país¹⁰.

8 O governo do primeiro-ministro Jomaa ficou incumbido de reorganizar a máquina pública do país de janeiro de 2014 a fevereiro de 2015.

9 Disponível em <<http://www.al-monitor.com/pulse/business/2015/04/tunisia-economy-investments-gulf-egypt-europe-utica.html#ixzz3mUtFBgLI>>. Acessado em 11/09/2015.

10 Disponível em <<http://www.al-monitor.com/pulse/business/2015/04/tunisia>>

A Dinâmica e os Desafios da Primeira Eleição Democrática na Tunísia

A realização da primeira eleição democrática, em dezembro de 2012, conferiu ao partido Islamista Ennahda (Renascença) 89 cadeiras de um total de 217. A majoritária vitória no pleito eleitoral para a formação da Assembleia Constituinte ascendeu o debate sobre as intenções políticas do Partido. A tensão sociopolítica que tomou conta do país face ao viés religioso do Ennahda somente arrefeceu as desconfianças quando o partido islamista aceitou a partilha do poder com os demais partidos nacionais, entre os quais, o Etakatol e o El-Mottamar, ambos de perfil social democrata. Além disso, a concordância em anistiar politicamente membros do velho regime foi vital para amainar a rejeição ao Ennahda e facilitar o processo de diálogo nacional evitando revanchismos e cizânias na construção da ordem democrática do país.

Passado o processo constituinte, o Ennahda tinha clareza de que a sua sobrevivência política no pleito eleitoral de outubro de 2014, que levou à formação da Assembleia dos Representantes do Povo, dependia, em certo grau, da moderação de seu discurso político-religioso e na contenção de suas ambições políticas. O golpe contra a Irmandade Muçulmana no Egito e a perseguição aos seus líderes servira de alerta para o Ennahda. Apesar de pertencerem às mesmas raízes ideológicas e terem se inspirado na Irmandade egípcia, a composição da base e do núcleo político do Ennahda era mais preparada e sofisticada intelectualmente em comparação com o Partido Liberdade e Justiça, face política da Irmandade Muçulmana no Egito.

Contudo, as eleições de outubro de 2014 deram ao partido Nidaa Tunis a vitória com 86 dos assentos no parlamento e o direito de formar a nova coalizão governamental. Seu líder, ex-integrante do velho establishment, Béji Caïd Essebsi, foi eleito Presidente da República na primeira eleição direta e democrática realizada em dezembro de 2014. Já o Ennahda ficou, desta vez, em segundo lugar no pleito parlamentar, obtendo 68 assentos. O partido islamista adotou uma inusitada estratégia de não lançar candidato para disputar o pleito presidencial contra o Essebsi do Nidaa Tunis e Moncef Marzouki do El Mottamar¹¹.

-economy-investments-gulf-egypt-europe-utica.html#ixzz3mUtFBgLI>. Acessado em 11/09/2015.

11 MARZOUKI, Moncef. 2014. Al Rehla. Dar el Adab – Em dezembro de 2011, Marzouki foi eleito pela Assembleia Constituinte tunisiana como presidente transitório do país. Sua escolha deveu-se a sua atuação como ativista no campo dos direitos humanos e como ator político suprapartidário com a missão de implementar

O reposicionamento do Ennahda no tabuleiro da política interna da Tunísia possui uma dimensão reveladora, sobretudo, de como o partido islamista soube estrategicamente calibrar sua ânsia pelo poder e como restringiu a sua aspiração para preservar a sua sobrevivência política no logo prazo. Um dos importantes fatores foi, indubitavelmente, a resiliência do partido Ennahda no manejo das desconfianças e na capacidade de se adaptar ao jogo de conformação de forças entre os demais grupos políticos no país, partilhando a responsabilidade da transição e não assumindo exclusivo protagonismo. No que tange à dissipação das desconfianças conta o Ennahda, cabe apontar três causas: 1) a sua moderada atuação na redação da nova carta constitucional e a aceitação de uma constituição totalmente secular; 2) a decisão de não lançar candidato presidencial nas eleições de 2014; 3) participar do governo de coalizão nacional com o partido secularista Nidaa Tunis ao invés de ir para a oposição.

Os fundadores do Ennahda, indivíduos oriundos das fileiras ideológicas do islamismo salafista e do socialismo pan-arabista – características estranhas ao perfil dos partidos que integram as fileiras do denominado islã político que, via de regra, é ornamentado por traços políticos mais à direita e de corte conservador –, conseguiram se desprender do ideologismo doutrinário que acomete os partidos islamistas centralizado na ideia da construção de uma Ordem Pan-islâmica (*al ūma al islamiya*¹²) ao se desvencilhar da Irmandade Muçulmana no Egito, traçando, de forma assertiva, o ritmo de sua própria revolução através de práticas políticas de relativo progressismo.

É importante, contudo, elucidar que a raiz histórica do Ennahda remonta ao período colonial europeu e é inspirada pelo político islamista Ben Yussef, que defendia a independência integral de toda a região do Magrebe e a consolidação de uma ordem política fundamentada no prisma pan-islamista com traço árabe-nacionalista. A base política do Movimento Yussefista, como ficou conhecido, era integrada por intelectuais, por estamentos do clero e pelas elites tradicionais ligadas ao comércio e à grande propriedade. A fusão de diversos setores sociopolíticos e socioeconômicos da sociedade tunisiana deu ao Ennahda, concomitantemente, características esquerdistas e componentes conservadores. Não obstante, apesar do viés conservador de seu fundador, Rached Al-Ghannouchi, que é influenciado por princípios do salafismo egípcio, o núcleo central do partido possui um corte peculiar de prática política, conformando os denominados “islamistas

a fase de transição.

12 *Al ūma al-islamiya*, numa tradução livre significa a “grande nação islâmica”.

progressistas”.

Apesar da gênese do Partido haver sido inspirada nos princípios “Yusefistas”¹³ de alicerces históricos advindos da própria filosofia da Irmandade, o Ennahda possui uma massa intelectual mais refinada e sua base de apoio é, na média, mais instruída se comparada com o arcabouço da base popular da Irmandade no Egito. Apesar de terem se inspirado nas raízes doutrinárias do neo-islamismo¹⁴ de Hassan Al-Banna e Sayyid Qutb, as características conservadoras do Ennahda foram amainadas e o seu *modus operandi* na política difere transversalmente da Irmandade Muçulmana no Egito.

Todavia, um capítulo estrutural que lapidou a recente história de transição na Tunísia é o inegável papel da sociedade civil e dos sindicatos trabalhistas, como no caso, em particular, da União Geral do Trabalhadores da Tunísia (UGTT), que protagonizou um importante papel ao defender a constituição de uma ordem democrática laica e fundamentada numa carta republicana inclusiva. A força sociopolítica e o ativismo da UGTT contribuíram para a construção de uma ordem sócio-democrática equitativa, com vistas a contemplar a demanda das camadas menos favorecidas da sociedade, abandonada nos anos de Ben-Ali e de seu conglomerado político do Partido Neo Destour¹⁵.

O prêmio Nobel da paz de 2015, outorgado ao Quarteto de Diálogo Nacional da Tunísia – grupos integrado por diversas forças da sociedade civil do país, como sindicatos trabalhistas, associações comerciais, organizações de direitos humanos e ordem dos advogados – por sua atuação na construção de uma democracia pluralista, reflete o extraordinário papel que a sociedade civil desempenhou ao dirimir assimetrias entre as múltiplas forças políticas do país, em vias de colisão, centrando o seu esforço para a

13 CIPRIANO, Paulo (2015). *O processo de transição na Tunísia pós-Ben Ali: Origens, Desafios e Perspectivas*. Tese do LX curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. p. 43.

14 LEWIS, Bernard (1996). Islam and Liberal Democracy: a historical overview. In: *Journal of Democracy*. pp 52-63. Lewis define o conceito de “neo-islã” ou do islã fundamentalista como módulos de interpretações e de ideias religiosas indisponíveis no Alcorão, no Hadith e nas clássicas doutrinas religiosas.

15 O Partido Neo Destour é conhecido também como Novo Partido Liberal constitucional. O Neo Destour liderou o movimento de independência da Tunísia após o tumultuado período durante a segunda guerra mundial. Um de seus proeminentes ideólogos foi o Habib Bourguiba, presidente da Tunísia de 1938-1964.

construção da paz social e de uma genuína ordem democrática no país¹⁶.

No entanto, ainda que tenha havido momentos traumáticos no processo de transição de um regime governamental autocrático para verdadeira ordem de democracia republicana, a Tunísia avançou de forma sólida na consecução de um autêntico ordenamento constitucional forjado pelas forças políticas do país com vista a consolidar as reformas institucionais e, sobretudo, fortalecer o papel do Estado de direito.

Por fim, a Tunísia segue sua caminhada para ser, indiscutivelmente, a primeira nação árabe após décadas de autoritarismo a apresentar traços reais do que se poderia classificar como democracia liberal, assentada na equidade, na liberdade e em valores humanos universais, sem a existência ou a primazia de um poder supranacional a não ser a imperativa vontade do povo. O novo pacto republicano foi erigido na construção de instituições políticas imbuídas de um verdadeiro espírito democrático e de participação pluralista.

A transição tunisiana representa o rompimento do paradigma autoritário que caracterizou os alicerces dos regimes árabes pós-independência colonial e exprime a partir do êxito da “primavera de Jasmin” – como é denominada no idioma árabe a revolução tunisiana – a evolução para um novo paradigma baseado no pluralismo político e identitário, teoremas inéditos para os padrões políticos do mundo árabe¹⁷.

Regimes Totalitários e Transições Democráticas: um paralelo entre a América Latina e o Mundo Árabe

O processo de redemocratização na América Latina em sua acepção social e política guarda, em certa medida, pontuais semelhanças com os desafios enfrentados por alguns países árabes, em especial, o caso da implementação da transição democrática na Tunísia.

A partir de uma perspectiva comparada, no entanto, as diferenças que marcaram a instauração e a abolição de regimes totalitários no subcontinente latino-americano e no mundo árabe evoluíram mediante circunstâncias históricas e políticas distintas, apesar de ambos decorrerem de cer-

16 O quarteto é composto pela União Geral do Trabalhadores, Confederação de Indústria, Comércio e Artesanato, Liga de Direitos Humanos da Tunísia e a Ordem dos Advogados Tunisianos.

17 CIPRIANO, *op. cit.*, p. 01.

ta forma como reflexo político-ideológico da guerra fria.

Uma das assimetrias que marca esse processo histórico comparativo está consubstanciada, primeiramente, na pregressa existência de uma ordem democrática na América Latina vis-à-vis o modelo político que caracterizava o funcionamento das sociedades árabes, predominantemente alicerçado sob regimes autocráticos. Mesmo com relativas imperfeições, os países latinos já haviam experimentado modelos de governança constituídos a partir de democracias representativas e fundadas sob o preceito da separação de poderes.

É importante ressaltar, entretanto, que as origens da emergência de regimes totalitários no mundo árabe se distinguem dos efeitos causais que levaram à instalação de regimes militares na América Latina. Sob a égide da mesma arquitetura geopolítica mundial, o totalitarismo nos países árabes emergiu em resposta ao colonialismo europeu e como reflexo do conflito árabe-israelense, notadamente, no Egito e na Síria. A lógica do embate bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética e a instalação de uma arquitetura regional condimentada por parâmetros vinculantes à segurança coletiva, facilitaram a instauração desses regimes¹⁸.

Em grande medida, a instalação de governos autocráticos, especialmente nos anos pós-independência (1940-1950) era vista como uma necessidade elementar para a estabilização social e defesa da soberania e autodeterminação dos povos árabes. A exemplo de Egito, Líbia e Iraque, a emergência dos regimes militares era fundamentada na necessidade da derrubada de monarquias tirânicas e da elite oligárquica veiculadas, em sua essência, à metrópole europeia. Na verdade, os militares eram vistos como salvadores nacionalistas e eram oriundos das fileiras da classe média, com acentuado componente ideológico à esquerda. As revoluções lideradas por Gamal Abdel Nasser e Muammar Al-Gaddafi, à época, personificavam no mundo árabe o ideal socialista como modelo de governança equânime, nacionalista e, sobretudo, anti-imperialista.

Já na América Latina, a instauração de regimes autoritários, com o apoio dos aparatos de inteligência e de segurança norte-americanos, estava intrinsecamente ligada à retórica do combate ao socialismo e à influência

18 À exceção do Líbano onde o modelo de governo é assentado sob os pilares de uma democracia sectária, os demais países árabes não tiveram uma experiência democrática real em sua história contemporânea. O voto de representatividade e a separação entre os poderes do Estado eram vistos em boa parte dos países árabes como antítese do nacionalismo e da unidade estatal.

soviética na região. A crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, contribuiu para acelerar nos estamentos militares dos países latino-americanos o fervor pela tomada do poder. Os golpes militares perpetrados no Brasil, Chile, Bolívia e Argentina tinham por objetivo o aniquilamento dos grupos políticos de esquerda como no caso de Salvador Allende, no Chile. No caso brasileiro, a derrubada de João Goulart e a perseguição aos movimentos esquerdistas era envolta pela narrativa de que o golpe era ato de proteção à soberania nacional já que as organizações comunistas e socialistas eram vistas como uma ameaça à ordem institucional e rotuladas de “movimentos subversivos”. Apesar dos regimes ditatoriais na América Latina e no Mundo Árabe tomarem o poder no contexto da mesma conjuntura política internacional que demarcou a arquitetura e o funcionamento da ordem mundial, as características ideológicas entre os ditadores árabes e latinos eram díspares e os golpes de Estado ocorreram por motivos antagônicos.

Numa retrospectiva histórico-comparativa, é possível sublinhar que dentre todas as ditaduras árabes, o caso brasileiro guarda alguma semelhança com os traços do regime militar egípcio. A correlação comparativa fica por conta da predominância da corporação militar como estrutura tutelar do Estado. De Castello Branco à Figueiredo, a força da instituição militar era mais premente do que o viés personalista dos generais. No caso egípcio, de Mohammed Naguib à Abdel Fattah al-Sissi, as forças armadas sempre estiveram no centro dos debates e como detentores do controle das instituições estatais – Gamal Abdel Nasser era uma exceção por seu carisma e liderança natural que davam, em alguma medida, um tom de personalismo. Excluindo o Egito, os demais Estados Árabes eram dotados de regimes autocráticos de caráter, exclusivamente, personalista como no caso do Iêmen, Líbia Síria e Iraque. Nesses países, a instituição militar tornou-se um apêndice securitário do poder presidencial¹⁹.

Na Tunísia, no entanto, os regimes autocráticos de Habib Bourguiba (1957-1987) e de Zine El Abidine Ben Ali (1989-2011), eram de ordem civil e a corporação militar não se imbuíu de atuar como um poder supra-estatal paralelo, resignando-se a aceitar a imperativa subordinação à autoridade

19 As monarquias árabes, não obstante, possuem distintas particularidades e não são passíveis de comparação. Ademais, a passagem do poder na Síria ocorreu de Hafez Al-Assad para o seu filho Bachar Al-Assad. No Iraque a passagem do poder estava sendo centralizada nas mãos de Uday Saddam Hussein. Na Líbia o herdeiro natural de Muammar Al-Gaddafi era o seu filho Saif al-Islam. O estudioso egípcio, Firas Al-Atraqch, cunhou o termo de “Al-Gomlokiya”, o que significa ditaduras hereditárias, para definir o padrão desse tipo de transição política.

civil. Ao trasladar a questão da autocracia civil ao composto histórico da política brasileira, notaremos que a assertiva em tela guarda similaridade ao modelo de governo instalado no Brasil na Era Vargas (1930-1945).

Já no que concerne ao processo de transição democrática, não seria discrepante fazer uma analogia entre o modelo brasileiro e o tunisiano. As semelhanças consistem, precipuamente, na dinâmica do contrato social forjado entre as diversas frentes políticas nos dois países e o papel plural da sociedade civil na formatação da ordem democrática e no estabelecimento de uma Assembleia constituinte de caráter pluripartidário. O Brasil é um raro caso de transição negociada, onde os militares restituíam de forma pacífica o poder público à autoridade civil. Apesar da queda de Ben Ali na Tunísia ter transcorrido em meio de uma revolta popular, os passos da transição foram efetuados de forma gradual e negociada entre os integrantes do velho regime e as novas forças políticas. A preservação das instituições estatais e a anistia auferida ao núcleo político de Ben Ali facilitaram a evolução do diálogo nacional e a reforma do Estado. Além disso, não houve no Brasil ou na Tunísia um vácuo institucional ou o desmantelamento vertical das estruturas públicas forjadas pelo velho regime.

A exemplo do processo de transição democrática no Brasil, a atuação de sindicatos, movimentos sociais, elite intelectual, ordem dos advogados e organizações não governamentais foi decisiva no processo de construção da nova Carta Constitucional na Tunísia. Da perspectiva sócio-jurídica, a constituição tunisiana, em comparação com a constituição brasileira de 1988, priorizava com pilares basilares a garantia dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão e o inalienável direito de manifestação política. O apoio à compleição de mecanismos reguladores e persecutórios como, por exemplo, o ministério público, figuraram entre as importantes conquistas com o objetivo de forjarem um novo Estado de direito e uma tácita segurança jurídica.

A internalização da Declaração Universal de Direitos Humanos à nova constituição da Tunísia foi uma condição *sine qua non* para o reconhecimento de que o indivíduo, e não o Estado, está no centro das discussões sobre segurança. Procurou-se no contexto tunisiano a exemplo do brasileiro, consolidar, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, a perspectiva segundo a qual valores humanitários devem se sobrepor a valores estatais. Nesse sentido, o direito à segurança, tomando-se por base o princípio da indivisibilidade e da interdependência, abarcava tanto as garantias a direitos civis e políticos quanto às garantias necessárias à proteção de direitos econômicos, sociais e culturais.

Por fim, ao esboçar um paralelismo analítico acerca da evolução conjuntural do processo de transição da Tunísia ou até do Brasil, em justaposição com as demais nações, notaremos que o papel da sociedade civil e o pluripartidarismo político seja no Egito, Líbia, Iêmen, foram limitados ou até, em alguns casos, suprimidos.

Assim como o Brasil, a Tunísia atualmente congrega agremiações políticas de todas as orientações ideológicas e de todas as classes sociopolíticas, indicando que há um avanço sólido e linear rumo à institucionalização da democracia com um valor absoluto.

Democracia, Cultura e Religião e suas forças motrizes

Um dos pontos estruturais das revoltas árabes foi, decisivamente, a capacidade da sociedade civil de desafiar a ordem política imposta pelo velho regime. Parecia haver, contudo, três caminhos irreconciliáveis em que apenas um poderia, eventualmente, prevalecer: o islã político; a democracia secular; a elite oligárquica vinculada aos regimes autoritários.

Para Hicham Ben Abdallah El-Alaoui²⁰, além do tradicional nacionalismo pós-colonial, fossilizado nos regimes autoritários, e das formas de resistência que se exprimem nas organizações islamistas, existe também outro movimento entre os árabes: o secular. Atualmente, estas três vertentes disputam a região, cujo futuro pós-crise permanece indefinido.

Já Marc Tessler²¹ salienta que o maior adversário para as transformações democráticas no mundo árabe é a cultura política daquelas sociedades. Nesse sentido, é possível depurar que não importa se a linha escolhida é da governança islâmica ou o secularismo liberal, o fator cultural seguirá sendo transcendental sobre o regime de governança escolhido nos países árabes.

As duas assertivas nos apresentam, grosso modo, dois resultados: 1) A inviabilidade da acomodação dos três movimentos num mesmo composto governamental; 2) O fator cultural é o fio condutor de transformações, não importando o arcabouço social.

20 EL-ALAOUI, Hicham Ben Abdallah (2009). *Le Monde Diplomatique*, edição Agosto de 2009. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=379>>. Acessado em 12/08/2015.

21 TESSLER, Mark (2002). *Islam and Democracy in the Middle East: The Impact of Religious Orientations on Attitudes toward Democracy in Four Arab Countries*. *Comparative Politics*. Vol. 34, No. 3 (Apr., 2002), pp. 337-354.

Não obstante, tanto o raciocínio de El-Alaoui quanto o de Tessler trazem consigo um viés analítico ornamentado por algumas vicissitudes. Primeiro, é importante compreender que, em cada país árabe, a revolta popular seguiu o seu curso e moldada por acontecimentos de ordem interna e externa por vezes díspares. O caso do Bahrein, por exemplo, independia de qualquer correlação de valor cultural. Até no caso iemenita, o valor cultural enquanto assertiva se tornou impotente na medida em que por meio de intervenções externas se amputou a possibilidade de um diálogo nacional para construir um consenso balanceado com fins a promover transformações democráticas. Já o caso da Tunísia demonstra com assertividade a possibilidade de aglutinar num mesmo composto os três movimentos – Ennahda como representante da governança islâmica, Nidaa Tunis como guardião do velho regime e o El Mottamar como o porta-voz da democracia secular liberal – e forjar uma transição verdadeiramente democrática.

O sucesso da transição democrática da Tunísia desafia, portanto, a *rationale* de El-Alaoui de que as sociedades árabes estão fadadas a escolher entre a governança islâmica, o velho regime autocrático ou a democracia secular, sem que se pudesse haver uma concertação em nível de diálogo nacional entre essas três vertentes. Ainda, a experiência tunisiana expõe, em alguma medida, a dialética de Tessler ao demonstrar que o nível educacional da população e de sua elite é o verdadeiro vetor cultural – e não um tradicionalismo cultural arraigado na classe política.

No caso particular da Tunísia, a erosão do monopólio de poder do partido Neo Destour de Ben Ali e o consenso nacional para avançar no processo de transição impediu o surgimento de movimentos contrarrevolucionários. Já no Egito, persiste no poder um novo velho regime com roupagem pseudodemocrática.

No Egito, a vitória majoritária dos partidos islâmicos transcorreu num vácuo da inexistência da atuação do Estado junto aos grupos sociais marginalizados. A assunção no meio da “primavera árabe” de agremiações religiosas como a Irmandade Muçulmana era previsível, tendo em vista que tais conglomerados existiam como forças sociopolíticas organizadas e possuíam profunda interlocução social. Ao longo das últimas três décadas, a crescente exclusão social abriu espaço para que tais grupos pudessem emergir como alternativas.

Na complexa e vibrante organização social egípcia não haveria, em quaisquer circunstâncias, espaço para a instituição de um governo teocrático como modelo político. O receio das forças armadas egípcias remontava, sobretudo, na capacidade da Irmandade de lograr êxito na composição de

alianças entre o Islã Político e as forças seculares, principalmente, à esquerda. Nesse cenário, o papel das forças armadas seria adjacente e que levaria a corporação militar a uma perda paulatina de poder.

Referências

Art, Robert J., and Waltz, Kenneth. *The Use of Force: International Politics and Foreign Policy*. Boston: Little, Brown, 1971.

Ayoub, Mahmoud. *Islam: Faith and History*. Oxford. Oneworld Publications. 2004.

Brooks, Stephen and Wohlforth, William. Power, Globalization, and the End of the Cold War Reevaluating a Landmark Case for Ideas. *International Security*, Vol. 25, No. 3 (Winter 2000/01).

Brownlee, Jason, Masoud, Tarek E., and Reynolds, Andrew. *The Arab Spring: Pathways of Repression and Reform*. 2015.

Davidson, Christopher. *After the Sheikhs: The Coming Collapse of the Gulf Monarchies*. London. Hurst. 2012.

Cipriano, Paulo. *O processo de transição na Tunísia pós-Ben Ali: Origens, Desafios e Perspectivas*. Ministério das Relações Exteriores. 2015.

El-Alaoui, Hicham Ben Abdallah. *Le Monde Diplomatique*, edição Agosto de 2009.

Fawcett, Louise L'Estrange. *International Relations of the Middle East*. Oxford University Press, 2005.

Feldman, Noah. *After Jihad: America and the Struggle for Islamic Democracy*. 1st ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2003.

Feldman, Noah. *The Fall and Rise of the Islamic State*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

Fukuyama, Francis. *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. First ed. 2014.

Fukuyama, Francis. *Nation-building: Beyond Afghanistan and Iraq*. Forum on Constructive Capitalism. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

Halliday, Fred. *Nation and Religion in the Middle East*. London: Saqi, 2000.

Halliday, Fred. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and*

- Ideology. *Contemporary Middle East*; 4. Cambridge, UK; New York: Cambridge, 2005.
- Herb, Michael. *All in Family: Absolutism, Revolution, and Democracy in the Middle Eastern Monarchies*. New York University Press. 1999.
- Hokayem, Emile. *Syria's Uprising and the Fracturing of the Levant*. Adelphi (Series) (*International Institute for Strategic Studies*); 438. Abingdon: Routledge for the International Institute for Strategic Studies, 2013.
- Ikenberry, John G., *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis and Transformation of the American World Order*.
- Kennan, George F., and Mearsheimer, John J. *American Diplomacy*. 60th-anniversary Expanded ed. Chicago; London: University of Chicago Press, 2012.
- Khalidi, Rashid. *Brokers of Deceit: How the US Has Undermined Peace in the Middle East*. 2013.
- Khalidi, Rashid. *Al-'Irāq Wa-al-imbrātūrīyah Al-Amrīkiyah: Hal Yastatī'u Al-Amrīkiyūn Al-'Arab Al-ta'thīr Fī Al-siyāsah Al-Amrīkiyah Fī Al-Sharq Al-Awsat?* 1ed. *Silsilat Muhādarāt Al-Imārāt*; 113. Abū Zaby: Markaz Al-Imārāt Lil-Dirāsāt Wa-al-Buhūth Al-Istrātījiyah, 2008.
- Kersten, Carol. *The Caliphate and Islamic Statehood: Formation, Fragmentation and Modern Interpretation*. *Critical Surveys in Islamic Studies*. 2015.
- Lacroix, Stéphane. *Awakening Islam: The Politics of Religious Dissent in Saudi Arabia*. Harvard University Press. 2011.
- Lewis, Bernard. *Faith and Power: Religion and Politics in the Middle East*. New York: Oxford University Press, 2010.
- Lewis, Bernard. *Islam and Liberal Democracy: a historical overview*. *Journal of Democracy*. 1996. pp 52-63.
- Levitsky, Steve & WAY, Lucan A. *Comparative Authoritarianism: Hybrid Regimes after the cold war*. 2010.
- Mabon, Simon. *The Middle Eastern 'Great Game'*. *Foreign Policy Centre*, Jun 2013, 4 pp.
- Mabon, Simon. *Ethnic Identity and the State in Iran*. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 2013, Vol.40(4), p.481-482 [Peer Reviewed Journal].
- Marzouki, Moncef. *Al-Rehla*. Dar el Adab. 2014.

- Masoud, Tarek. *Counting Islam: Religion, Class, and Elections in Egypt*. Cambridge University Press. 2014.
- Mearsheimer, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. Updated ed. New York: W.W. Norton, 2014.
- Meijer, Roel, Ed. *Global Salafism: Islam's New Religious Movement*. New York: Columbia University Press. 2009.
- Nasr, Seyyed Vali Reza. *The Dispensable Nation: American Foreign Policy in Retreat*. First ed. 2013.
- Nasr, Vali. *Islamic Leviathan: Islam and the Making of State Power*. Oxford University Press. 2001.
- Nizameddin, Talal. *Putin's New Order in the Middle East*. Oxford University Press. 2013.
- Nye, Joseph S. *The Future of Power*. 1st ed. New York: Public Affairs, 2011.
- Polk, William Roe. *Violent Politics: A History of Insurgency, Terrorism & Guerrilla War, from the American Revolution to Iraq*. 1st ed. New York: Harper, 2007.
- Ramadan, Tariq. *The Arab Awakening: Islam and the New Middle East*. London: Allen Lane, 2012.
- Al-Rasheed, Madawi. *Ma'ziq Al-Islāh Fī Al-Sa'ūdiyyah Fī Al-qarn Al-hādī Wa-al-'ishrīn*. 1ed. Bayrūt: Dār Al-Sāqī, 2005.
- Salamey, Imad, and Paul Tabar. Democratic Transition and Sectarian Populism: The Case of Lebanon. *Contemporary Arab Affairs* 5, no. 4 (2012): 497-512.
- Tessler, Mark. Islam and Democracy in the Middle East: The Impact of Religious Orientations on Attitudes toward Democracy in Four Arab Countries. *Comparative Politics*. 2002. Vol. 34, No. 3 (Apr., 2002), pp. 337-354.
- Wendt, Alexander. Anarchy in what states make of it: social construction of power politics, *international organization*, Vol. 46, No 2, 1992. pp 391-425.

SITES CONSULTADOS

<<http://english.ahram.org.eg/newscontent/1/64/102841/egypt/politics/breaking-pec-officially-announces-abdelfattah-elsi.aspx>>. Acessado em 01/10/2015.

<<http://egyptianstreets.com/2014/09/09/more-than-25-of-egypts-population-illiterate>>. Acessado em 30/09/2015.

<<http://www.al-monitor.com/pulse/business/2015/04/tunisia-economy-investments-gulf-egypt-europe-utica.html#ixzz3mUtFBgLI>>. Acessado em 11/09/2015.

El-Alaoui, Hicham Ben Abdallah. Le Monde Diplomatique, edição Agosto de 2009. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=379>>. Acessado em 12/08/2015.

Capítulo 3

Entre a cogestão e a irrupção: laços da participação entre Brasil, Tunísia e Egito

Geraldo Adriano Campos

Um bar em Túnis. Maio de 2013.

As vozes em alto volume mesclavam-se com os risos embalados por cerveja e vinho tunisiano. Aqueles jovens entre 20 e 30 anos erguiam seus copos e brindavam à revolução em meio a gritos anticapitalistas. Subitamente, um deles, com uma boina e uma camiseta preta de uma banda de rock, começa a entoar em espanhol com sotaque árabe a canção cubana *Hasta siempre*, composta por Carlos Puebla em 1965 em homenagem a Che Guevara. Além deste detalhe da música, pouca coisa naquele ambiente de solidariedade política internacional parecia ter relação com a tradição da esquerda comunista dos anos 1970. Reuniam-se naquele ambiente, de intensa fumaça de cigarros e paredes amareladas, jovens que, sem terem tido experiências em partidos políticos, participaram ativamente dos movimentos da última década: da revolução egípcia, da revolução tunisiana, do Occupy Wall Street, do 15M em Madrid, das ocupações na Grécia e em Portugal, lideranças do movimento estudantil chileno, entre outros. Ativistas brasileiros e de outros países que se reuniam para o primeiro Fórum Social Mundial na Tunísia. O mesmo jovem com a boina de Che Guevara aproxima-se com um copo de cerveja na mão, acende um cigarro e, pondo os braços em meu ombro, faz escorrer um espanhol carregado no sotaque e no álcool, *amigo!*. Peço autorização para gravar nossa conversa, e ele começa a me contar sobre os primeiros dias da revolução quando, na condição de estudante secundarista, entrou em seu colégio convocando os jovens nas salas de aula a saírem nas ruas da cidade de Gafsa em que habitava, dizendo “O que está acontecendo lá fora é uma verdadeira revolução!”. O ato rendeu-lhe a expulsão da escola, mas não foi a primeira manifestação política na qual ele havia tomado parte. “Começamos a revolução em 2008, com os protestos em Gafsa. A pobreza era muito grande. Depois veio 2011”, fazendo referência às manifestações que ocorreram na cidade mineira de Gafsa, próxima à fronteira com a Argélia, em 2008 (o mais importante movimento de revolta da Tunísia desde 1984) e que contou com a participação de estudantes secundaristas. “Em 2011, nos dias da Revolução, nós nos comunicávamos

pelo Facebook, pessoas de diferentes cidades na Tunísia, e sabíamos o que estava acontecendo em cada lugar. Mas, quer saber de uma coisa? Não tínhamos uma estratégia, era uma coisa anárquica. Mas todos estavam com muita raiva e, em algum momento, perdemos o medo. Perdemos o medo da polícia. Apenas queríamos sair às ruas e gritar pela queda do ditador. A pobreza faz as pessoas fazerem coisas que não querem. Se alguém disser que sabia o que iria acontecer é um mentiroso!”

Cairo. Maio de 2013.

O clima era de tensão. Em meio às lembranças dos últimos anos, aqueles jovens narravam suas primeiras experiências com a política nos históricos dias da Tahrir. Contavam como tinha sido a experiência de carregar os corpos dos amigos que iam tombando. Percorríamos a praça e as ruas ao redor e, em cada canto, suas falas iam reconstituindo os detalhes dos enfrentamentos dos dias da revolução. “Nós fazíamos o graffiti nas paredes ao redor da Tahrir, com as imagens dos mártires, daqueles que estavam morrendo na Revolução e que queríamos homenagear. As forças do governo vinham e pintavam por cima. No dia seguinte, voltávamos e fazíamos novamente. Era uma verdadeira disputa cotidiana. Esta era uma das paredes nas quais deixamos gravados os rostos daqueles que caíram”, disse um dos ativistas, apontando para um muro nas cercanias da famosa praça caiota. Era um jovem núbio que, generosamente, me acolhia em sua casa, compartilhada com outro militante. Subitamente, ele atende o telefone e, após algumas confirmações com a cabeça, me explica que havia um grupo de pessoas que queriam conhecer o brasileiro que estava passando alguns dias na cidade, pesquisando a revolução. O telefonema era de uma das lideranças de um partido de uma frente de esquerda egípcia. Marcamos para o dia seguinte, pois daria tempo daqueles que moravam em outras partes do país se deslocarem para a capital. Quando entrei naquela sala quente, com cerca de 30 pessoas, deparei-me com um valente ventilador no chão, tentando cumprir a ingrata missão de refrescar o ambiente e ainda dissipar um pouco a densa nuvem formada pelos vários cigarros acesos simultaneamente.

Algumas pessoas que iam chegando e se acomodavam na sala tinham percorrido trajetos de 8 horas de ônibus para participar daquela atividade. Eu estava seguro de que tinha muito mais para aprender e escutar, afinal a experiência revolucionária recente estava fervilhando naquele recinto, e este era o objetivo de minha viagem. Mas, para minha grande surpresa, eles estavam interessadíssimos em saber mais sobre a América Latina e a experiência política brasileira. Comecei a perceber que, em quase todas as

reuniões de que participei naqueles dias, as perguntas que eles me dirigiam pareciam recair sobre dois temas: a experiência latino-americana da Teologia da Libertação e o contexto de formação do Partido dos Trabalhadores, com as interações entre distintos setores da sociedade civil.

Eles queriam saber como grupos religiosos podiam participar da construção de projetos políticos de caráter popular e emancipatório, quais eram riscos e os aprendizados. Durante aqueles dias, em nossas conversas no Cairo, nos transportávamos para o contexto do final da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil. Lá ficávamos, caçando promessas e ranhuras de um momento da sociedade civil brasileira no qual os sonhos estavam sendo construídos e as ruínas ainda não se anunciavam.

Os dois relatos que introduzem este capítulo procuram dar o tom da reflexão que propomos, ao nos transportarem para um processo de pesquisa-ação, com entrevistas e experiências etnográficas voltadas para interlocuções entre experiências políticas no Brasil e em países que passaram por experiências revolucionárias recentes, como Egito e Tunísia. Portanto, mais do que resquícios de memórias individuais, trata-se de pensar o potencial político de vasculhar os multifacetados vínculos entre a sociedade civil do Brasil e os países árabes, que incluem projetos com refugiados, movimentos sociais de solidariedade internacional, mobilidades artísticas e culturais, colaborações acadêmicas, coordenação de ações políticas de ONGs e movimentos sociais.

Dos múltiplos efeitos dos fluxos migratórios originados dos países árabes na formação da sociedade brasileira, também emerge uma complexa teia de relações que, muitas vezes, se sustenta sobre práticas que ultrapassam o marco institucional e os canais oficiais diplomáticos.

No que atine às dimensões institucionais dessas interfaces, os últimos quinze anos foram marcados por dois processos concomitantes. Por um lado, influenciadas por ações de Política Externa, as relações entre o Brasil e os países árabes cresceram significativamente em diferentes planos. Na esfera econômica, os números de intercâmbio comercial são assertivos. No campo da sociedade civil, com iniciativas independentes de esforços diplomáticos oficiais, a multiplicidade de atores que passaram a operar internacionalmente foi acompanhada por novas lógicas horizontais de cooperação na área cultural que denotam a relevância política das mobilidades materiais (de pessoas, objetos, capital) e simbólicas (ideias, de narrativas, de bens imateriais), a exemplo do que ocorre com a realização de festivais e a circulação de artistas e intelectuais.

Por outro lado, a última década também foi marcada pela emergência de um novo ciclo global de lutas que traz o desafio de situar os elementos comuns entre os diferentes contextos a partir dos traços que singularizam a configuração dos movimentos políticos emergentes nessas duas primeiras décadas do século XXI.

O foco do texto volta-se para a trajetória recente da sociedade civil brasileira e para possíveis interlocuções com as situações do Egito e da Tunísia, em contextos pós-revolucionários. Considerando as espacialidades e temporalidades distintas, buscamos interrogar as possibilidades de participação política que pretendem desenhar o lugar do “comum” na contemporaneidade.

O conceito de “sociedade civil” que orienta a presente reflexão assume a amplitude do campo social composto por uma “grande heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores), com formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns), e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes”¹. A partir desta definição, abordaremos a parte da sociedade civil que está orientada por uma perspectiva de transformação social baseada na ampliação da esfera democrática de direitos.

Cientes da impossibilidade de abarcar todos os aspectos que o tema suscita, limitamo-nos a traçar alguns planos analíticos, organizados a partir de dois momentos da história recente da sociedade civil brasileira: o primeiro marcado pelo que vamos chamar de “grande momento de inovação institucional”, contextualizado no Brasil do final dos anos 1980, com a invenção de arranjos institucionais que abriram possibilidades de gestão de políticas públicas, principalmente no nível local, tendo como destaque dentre esses mecanismos o Orçamento Participativo e os diversos conselhos municipais de participação. No segundo momento, o patamar da relação entre sociedade civil e Estado é marcado pelo aprofundamento de uma crise das instituições políticas e da própria representatividade, e a eclosão de formas de participação política que ocorrem à margem das instituições, gerando formas de resposta de extrema violência por parte do Estado.

Para distinguir esses dois momentos no caminho da sociedade civil brasileira após o fim do período da ditadura civil-militar, utilizamos a diferen-

1 DAGNINO, Evelina *et al.*. Para uma outra leitura da disputa da construção democrática na América Latina. In: Dagnino, Evelina *et al.* (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Pág.23.

ciação conceitual proposta por Ibarra e Blas², que está relacionada com o espaço (institucional, social) onde a proposta ou demanda de participação tem início. Assim, identificaremos o primeiro como momento da “participação por convite” e o segundo como o momento da “participação por irrupção”. A partir dessa diferenciação, sugerimos algumas aproximações com os casos egípcio e tunisiano, cientes das evidentes singularidades de cada contexto³.

São três argumentos principais:

a) o primeiro argumento é que há uma mudança na trajetória da sociedade civil brasileira na última década que pode ser pensada como uma tensão entre uma dinâmica baseada na “participação por convite” para uma baseada na “participação por irrupção”. Essa mudança também deve ser entendida perante o percurso seguido pelo Partido dos Trabalhadores (PT);

b) o segundo argumento é que essa tensão é melhor compreendida se a relacionarmos com o atual ciclo global de lutas e protestos (que inclui as revoluções no mundo árabe, os Indignad@s, o Occupy Wall Street e os outros movimentos de ocupação de ruas e praças, as manifestações na Grécia, na Turquia, as greves e ocupações estudantis, entre muitos outros) que se desenrola em um contexto de intensificação da crise da democracia liberal representativa;

c) o terceiro argumento é que, se, por um lado, há um processo de internacionalização de políticas públicas e práticas de gestão local relativo à expansão das experiências de democracia participativa no Brasil nos 1990 e início dos anos 2000, por outro lado, a sociedade civil nas duas regiões busca criar formas, no momento atual, para lidar com um momento de extrema violência de Estado, como reação à ocupação dos espaços públicos, acompanhado de um processo de judicialização e criminalização dos comportamentos sociais.

2 IBARRA, Pedro e BLAS, Asier. La Participación: estado de la cuestión. Bilbao: *Cuadernos de Trabajo de Hegoa* Número 39, janeiro de 2006. Disponível em <http://biblioteca2012.hegoa.efaber.net/system/ebooks/15289/original/Cuaderno_de_trabajo_39.pdf>.

3 Considerando a distância entre a data de elaboração do texto e a data de sua publicação, importa dizer também que uma avaliação sobre o atual diagnóstico da ideia de democracia no Brasil exigiria considerações mais elaboradas do que o presente texto é capaz de comportar. Não é, contudo, menos oportuna a ocasião de pensarmos o tema que o seminário propõe, dada a premência de uma reflexão, ainda a ser feita, sobre o desencontro entre o acúmulo das experiências da sociedade civil brasileira pós-redemocratização e a novas formas de ação direta e de organização que emergiram nos últimos anos.

O momento da “Participação por convite”

O primeiro momento que está sendo definido como “participação por convite”, mas que também pode ser chamado de “grande momento da inovação institucional” (ou “o momento Porto Alegre”), desdobra-se principalmente do final da década de 1980, percorre com força a década de 1990 (momento de explosão das ONGs e do discurso do potencial emancipatório da “sociedade civil” no Brasil) com um potencial político que vai se esvaindo gradualmente ao longo da década de 2000 (em detrimento da expansão do número de experiências locais que se proclamavam “participativas”).

A principal invenção em termos de políticas democráticas no âmbito local neste momento foi o Orçamento Participativo (OP), que foi objeto de significativa internacionalização, sendo exportado mundialmente como uma “boa prática de gestão de políticas públicas”⁴.

Diversos atores tiveram papel importante na conformação dos discursos e invenções institucionais em tal contexto, como os grupos ligados à Teologia da Libertação, os movimentos populares (especialmente de habitação e moradia), os intelectuais e o Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, que era, à época, suficientemente poroso para estabelecer relações mais horizontais com os outros atores.

Naquele cenário, as instituições políticas conduziam os processos de participação, e o próprio Estado convocava e abria espaços formais para que os cidadãos e grupos sociais pudessem fortalecer o que era chamado de “espaço público não-estatal”, cuja ambiguidade residia no fato de provocar as pessoas a pensarem em dinâmicas de organização e autogestão, enquan-

4 A bibliografia sobre Orçamento Participativo é imensa e inclui: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil* (São Paulo: Ed. Cortez, 2003); CAMPOS, Geraldo, MARQUETTI, Adalmir e PIRES, Roberto. (Orgs.) *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Editora Xamã, 2008; SANTOS, Boaventura de Souza. *Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva*. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002); TELLES, Vera da Silva. *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Sobre a internacionalização da experiência do OP destaca-se o trabalho OLIVEIRA, Osmany Porto de. *Embaixadores da Participação. A difusão internacional do Orçamento Participativo*. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

5 Ainda que não seja o foco do trabalho e que a restrição do texto não nos permita aprofundar o tema, cabe enfatizar que a trajetória do PT é fundamental para entender a transição que está sendo sugerida nessa reflexão.

to simultaneamente realizava esforços para legitimar ainda mais o governo em questão por meio das práticas participativas.

As demandas dos grupos da sociedade civil naquele momento refletiam também a crise das utopias e narrativas revolucionárias, deslocando o campo discursivo para as políticas públicas, sendo apresentadas por uma mediação institucional entre a população e o Estado e preservando noções de “liderança” e “representação”.

Por um lado, o período testemunhou a invenção de um conjunto de políticas públicas inovadoras, particularmente relacionadas com as técnicas de gerenciamento do Estado no nível local (cidades). A produção discursiva relacionada à democracia participativa também foi afetada por uma notável mudança ocorrida nas últimas duas décadas. Considerada inicialmente como parte de um processo emancipatório, a democracia participativa passou a ser associada a conceitos tais como “cidadania ativa” e “empoderamento” (apontando para os impactos subjetivos dessas experiências na vida dos participantes). Por outro lado, gradualmente foi se formando uma overdose do próprio conceito de “participação” com a disseminação pouco criteriosa da tendência de adjetivar instituições e processos com a palavra “participativo”.

No que diz respeito à internacionalização dessas experiências, deve-se, a todo momento, tratar com imensa cautela e desconfiança a ideia de exportar/importar “um produto democrático em série” e a imposição de modelos de origem estrangeira, até porque sabemos os efeitos reais desse pensamento, especialmente sobre a região do Oriente Médio. É necessária, portanto, a compreensão do fenômeno da internacionalização de políticas públicas e de mecanismos de gestão, a partir de sua circulação, difusão e transferência⁶, a partir de intercâmbios políticos que possam fortalecer os movimentos sociais locais.

Na circulação internacional⁷ dessa invenção brasileira que é o Orça-

6 “Por circulação entende-se um processo amplo e longo de uma política pública, que pode ter movimentos de fluxo, com muitas adoções num mesmo período, e também o inverso, ou seja, retrocessos com a retirada em massa de políticas públicas previamente adotadas. Em seguida é pertinente diferenciar um processo de difusão regional ou cluster, num processo de difusão regional, por exemplo. Por fim, vale a pena considerar as ações pontuais de transferência, em que uma política pública existente em algum lugar no tempo e no espaço é adotada alhures” (Oliveira, 2013, p.88).

7 Interessa notar o papel de mediação dos Estados Unidos e principalmente dos países europeus, além dos organismos internacionais (como o Banco Mundial) para

mento Participativo, que atingiu todos os continentes, ele foi descrito como uma “série de ‘princípios’ que podem ser localmente adaptados ao ponto de dar origem a processos que são muito diferentes entre si [...] ou seja, um modelo político que viaja globalmente, mas existe apenas através de sua apropriação local”⁸. No que diz respeito à internacionalização de mecanismos de gestão pública, chama a atenção a complexa imbricação entre organizações não-governamentais de diferentes países, a presença de corpos consultivos técnicos externos e de linhas de financiamento de países do Norte (especialmente europeus), voltadas especificamente para tais objetivos. No caso do Orçamento Participativo, o processo foi - e ainda é - mediado pelo papel das organizações internacionais, e isso inclui o papel de redes e instituições criadas a fim de facilitar esses intercâmbios⁹.

Como parte deste processo de expansão nacional e internacional do OP e pelo caráter cada vez mais residual que o debate sobre democracia participativa ocupou nas concepções políticas do Partido dos Trabalhadores, as inovações democráticas daquele período gradualmente começaram a ser concebidas como “tecnologias de governo”, com o foco cada vez mais dirigido às metodologias e ao desenho institucional dos mecanismos, fortalecendo sua dimensão técnica, em detrimento de seu potencial político como espaços conflituos de participação. Tal dinâmica foi muito visível nos “manuais de práticas que se espalharam pelo mundo para promover os Or-

a circulação, difusão e transferência dos mecanismos e experiências participativas entre os países do chamado “Sul global”. Essa mediação pressupõe tanto a atuação de pesquisadores, agências de financiamento, redes e instituições criadas para facilitar esses intercâmbios, em um contexto no qual os aportes financeiros advindos do velho continente acabam exercendo papel fundamental, a exemplo de redes como a URB-AI, responsável pelo financiamento de projetos de cooperação entre América Latina e Europa.

8 ALLEGRETTI, Giovanni. Cuidar das percepções dos participantes para desencadear um círculo virtuoso. In: Dias, Nelson (org.). *Esperança Democrática*. 25 anos de orçamentos participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013, p.50.

9 O Banco Mundial desempenhou um papel ativo, por exemplo, na implementação do Orçamento Participativo no continente africano. A referência ao papel de mediação dos países do Norte e das organizações internacionais diz respeito ao fato de que significativa parcela dos recursos que garantem os encontros, conferências, projetos e reuniões sobre o tema advém da Europa ou dos Estados Unidos. Logo, trata-se de uma condição ambígua, dado que os atores políticos reconhecem a importância da cooperação direta Sul-Sul, mas ao mesmo tempo, possuem uma abordagem muito pragmática em relação aos fundos disponíveis para viabilizar essas dinâmicas.

çamentos Participativos, e que transformaram a experiência participativa num kit de técnicas e procedimentos acessível a qualquer um¹⁰.

É possível observar algumas iniciativas no processo de desenvolvimento da sociedade civil na Tunísia nos últimos anos que dialogam com este momento brasileiro de “participação por convite”, na medida em que, após o recente processo revolucionário, o país parece preparar seu novo terreno institucional e organizacional para este tipo de mecanismos participativos no âmbito local¹¹. Assim, apesar de o Oriente Médio não figurar entre os lugares afetados pela internacionalização do Orçamento Participativo durante as décadas de 1990 e 2000¹², há uma fértil agenda de pesquisa e atuação política referente aos atuais contornos das mediações institucionais presentes no desenvolvimento de algumas dessas políticas na região. Essas observações nos posicionam também perante o desafio do estabelecimento de processos de cooperação internacional mais democráticos e horizontais, lembrando que, além da internacionalização das políticas participativas, o momento foi marcado pela criação do Fórum Social Mundial (FSM), como o principal espaço político global de articulação de resistência e agendas propositivas.

O potencial para a expansão das práticas de gestão local com democracia direta nos próximos anos é grande, mas para ser efetivado depende-

10 GANUZA, Ernesto e BAIOCCHI, Gianpaolo. Para além da linha: o Orçamento Participativo como instrumento. In: Dias, Nelson (org.). *Esperança Democrática*. 25 anos de orçamentos participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013, p.66.

11 Nesse sentido, convém um olhar mais atento para as experiências recentes de Orçamento Participativo na Tunísia e no Marrocos, nas cidades de La Marsa, Menzel, Bourguiba, Tozeu e Gabés.

12 Cabe sublinhar, portanto, que o Orçamento Participativo atingiu, tardiamente, o Oriente Médio também por meio da mediação de organizações do Norte, como no caso da iniciativa desenvolvida na Jordânia, Líbano, Yemen, Bahrain, no quadro de um projeto de “transferência de conhecimento” intitulado *The Arab Initiative for Equitable Budget*, que envolveu, entre 2008 e 2010, várias ONGs com o apoio do *the Rady Institute da San Diego State University* e do *Middle East Partnership Initiative (MEPI)*, órgão do Departamento de Estado dos Estados Unidos. As duas primeiras experiências, que aconteceram em 2009 e 2010 no âmbito do projeto *Participatory Budgeting Coalition, the Arab Initiative for Equivalent Budgets*, foram implementadas nas municipalidades de Sahil Houran e na cidade histórica de Madaba. Ver SINTOMER, Yves et al.. *Participatory Budgeting Worldwide*. Global Civic Engagement – Service for Development Initiatives. Service Agency Communities in One World. Novembro de 2013. Disponível em: <http://portugalparticipa.pt/upload_folder/table_data/c3164679-c343-4715-b198-576aee3d4ad1/files/dialog-global.pdf>.

rá de uma ampla descentralização e autonomia para os governos locais, de uma abertura para novas modalidades de participação política sintonizadas com o espírito insurgente que ocupou as ruas na última década e da utilização das possibilidades tecnológicas à disposição.

O momento da “Participação por irrupção”

Para avançar na compreensão desse segundo momento, é pertinente seguirmos a hipótese de estarmos presenciando um novo ciclo global de protestos urbanos, com pautas difusas, afastados de partidos políticos e que questionam frontalmente noções de representatividade. São manifestações marcadas pela palavra “indignação”, processos de resistência que, ao mesmo tempo que redefinem as demandas das lutas (como a mobilidade urbana, direito à moradia, liberdade civis e direitos de toda espécie) e as formas de ações coletivas, também operam na produção do comum, por meio de dinâmicas colaborativas que não necessariamente passam pelas instituições.

A insatisfação global com a democracia representativa (ou “democracia sequestrada”, como muitos ativistas colocam) mostra que a ideia de participação não pode ser controlada por governos para limitar dissenso social e legitimar suas decisões. Além da ênfase na “dignidade”¹³ como demanda política, os ocupantes das ruas e praças públicas ao redor do mundo clamam por uma “democracia real”.

A crise das instituições, tais como partidos políticos, ONGs, universidades e sindicatos, é emblemática dessa onda de movimentos que se espalhou globalmente na última década, mais explicitamente a partir dos processos revolucionários que se agruparam sob o termo “primaveras árabes”. A baixíssima legitimidade das lideranças, o uso de ações diretas nas ruas, a tomada de decisões por consenso, a dimensão estética das ações de rua, a natureza urbana das demandas, a abertura à diversidade, o papel das redes sociais e da mídia alternativa, assim como o enfrentamento da brutalidade do aparelho de repressão direta do Estado, são traços compartilhados por esses movimentos contemporâneos de contestação¹⁴.

Ao invés de optar pela negação da política, tais movimentos demonstram um deslocamento da ação política pela ocupação dos espaços públicos

13 A palavra “dignidade” esteve muito presente nas revoluções do mundo árabe e também acabou nomeando os “indignados” do 15M na Espanha.

14 NEGТ, O. L'espace public oppositionnel aujourd'hui. *Multitudes*, v. 4, n. 39, p. 190-195, 2009.

que aparece não somente como horizonte de luta - no sentido de construir coletivamente novas formas de resistir à privatização e gentrificação generalizada da vida nas cidades - mas também como a própria forma de ação política.

As ruas e praças públicas transformaram-se em espaços de experimentações de metodologias de ação coletiva e processos de tomada de decisão, construídos ao redor do conceito de “horizontalidade”¹⁵, contrastando com as dinâmicas organizadas por partidos e movimentos tradicionais, com os carros de som emanando discursos de lideranças e uma maior centralização na tomada de decisões¹⁶. A participação social em tais espaços é guiada pelo princípio que estabelece o protagonismo do indivíduo em detrimento das instituições, onde ninguém “fala em nome de” tais movimentos, mas todos podem fazer parte deles e nenhum membro pode estar acima dos outros¹⁷.

As formas de ação política no momento da “participação por irrupção” apresentam-se em constante tensão com as instituições, mas isso não significa a completa ausência da disposição de diálogo com governos e com o próprio Estado. Em alguns casos, uma parte do movimento empreende uma tentativa de ultrapassar essa tensão com o plano institucional e decide se estabelecer na arena eleitoral, com todas as contradições e potencialidades que possam surgir¹⁸. Neste sentido, o significado das manifestações de junho de 2013 no Brasil permanecem como uma chave de compreensão importante para as dinâmicas políticas contemporâneas no país¹⁹.

15 SITRIN, M. *Horizontalism: voices of popular power in Argentina*. Aokland: AK press, 2006.

16 Um comportamento similar pode ser encontrado nas dinâmicas de organização do Movimento Passe Livre (MPL). Vale a pena contrastar as formas de ação de rua organizadas por movimentos como o MPL (e outros com perfis semelhantes) com aquelas organizadas pelos partidos políticos, que ficaram claras durante o processo de impeachment (a exaltação da figura de Lula e a presença dos carros de som para os discursos das “lideranças” são algumas destas diferenças).

17 KHOSROKAVAR, Farhad. *New Arab Revolutions That Shook the World*. Routledge, 2012.

18 Por exemplo, é possível pensar no exemplo do “Podemos” na Espanha e suas relações com o imaginário da Praça Porto do Sol em Madrid e o legado dos “Indignados” na Espanha.

19 Infelizmente, o escopo e objetivo do presente texto não nos permitem avançar na reflexão acerca dos significados de junho de 2013. Mas, no que diz respeito aos argumentos que estamos apresentando, é suficiente enfatizar a dimensão global de “Junho de 2013”, sua sintonia e características compartilhadas com os protestos

De um ponto de vista sociológico, existem alguns atores que estão presentes em quase todos os movimentos de protestos do começo do século XXI, como os “graduados sem futuro”²⁰ e os secundaristas. Inseridos em uma rotina competitiva e existencialmente sufocante, com a demanda incessante de produtividade e uma construção perversa da idéia de “sucesso” em meio à generalização da precariedade das condições de trabalho, essa geração de jovens, desempregados com educação formal (ou sub-empregados), forma parte de um tipo de “cultura de massas, transnacional, voltada para a desilusão”²¹. Uma análise com esse perfil poderia apontar também para outro traço comum que diz respeito ao papel político de uma classe média cujas aspirações e sonhos a “tornam inevitável em termos de uma urgência subjetiva e frágil em termos de uma plataforma politicamente e institucionalmente viável”²². Não dispomos de espaço suficiente no presente trabalho para explorar devidamente essa questão e, como foi exposto no início, o objetivo desta reflexão é levantar mais hipóteses e sugerir agendas de pesquisa do que providenciar um exaustivo diagnóstico da política contemporânea. Seria, contudo, pertinente observar a dimensão global desses componentes perante o fenômeno do “lulismo” no Brasil²³, a fim de evidenciar conexões que deslocam o foco de uma análise pensada em termos apenas nacionais.

Nesse sentido, a fragilidade desses movimentos contemporâneos de protesto tem sido observada e enfatizada por vários autores e atores políticos tradicionais, que os acusam de não possuírem uma agenda política concreta, de perderem potencial de ação estratégica em função de uma recusa radical da ideia de lideranças, de serem facilmente dispersos e muito dependentes das redes sociais virtuais, e sem a devida estrutura para estabelecer diálogos e negociações com o Estado.

Mas há um outro elemento que deve ser observado na passagem do

deste novo ciclo global de lutas.

20 Isso vale também para os países do Norte: na Espanha, em 2011, o percentual da juventude desempregada correspondia a 46% e na Grã-Bretanha, nas revoltas estudantis em 2010, a juventude desempregada chegava a 20%.

21 MASON, Paul. *Why it's kicking off everywhere. The new global revolutions*. London: Verso, 2012, p.69.

22 KHOSROKAVAR, Farhad. *New Arab Revolutions That Shook the World*. Routledge, 2012, págs.59 e 74.

23 SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

primeiro para o segundo momento da participação. A ideia de que o acaso foi o elemento determinante para os levantes deste início de século não condiz com a realidade, assim como perde força explicativa a dicotomia entre “organização” e “espontaneidade”. Tanto nos casos das revoluções árabes quanto nas demais manifestações do ciclo global de enfrentamentos, é possível perceber um acúmulo de insatisfações, que em várias ocasiões ao longo da última década, se expressaram em protestos, greves e atos políticos no espaço público²⁴.

A ausência de um ator político unitário (coletivo ou individual) capaz de assumir um papel de protagonismo nesse cenário está relacionada com a significativa crise de instituições como partidos, sindicatos e organizações não-governamentais e faz-se acompanhar da eclosão de um processo de constituição de sujeitos políticos que não estão ancorados na lógica institucional sendo, ao contrário, formados exatamente no espaço aberto por esta própria crise, que também atingiu as noções de representatividade e liderança. Assim, diferentes respostas são dadas a tamanha crise de representatividade: de um lado a ação política que está fora das instituições, as novas experimentações de métodos e táticas e a presença de multidões indignadas nas praças e ruas pelo mundo; de outro lado, a presença de um populismo de direita, com candidatos que buscam distanciar sua imagem daquela dos políticos tradicionais e que ocupam os espaços institucionais, nutrindo-se da desconfiança e cansaço dos eleitores condensada na forma da negação da política. Em alguns momentos, as duas coisas podem mesclar-se, na medida em que as ruas também passam a ser ocupadas por setores conservadores, com pautas discriminatórias, xenófobas e regressiva em termos de direitos sociais.

É digno de nota que esse momento de irrupção da participação política, perante a crise (e a falência) de instituições e de algumas mediações simbólicas da sociedade, é eivado de contradições que se expressam na dis-

24 No ano que antecedeu os protestos de junho de 2013, o Brasil contabilizou 873 greves, o maior número desde 1997. Comparado com o ano anterior (2011), a quantidade de horas de paralisação foi 37% maior. DIEESE. Estudos e Pesquisas. *Balanco das Greves em 2012*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>.

Da mesma forma, os sinais de insatisfação e indignação já tinham aparecido em 2006, na forte greve dos trabalhadores têxteis de Mahalla, no Egito e em 2008, nos protestos dos mineiros e estudantes de Gafsa, na Tunísia.

sonância de vozes que ocupam as ruas. As narrativas colidem umas com as outras, abrindo fissuras nos quais se pode vislumbrar a emergência de ervas daninhas de diferentes formas de totalitarismo²⁵. Nesse sentido, mesmo considerando o papel das redes sociais virtuais, na facilitação das comunicações (gerando, ao mesmo tempo, suas próprias lógicas de produção e circulação de informações), não é difícil notar os limites da suposta dicotomia entre organização e espontaneidade. Se, por um lado, a noção de ‘estratégia’ para alguns dos novos movimentos parece estar enterrada em um passado anacrônico marcado pela expectativa de uma “tomada de poder do Estado”, por outro lado observa-se a proliferação de táticas usadas nas manifestações que incluem formas contemporâneas de uso do território urbano e das comunicações digitais como resistência criativa a uma crescente violência por parte dos agentes do Estado e projetam a centralidade do processo no indivíduo, em detrimento de atores coletivos²⁶. Sem a mediação das instituições, os ativistas enfrentam o desafio de construir fortes laços de confiança mútua no interior dos movimentos e nas ruas. Em um conjunto de entrevistas realizadas em 2013, no Egito e na Tunísia, com jovens que lutaram nos processos revolucionários, as palavras que mais apareciam em seus discursos eram: comunicação, raiva e confiança. Eles também repetiam insistentemente que o “medo tinha acabado”²⁷.

Em uma conversa com Alaa Talbi, o diretor do Fórum Tunisiano de Direitos Sociais e Econômicos, realizada em São Paulo em 2013, chamou atenção a descrição da lógica de funcionamento do processo de comunicação subterrâneo que existiu durante a revolução tunisiana para disseminar e permitir o fluxo de informações para as pessoas que estavam nas ruas. Os laços de confiança que foram sendo construídos na rua, durante o próprio processo de irrupção, foram essenciais para a circulação de câmeras, celulares, imagens, que atingiam os organizadores dessa dinâmica subterrânea de comunicação e garantia os fluxos de informação com aqueles que esta-

25 BENSKI, T. et al. From the streets and squares to social movement studies: what have we learned? *Current Sociology*, v. 61, n. 4, p. 541-561, 2013.

26 CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; LORIN, Carminda Mac; CANET, Raphaël. Combinando heterogeneidades em espaços globais de mobilização: os casos do fórum social mundial e globalsquare. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 233-265, June 2014; JURIS, J. S.; CARUSO, G.; MOSCA, L. Freeing software and opening space: social forums and the cultural politics of technology. *Societies Without Borders*, n. 3, p. 96-117, 2008.

27 Em conversas posteriores realizadas com alguns desses entrevistados do Egito, em 2015, era perceptível a sensação de que o medo estava de volta.

vam no embate com o aparato de repressão do Estado. As pessoas envolvidas nessa dinâmica facilitavam a circulação das informações úteis em um contexto de enfrentamento direto (as ruas que estavam sendo tomadas, os trajetos dos policiais, dos tanques, entre outras) para os ativistas nas ruas (inclusive em uma batalha virtual simultânea para manter páginas de internet e redes sociais funcionando cada vez que o governo tunisiano derrubava a conexão). Esse é um exemplo do quão entrelaçadas estavam os dois tipos de tecnologias em jogo nesses processos: tecnologias de comunicação e tecnologias de ações urbanas de protesto.

Do ponto de vista dos objetivos do presente texto, importa reconhecer que esse momento de participação por irrupção não somente coloca em evidência alguns traços comuns nas formas de ação política, mas também abre possibilidades de coalescência entre a sociedade civil no Brasil e no Oriente Médio. Não se trata, todavia, somente de mapear similaridades entre os caminhos da sociedade civil e da participação em cada contexto, mas de pensar as condições para a conformação de espaços globais contemporâneos de mobilização política com pautas emancipatórias, papel desempenhado, por exemplo, pelo Fórum Social Mundial desde o início dos anos 2000²⁸. Nesse sentido, o enfraquecimento da perspectiva de construção de uma estratégia comum, que é vista por muitos dos jovens ativistas como “perda da diversidade” característica dessas mobilizações, parece ter consequências importantes também no plano da articulação internacional, sinalizando para o desafio de pensarmos espaços que possam cumprir o papel outrora desempenhado pelo FSM. A partir de tais preocupações, em 2013 e 2015, a cidade de Túnis abrigou o FSM, repercutindo a tentativa do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial de aproximação com as experiências acumuladas nos processos políticos da região, especialmente com setores mais organizados da sociedade civil, imersos na tentativa de construção de bases para a democratização. Pretendia-se que o aporte político do FSM fortalecesse tais setores, operando um redirecionamento que não era somente geopolítico, mas um esforço de diálogo com as dinâmicas de participação política marcadas pela ocupação do espaço público.

Durante o Fórum de 2013, dentre as interações que ocorreram entre atores da sociedade civil do Brasil, Egito e Tunísia, com intercâmbios de conhecimentos e novas experiências organizacionais, discutia-se a centralidade da questão territorial para a defesa de direitos políticos e sociais

28 CANET, R. Altermondialistes de tous les pays, unissez-vous! Le Forum social mondial et le projet contre-hégémonique. *Nouveaux Cahiers du socialisme*, n.º3, p. 216-228, primavera 2010.

e as perspectivas colocadas pela ocupação de ruas, praças e avenidas²⁹. A militarização dos espaços públicos, a violência de Estado e uma hipertrofia das instâncias de judicialização e criminalização dos comportamentos sociais contestatórios, como contrarreação às novas formas de participação parecem, no momento em que escrevemos, sinalizar um repto comum às sociedades dos dois lados do Atlântico, onde são aprovadas leis que expandem dramaticamente a abrangência de atos criminais e a severidade de punições, erigindo uma estrutura legislativa fundada na lógica da exceção, a despeito das garantias constitucionais.

Como um ponto de inflexão está o fato de que Brasil, Tunísia e Egito submeteram propostas de leis antiterroristas. No caso do Estado egípcio, os Ultras (torcidas organizadas de futebol que tiveram um papel político importante nas revoluções) e a Irmandade Muçulmana são dois atores políticos que foram considerados terroristas. Tanto no Brasil, onde a Presidenta Dilma Roussef sancionou a lei que fora submetida pelo seu próprio partido ao Congresso, como no Egito, a discussão e aprovação das leis antiterroristas ocorreram em contextos de forte polarização política que facilitam o enquadramento de ativistas pacíficos e grupos de defesa de direitos humanos como terroristas³⁰. Nos dois casos, é gritante a dificuldade para encontrar definições precisas para termos como “ordem pública” e “segurança da sociedade” (para não falar da própria abrangência do termo “terror”), o que acaba gerando um vocabulário exposto a tantas possibilidades de interpretação que acaba por facilitar a criminalização dos movimentos sociais e ações contestatórias³¹.

29 Anotações pessoais do autor como parte das atividades do projeto *Cartografias do Futuro* durante o Fórum Social Mundial de 2013, na Tunísia.

30 Anti-Terror Law encourages extrajudicial killings: NGOs. *Daily News Egypt*. 26 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.dailynewsegypt.com/2015/08/26/anti-terror-law-encourages-extrajudicial-killings-ngos>>; NETO, Carlos José dos Santos. *A discussão da legislação antiterrorismo no Brasil*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Universidade de Lisboa, 2014.

31 Em 2016, com base na Lei 12.850 que tipifica organizações criminosas, a Justiça em Goiás mandou prender quatro integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que um deles foi mantido em uma unidade de segurança máxima. Foi a primeira vez que a Justiça brasileira aceitou denúncia do Ministério Público contra lideranças sociais com base na lei de 2013 sobre organizações criminosas, especialmente no artigo 2.º, que contou com a redação da Lei 13.260, a lei antiterrorismo, que começou a vigorar dias antes da prisão dos sem-terra. Em outro caso relacionado à lei antiterrorismo, na véspera da Olimpíada no Brasil em

Dessa forma, ainda que os contextos sejam muito diferentes e muita cautela deva ser adotada na comparação, é fato que o Brasil também utilizou esse tipo de dispositivos durante os protestos de 2013 e 2014, com a Lei de Segurança Nacional, do período ditatorial, que perpetuou a noção de “inimigo interno”, criando espaços jurídicos de exceção. Da mesma forma, a Lei nº 7.170/1983, criada durante o período militar, foi usada para criminalizar dois ativistas em outubro de 2013. Nos meses que sucederam a Copa do Mundo, muitos ativistas foram presos, sendo emblemáticos os casos de Fabio Hideki e Rafael Braga Vieira³². A referência a tais modalidades punitivas geradas pela nova racionalidade de controle que parece inspirar a atual lógica carcerária baseada no conceito de “risco”, sugere novas estratégias penais definidas cada vez mais como dispositivos de “gestão do risco e de repressão preventiva das populações consideradas portadoras desse risco”, onde a preocupação não é prender criminosos perigosos individuais, mas gerir, ao nível de populações inteiras, uma carga de risco que não se pode reduzir. Ou seja, uma racionalidade que não é disciplinar, mas atuarial e depende da identificação/invenção das “classes perigosas”, produtoras de risco, potencialmente perigosas para a ordem pública, em função de seu comportamento desviante e contestatório³³.

As novas formas de participação política, neste segundo momento, caracterizado pela irrupção que passa ao largo das mediações institucionais, defrontam-se com a “ecologia do medo”, que faz das cidades contemporâneas - especialmente nos territórios periféricos e nas favelas que permanecem em regiões de alto interesse para a especulação imobiliária - seu palco maior, personificando-se nas figuras do ativista político e do blackblock, assim como do migrante, do pobre, do negro, do dependente de drogas, do muçulmano. Portanto, não menos importante é o potencial desmobilizador do medo, que afasta as pessoas das ruas (os casos do Brasil e do Egito

2016, foram presos dez homens “suspeitos de associação com terrorismo”, a partir de elementos coletados de suas comunicações virtuais na chamada “Operação Hashtag”.

32 Fabio permaneceu 40 dias na prisão de Tremembé sem qualquer prova que acarretasse uma condenação (posteriormente, comprovou-se falsa a acusação de que ele portava um suposto “artefato explosivo”). Rafael Braga Vieira, catador de lixo reciclável do Rio de Janeiro, foi preso em 20 de junho de 2013 por portar um frasco de desinfetante Pinhosol e outro de água sanitária, tendo sido o único condenado pelos protestos de 2013.

33 DE GIORGI, Alessandro. *Re-thinking the Political Economy of Punishment. Perspectives on Post-Fordism and Penal Politics*. Burlington, Vt: Ashgate Publishing Company, 2006.

merecem um estudo comparativo mais cuidadoso a esse respeito).

É a partir da implantação desse regime de “previsibilidade absoluta”, que se pode compreender simultaneamente as lógicas de atuação violenta do braço armado do Estado, a delimitação dos territórios considerados “perigosos” e a imagem do “inimigo interno”. Tudo isso amarrado institucionalmente por uma judicialização dos comportamentos sociais, para a qual a construção da categoria de “terrorista” é absolutamente útil.

Ainda que existam iniciativas de setores da sociedade civil egípcia que manifestem um interesse recente pelas experiências de democracia participativa brasileira, sugerimos que o caso do Egito no atual momento está mais próximo de uma interlocução com os elementos políticos presentes na “participação por irrupção”. Já a Tunísia, onde os processos de institucionalização das transformações advindas da revolução encontraram canais mais estáveis e organizações cujo protagonismo rendeu até um simbólico Prêmio Nobel da Paz, parece demonstrar mais proximidade com a “participação por convite”.

Evidentemente, não é nossa pretensão esgotar o tema das relações da sociedade civil entre Brasil e os países árabes, ou tampouco sugerir quaisquer tipos de paralelismos inconsequentes entre contextos e processos históricos muito diferentes, que quaisquer análises mais cuidadosas poderiam facilmente desmontar. Somos cientes de que pode parecer precipitada e exagerada uma reflexão que relacione a violência de Estado em um país que vive sob um regime militar que ascendeu ao poder por um golpe de Estado em 2013, como o Egito, com um país que há três décadas presencia um crescimento da atuação da sociedade civil. Interessa-nos apenas assinalar que a reflexão sobre as interações entre as sociedades civis pode se beneficiar de uma abordagem que não se satisfaça com a enumeração de ações governamentais ou com a exaltação de um passado compartilhado pelas vias migratórias. A constatação dos avanços em termos de relações internacionais institucionais deve atribuir a devida relevância à circulação de pessoas e ideias políticas, em dinâmicas que atualmente não passam necessariamente por instituições. Por isso, é necessário considerar que as interações entre as sociedades civis também envolvem mobilidade de conhecimentos e, mais especificamente, de conhecimentos políticos, o que nos convoca a estarmos atentos não somente aos conteúdos que estão sendo disseminados (dados, informações, percepções, discursos, sons e imagens), mas também às dinâmicas coletivas de produção e circulação de conhecimentos que são utilizadas em cada caso. Na perspectiva de uma ponte entre os dois momentos de participação política que descrevemos, e perscrutando formas criativas

e sustentáveis de fortalecer as relações entre movimentos sociais do Brasil e do Oriente Médio, a produção de conhecimento relacionada à gestão coletiva do Comum merece ser observada em face ao desafio de vislumbrar conexões entre o acúmulo dos espaços institucionais de deliberação por convite (como os conselhos) e a proliferação, na última década, de experiências locais nas praças, ruas e ocupações, orientadas para a produção coletiva de saberes de autogestão. O potencial para estabelecer colaborações entre as sociedades civis é grande, tanto para o intercâmbio de conhecimentos em políticas públicas (o interesse pelo Orçamento Participativo na Tunísia, por exemplo, pode gerar um espaço de trocas) como para a criação de espaços comuns autônomos transnacionais que possam facilitar o aprendizado recíproco de ações organizadas, de sistematização de informações e a elaboração de estratégias comuns para os temas globais.

Concluo esta reflexão com as palavras do escritor Milton Hatoun que, em um texto escrito em 2012, parece ter antecipado não somente os protestos de junho de 2013, mas também a atual racionalidade político-jurídica:

Joguem no entulho e nos esgotos a céu aberto a dignidade e a esperança do povo brasileiro. Enterrem de uma vez por todas a promessa de cidadania! Caprichem na maquiagem urbana e escondam (pela milésima vez) a miséria brasileira, bem mais antiga que o futebol. E quando a multidão enfurecida cobrar a dignidade que lhe foi roubada, digam com um cinismo vil que se trata de uma massa de baderneiros e terroristas.

Referências

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

ALLEGRETTI, Giovanni. Cuidar das percepções dos participantes para desencadear um círculo virtuoso. In: Dias, Nelson (org.). *Esperança Democrática. 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013.

BENSKI, T. et al. From the streets and squares to social movement studies: what have we learned? *Current Sociology*, v. 61, n. 4, p. 541-561, 2013.

CAMPOS, Geraldo Adriano; MARQUETTI, Adalmir e PIRES, Roberto. (Orgs.) *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Editora Xamã, 2008.

- CAMPOS, Geraldo Adriano; LORIN, Carminda Mac; CANET, Raphaël. Combinando heterogeneidades em espaços globais de mobilização: os casos do fórum social mundial e globalsquare. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 233-265, June 2014
- CANET, R. Altermondialistes de tous les pays, unissez-vous! Le Forum social mondial et le projet contre-hégémonique. *Nouveaux Cahiers du socialisme*, n.º3, p. 216-228, primavera 2010.
- DAGNINO, Evelina et al.. Para uma outra leitura da disputa da construção democrática na América Latina. In: Dagnino, Evelina et al. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- Daily News Egypt. Anti-Terror Law encourages extrajudicial killings: NGOs. 26 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.dailynewsegypt.com/2015/08/26/anti-terror-law-encourages-extrajudicial-killings-ngos>>.
- DE GIORGI, Alessandro. *Re-thinking the Political Economy of Punishment. Perspectives on Post-Fordism and Penal Politics*. Burlington, Vt: Ashgate Publishing Company, 2006.
- DIEESE. Estudos e Pesquisas. *Balanco das Greves em 2012*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. [Http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf](http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf). Acesso em 10 de fevereiro de 2014.
- GANUZA, Ernesto e BAIOCCHI, Gianpaolo. Para além da linha: o Orçamento Participativo como instrumento. In: Dias, Nelson (org.). *Esperança Democrática. 25 anos de orçamentos participativos no mundo*. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013, p.66.
- HATOUN, Milton. Estádios novos, miséria antiga. *Caderno Cultura*, Estadão. 22 de junho de 2012. Disponível em < <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,estadios-novos-miseria-antiga-imp-,889904>> .
- IBARRA, Pedro e BLAS, Asier. La Participación: estado de la cuestión. Bilbao: *Cuadernos de Trabajo de Hegoa Número 39*, janeiro de 2006. Disponível em <http://biblioteca2012.hegoa.efaber.net/system/ebooks/15289/original/Cuaderno_de_trabajo_39.pdf>.
- JURIS, J. S.; CARUSO, G.; MOSCA, L. Freeing software and opening space: social forums and the cultural politics of technology. *Societies Without Borders*, n. 3, p. 96-117, 2008.

- KHOSROKAVAR, Farhad. *New Arab Revolutions That Shook the World*. Routledge, 2012.
- OLIVEIRA, Osmany Porto de. As dinâmicas da difusão do OP na África Subariana: de Dakar a Maputo. In: Dias, Nelson (org.). *Esperança Democrática*. 25 anos de orçamentos participativos no mundo. São Brás de Alportel, Portugal: Associação In Loco, 2013.
- _____. *Embaixadores da Participação. A difusão internacional do Orçamento Participativo*. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.
- MASON, Paul. *Why it's kicking off everywhere*. The new global revolutions. London: Verso, 2012.
- NEGT, O. L'espace public oppositionnel aujourd'hui. *Multitudes*, v. 4, n. 39, p. 190-195, 2009.
- NETO, Carlos José dos Santos. *A discussão da legislação antiterrorismo no Brasil*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Universidade de Lisboa, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINTOMER, Yves et al.. *Participatory Budgeting worldwide*. Global Civic Engagement – Service for Development Initiatives. Service Agency Communities in One World. Novembro de 2013. Disponível em: <http://portugalparticipa.pt/upload_folder/table_data/c3164679-c343-4715-b198-576aee3d4ad1/files/dialog-global.pdf>.
- SITRIN, Marina. *Horizontalism: voices of popular power in Argentina*. Oakland: AK press, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Capítulo 4

Brasileiros na Palestina: uma colaboração para romper a paralisia internacional

Arlene Clemesha¹

O cheiro de mofo e naftalina deixara claro que o hotel em que me alojava no bairro cristão, e árabe, da cidade velha de Jerusalém, estava ali há séculos. Suas paredes espessas e janelas estreitas resistiam, empedernidamente, a todo tipo de hóspede, de toda parte do mundo. Era 2015 e o concierge agia de maneira burocrática. Nem simpático, nem hostil. Parecia cansado: os rostos mudavam mas nada saía do lugar.

Foi ali, no antigo Hotel Gloria, que no sábado, 10 de junho de 1967, o então prefeito de Jerusalém oriental, Rauhi al-Khatib, fora exonerado pelas autoridades israelenses. Apenas três dias antes, suas forças militares haviam cercado a Cidade Velha e derrotado os soldados jordanianos que a guardavam. Avançando pela Porta do Leão, os combatentes israelenses vitoriosos subiram pelas ruas estreitas e sinuosas até o Muro Ocidental² e o *Haram al Sharif*³. A conquista abalou os espíritos mais laicos.

1 Profa. Dra. de História Árabe, USP.

Para a realização desta pesquisa e o conhecimento *in loco* da realidade vivenciada por brasileiros na Palestina, agradeço o apoio de Manuel Quintero, coordenador internacional do programa EAPPI (*Ecumenical Accompaniment Programme in Palestine and Israel*), do Conselho Mundial de Igrejas; a colaboração de Marcelo Buzetto, Professor da Fundação Santo André e membro do Setor de Relações Internacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Brasil); de Pedro Charbel, Coordenador para a América Latina do Comitê Nacional Palestino de BDS (Boicotes, Desinvestimento e Sansões), e pesquisador da Universidade de São Paulo; além dos pesquisadores Bianca Marcossi, Helena Cunha, Danilo Guiral Bassi, e Soraya Misleh, da Universidade de São Paulo.

2 O local é considerado sagrado para os judeus. Acredita-se que seja parte do muro de contenção do Segundo Templo, construído por Herodes em 20 a.C. Como nota Karen Armstrong, em 1967, “para todos esses homens [soldados israelenses], independentemente de sua fé, o fato de estar diante do Muro constituiu uma profunda – e até mesmo chocante – experiência religiosa”. K. Armstrong. *Jerusalém*. Uma cidade, três religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 456.

3 Esplanada das Mesquitas, onde se localiza o Domo da Rocha, a primeira grande

Reascendeu-se, em 1967, o sonho do Grande Israel, da criação de um só Estado judeu do litoral mediterrâneo às margens do rio Jordão. Mas com ele, surgiu também a chamada “questão demográfica”. Ou seja, anexar os territórios e conceder cidadania aos palestinos significaria que em pouco tempo Israel teria mais cidadãos palestinos que judeus. A solução colocada em prática foi controlar o território, a água subterrânea e o espaço aéreo, sem incorporar a população.

A transferência de colonos israelenses para dentro de assentamentos na Cisjordânia começou logo após a guerra, estrategicamente alojando-se nas terras mais férteis, topo das colinas, e regiões de aquíferos. Como sustenta Eyal Weizman, em *Hollow Land*⁴, a localização dos assentamentos não era fortuita. Seria ela a determinar o traçado de qualquer divisão futura do território entre Israel e os palestinos; e o projeto de divisão seria apresentado como um plano de paz.

Não por acaso, a construção de assentamentos aumentou de velocidade assim que inaugurado o processo de paz e assinados os Acordos de Oslo, em 1993 e 1995. Enquanto as fronteiras não eram discutidas, nem a divisão de águas, ou a devolução de Jerusalém oriental, para não mencionar a questão dos refugiados, a dinâmica instaurada foi de aceleração da colonização interna: famílias deslocadas, casas demolidas, e terras expropriadas. Cinco anos depois, no ano 2000, quando fracassam as negociações de Camp David e se inicia a Segunda Intifada, as perspectivas mais otimistas de que algum dia Israel permitiria a criação de um Estado palestino, parecem se esvaír.

O Processo de Paz inaugurado em Oslo atribuíra uma autonomia de carácter estritamente municipal a certos enclaves palestinos governados pela então criada Autoridade Palestina. Israel reconheceu a OLP como a representante legítima do povo palestino, para em seguida transferir-lhe as obrigações que toda potência ocupante carrega, pela lei internacional, com a vida e o bem-estar da população militarmente ocupada. Jamais reconheceu o direito à existência do Estado palestino e de fato nada no processo iniciado em Oslo aproximou os palestinos da emancipação nacional. Pelo contrário, para alguns, insistir neste Processo era colaborar na manutenção do *status quo* nos territórios ocupados. Condição esta que tem permitido, aos sucessivos governos israelenses, manter uma balança demográfica fa-

construção arquitetônica árabe-islâmica, finalizada em 692 d.C. Local considerado sagrado para os muçulmanos por abrigar a rocha de onde Muhammad teria feito sua viagem aos céus.

4 Eyal Weizman. *Hollow Land*. Londres: Verso, 2007.

vorável, ao mesmo tempo em que avança a colonização.

A natureza errática e imprevisível das fronteiras tem sido vantajosa ao projeto colonial. Segundo Weizman, o caos sustenta uma das principais estratégias israelenses, qual seja, a obfuscação, a promoção da complexidade geográfica, legal e linguística. Trata-se de uma peculiar “vantagem estrutural” que permite confundir e naturalizar os fatos da dominação – uma estratégia às vezes denominada abertamente de *constructive blurring* (obfuscação construtiva) segundo a terminologia adotada por Henry Kissinger. Cria-se uma geografia complexa, que, primeiro, torna qualquer solução territorial na forma de partilha aparentemente inaplicável; segundo, confere a impressão de que apenas o governo israelense possui o *know-how* para resolver a complexa situação criada por ele mesmo⁵.

Para Nathan Sachs, a atual estratégia israelense atingiu novo patamar e consiste em justamente adiar ao máximo a solução nem que seja “às custas da democracia israelense”⁶. Defensores dos direitos humanos e civis palestinos, sejam eles cidadãos palestinos ou israelenses, sofrem uma repressão inédita, e todo o movimento de luta contra a Ocupação e defesa dos direitos humanos em Israel vem sendo submetido a uma camisa de força que combina um emaranhado de dispositivos legais e ações militares para paralisar sua atuação. Como lembra Alina Korn, a suspensão da vigência da lei pode ocorrer dentro de um quadro legal, de maneira voluntária, e, tipicamente, em nome da segurança⁷.

A comunidade internacional, por sua vez, concentrou sua atuação em iniciativas de ajuda humanitária e fundos para ONGs cujas diretrizes políticas não raro eram traçadas nos escritórios de Bruxelas ou Washington D.C.

5 Cf. Eyal Weizman. *Op. Cit.*, p. 8. Após 1967, as políticas de controle espacial e segregação populacional ganharam maior complexidade. Diferentemente de 1948, quando permaneceram poucos palestinos dentro do território israelense, em 1967 Israel se expandiu sobre uma grande população de palestinos residentes na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, à qual não seria estendida a cidadania israelense. Assim, não apenas as interferências fronteiriças seriam plásticas, jamais fixadas, circundando e entrecortando povoamentos, e oscilantes, podendo avançar e recuar constantemente, mas, como demonstra Eyal Weizman, a terra passou a ser concebida em suas várias camadas, com diferentes usos sendo atribuídos à superfície, subsolo e espaço aéreo.

6 Cf. Nathan Sachs. *Why Israel Waits: anti-solutionism as a strategy. The Post-American Middle East, Foreign Affairs*, nov.-dec. 2015, pp. 74-83.

7 Veja Alina Korn. *The ghettoization of the Palestinians*. In: Ronit Lentin (org.). *Thinking Palestine*. Nova Iorque: Zed Books, 2008, pp. 116-130.

Nas duas décadas que se seguiram à assinatura da Declaração de Princípios de Oslo em 1993, a comunidade internacional investiu mais de US\$ 23 bilhões em programas de “paz e desenvolvimento”, transformando os Territórios Palestinos Ocupados (TPO) em “um dos maiores receptores *per capita* de ajuda não militar no mundo”⁸. Sem que os chamados investimentos de paz, ajudassem a aproximar os palestinos do alegado objetivo, a construção nacional.

Sara Roy, autora do elaborado conceito de *desdesenvolvimento* para descrever semelhante realidade, nos lembra que “durante sua vigência, o processo de Oslo criou uma realidade na qual as necessidades básicas foram sobrepostas ao ativismo político, crescimento econômico, identidade nacional, consciência coletiva e resistência popular”⁹. Ao final do processo de paz, diz a autora, a cena palestina estava desfigurada.

A ajuda humanitária e assim chamados investimentos de paz, tornaram-se parte do problema. Passadas quase duas décadas do colapso de Oslo, ficou claro que o modelo de “ajuda internacional” à Palestina e a “busca pela paz” teria que dar lugar ao “empoderamento da sociedade palestina” e “conquista de seus direitos”. O caminho para a paz passaria primeiro pela justiça.

Formas de colaboração entre a sociedade civil brasileira e a palestina

Nesse cenário de extrema dificuldade para a resistência palestina, há pelo menos dois âmbitos em que a sociedade civil brasileira, com a experiência acumulada de seus próprios movimentos sociais, têm realizado uma colaboração eficaz, em conjunto e em solidariedade com iniciativas da sociedade civil palestina.

O primeiro âmbito é aquele do ativismo internacional e se refere ao apoio prestado pelos mais diversos movimentos sociais brasileiros, organizações não-governamentais e centrais sindicais, a campanhas palestinas de resistência não-violenta. A partir de 2005, houve uma crescente convergência desse ativismo em torno da campanha de Boicotes, Desinvestimento e Sanções (BDS), lançada pelo conjunto das organizações da sociedade civil

8 Alaa Tartir e Jeremy Wildeman. Can Oslo's Failed Aid Model be Laid to Rest? *Al Shabaka*, 18 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/can-oslos-failed-aid-model-be-laid-rest/>>. Visto em 12 de junho de 2018.

9 Sara Roy. *Failing Peace*. Gaza and the Palestinian-Israeli Conflict. Nova Iorque: Pluto Press, 2007, p. 86.

palestina com o objetivo de pressionar Israel a que termine a ocupação dos territórios palestinos e conceda a realização de seus direitos humanos, cívicos e nacionais.

O segundo âmbito é interno e refere-se à criação de novas formas de desenvolvimento econômico na Palestina, capazes de gerar uma economia local, sustentável e autônoma, destacando-se o máximo possível do controle, e entraves, israelenses. O investimento externo na Palestina, como vimos mais acima, não ajudou a aproximá-la da emancipação, sendo progressivamente anulado na falta de autonomia fiscal, controle alfandegário e livre circulação de mercadorias palestinas. Os investimentos estrangeiros são tratados como um fim em si mesmo, sem ajudar a solucionar o problema ou empoderar a população para que ela possa sustentar-se a si própria. Para sair dessa engrenagem, destacam-se as iniciativas no meio rural palestino, e a colaboração do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, o MST, do Brasil, que por toda a década de 1990, foi o principal movimento social de toda a América Latina. Foi no campo que os palestinos ancoraram seu sustento e modo de vida por tantos séculos, sendo nele também que se encontram alguns dos traços mais profundos e resilientes de sua cultura.

O desenvolvimento agrário palestino e a ligação com o MST do Brasil

A Primeira Intifada (1987-1993) constitui a principal referência na história recente da Palestina a um momento-chave, em que se conseguiu organizar um importante movimento de resistência popular e não-violenta. Coletivos de bairros organizaram boicotes a artigos israelenses e sua substituição por artigos palestinos cuja produção, circulação e entrega era garantida com grande esforço coletivo e como parte de um movimento de emancipação nacional. Para Samer Abdelnour, essa foi a primeira agenda econômica autóctone palestina, concebida como movimento de auto-sustentabilidade e emancipação nacional¹⁰.

O Protocolo de Paris, assinado em 1994 como parte dos Acordos de Oslo, foi fundamentalmente uma resposta ao poderoso movimento de boicotes da Primeira Intifada. O Protocolo vedou aos palestinos a possibilidade de desenvolver sua soberania e fronteiras econômicas, atribuiu controle israelense total sobre a coleta de impostos palestinos bem como os repasses

10 Samer Abdelnour. A new model for Palestinian development. *Al Shabaka*, abril de 2010. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/new-model-palestinian-development/>>. Visto em 5 de junho de 2018.

para a Autoridade Palestina (AP), mantendo restrita a circulação palestina de bens e produtos, ao mesmo tempo em que garantia acesso externo irrisório ao mercado de consumo palestino. Foi, assim, sob os termos dos Acordos de Oslo que os camponeses palestinos, já muito prejudicados pela ocupação de suas terras iniciada em 1967, não puderam mais transportar sua produção a Jerusalém ou Israel. Aqueles que conseguiram manter a posse de suas terras, só podem circular sua produção dentro da Cisjordânia ou da Faixa de Gaza, assim mesmo com inúmeros e sérios agravantes, enquanto os mercados palestinos são inundados por artigos israelenses. Muitos camponeses palestinos são ainda forçados a comprar sementes de Israel, fortalecendo a economia israelense, enquanto a economia palestina continua a minguar¹¹.

Se é inegável que as expropriações de terras e expulsão de camponeses conduzidas tipicamente em nome da “segurança”, somadas às amarras à econômica palestina criadas pelos dispositivos dos Acordos de Oslo conseguiram asfixiar a vida rural e levar inúmeras pequenas e tradicionais produções à míngua e à falência, o fato é que as lições de Oslo já se sedimentaram e deram lugar a novas iniciativas. Uma delas, segundo Samer Abdelnour, seria o promissor modelo de desenvolvimento denominado Redes de Empreendimento Local e Sustentável (SLENs, *Sustainable Local Enterprise Networks*). As SLENs constituem redes ancoradas na geração de confiança e colaboração para o benefício de diferentes setores econômicos, fragilizados por situação de guerra ou ocupação externa. Um aspecto chave, diz Abdelnour, é que promovem relações inclusivas entre os vários participantes de um sistema produtivo, desde empreendedores, sociedade civil, investidores locais, instituições de treinamento e capacitação, membros de comunidades, negócios, lideranças comunitárias e governamentais, constituindo assim uma alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento, que muitas vezes ignoram as pequenas iniciativas locais, ancoradas em tradições e modos de vida tradicionais. O desenvolvimento desejado é um que explore formas de “efetivamente destacar (*de-link*) a economia palestina das restrições e imposições israelenses, de um processo de paz estagnado e superficial, normalização econômica e os distorcidos mecanismos existentes de ajuda”¹².

11 Farming in the mouth of the lion: a case study on Wadi Fuken. *Stop the Wall*. Palestinian Grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign. 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://www.stopthewall.org/farming-mouth-lion-case-study-wadi-fuken>>. Visto em 11 de junho de 2018.

12 Samer Abdelnour. *Op. Cit.*

O modelo já foi aplicado com sucesso na Maurítânia, eliminando a dependência do país da importação de leite ao conseguir integrar os pastores nômades, produtores de leite de cabra e camela, na rede de fornecimento de laticínios para as cidades. E o autor lista algumas das interessantes iniciativas em andamento na Palestina, como a produção de tijolos de barro para substituir os materiais de construção que não ingressam mais na Faixa de Gaza devido ao bloqueio de Israel e seus aliados. Ou os projetos de permacultura em Beit Sahour, ao lado de Belém, ou em Nablus, que criaram fazendas modelo e bancos de sementes, além de apoiarem a capacitação de camponeses empobrecidos seja pelo confisco de suas terras, seja pela prática de poluição dos poços de água, seja pela restrição do acesso a suas terras, para mencionar apenas alguns dos entraves que a Ocupação israelense impõe à produção agrícola, que por séculos foi fonte de subsistência e renda de aproximadamente 80% da população local.

É aqui que começa o imenso potencial da colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, do Brasil. Unificados na Via Campesina, com seus parceiros dos diferentes países do subcontinente e do mundo, a colaboração com o meio rural e movimentos de base da palestina já rende frutos e pode ser potencializada.

Para o MST, os principais modelos de uso da terra provêm justamente dos assentamentos do movimento de reforma agrária, organizados coletivamente, das comunidades quilombolas, povos indígenas e originários, pescadores, e ribeirinhos. Como diz Marcelo Buzetto,

aprender com a experiência dessas comunidades é o melhor caminho para garantir uma agricultura que atenda aos interesses da maioria da sociedade, que produza alimentação saudável, sem veneno, sem agrotóxico, barata, priorizando o mercado interno, para melhorar a qualidade de vida da população que vive no campo e na cidade¹³.

No Brasil, o MST também luta contra o monopólio das sementes geneticamente modificadas, em busca da autonomia da pequena agricultura familiar, cooperativa, sustentável, voltada para o abastecimento local, do campo e cidades mais próximas.

Além de trabalhar para exigir a desapropriação de terras improduti-

13 GT Terra e Meio Ambiente. Tema: Questão Agrária/Reforma Agrária. Síntese para o Programa Roda Viva. Documento do acervo particular do Prof. Marcelo Buzetto, cedido em 10 de junho de 2018.

vas e o direito à posse de terra pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, o MST dedica-se a criar e fortalecer programas de cooperação agrícola entre eles, e mesmo uma rede nacional de cooperação. Nessa etapa, busca-se garantir uma melhor comercialização dos produtos agrícolas, com investimentos em infraestrutura, industrialização no campo, medidas que possam melhorar o transporte dos produtos, visando aproximar e desenvolver uma relação mais justa, próxima e solidária entre quem produz o alimento e quem o consome no campo e na cidade.

Finalmente, o movimento investe em cursos de capacitação e educação em nível superior, visando parcerias com cursos técnicos e universidades, para a formação de jovens agricultores, com foco na agricultura sustentável e sem a utilização de venenos.

Em suma, o MST desenvolve suas atividades em toda a cadeia produtiva agrária, desde o acesso à terra por parte dos camponeses e comunidades tradicionais, até a organização dos melhores modelos produtivos de acordo com cada região do país, a capacitação técnica voltada para uma agricultura sustentável e livre do monopólio das sementes geneticamente modificadas, a educação em todos os níveis, notadamente das crianças e jovens membros das comunidades; a distribuição e comercialização, priorizando o mercado interno e o abastecimento das populações rurais e urbanas mais próximas.

Todo esse imenso trabalho jamais pôde prescindir de uma atuação política por parte do movimento, tanto internamente, no país, como através de ligações com outros grupos reunidos na acima mencionada Via Campesina, que hoje engloba países do mundo inteiro, inclusive a Palestina.

Na Palestina, a organização que representa a Via Campesina é a *Union of Agricultural Work Committees* (UAWC, União dos Comitês de Trabalho Agrícola), que se filiou oficialmente na Conferência Internacional da Via Campesina, em 2012, na Indonésia, mas sempre participou da Via Campesina como organização observadora. Desenvolvem, conjuntamente, ações em pelo menos duas frentes. Primeiro, ações de cooperação agrícola e uma produção agroecológica, produzindo sem veneno e sem transgênicos. Segundo, e para além da colaboração e troca de experiências em programas agrários, atuam junto a demais coletivos e movimentos da sociedade civil palestina, na reivindicação dos direitos palestinos, que vão desde o acesso a sua terra até o fim da Ocupação militar.

Em uma declaração de 2002, já no contexto pós-Oslo, representantes da Via Campesina afirmam que

com o mesmo espírito com que defendemos direitos

camponeses e de povos indígenas no Brasil e na Colômbia, enviamos uma delegação a Israel/Palestina (...) para ser informada da situação dos camponeses e para desenvolver junto a grupos e organizações de camponeses uma estratégia de longo prazo de apoio e colaboração¹⁴.

Finalmente, vale lembrar que nenhum dos movimentos acima citados se mantém isoladamente. Para Ahmed Jaradat, ser membro da Via Campesina contribui para o desenvolvimento do movimento camponês palestino em sua luta global por um mundo baseado na igualdade, respeito mútuo e justiça real¹⁵.

Se no caso da agricultura e iniciativas de desenvolvimento econômico a ela relacionadas, a questão reside em conseguir permanecer na terra, destacando-se do controle israelense, e desenvolvendo a autonomia alimentar palestina como parte da luta nacional; no caso das organizações de defesa dos direitos palestinos, a questão recai novamente sobre a necessidade de priorizar formas autônomas de atuação, capazes de romper com a lógica do sistema de Ocupação e aproximar os palestinos da emancipação nacional.

Os movimentos da sociedade civil palestina e o papel do Brasil

A sociedade civil palestina inclui hoje uma variedade de atores, desde organizações sindicais, de base, de juventude e de mulheres, até institutos educativos, passando por associações de Igrejas, e várias ONGs profissionais. Enquanto o período anterior à Primeira Intifada (1987-1993) foi marcado pela atuação de movimentos de base, ligados à luta de libertação nacional, o período após Oslo viu o crescimento de ONGs profissionais com financiamento externo, o que, para Tariq Dana, foi responsável pela despolitização que hoje se observa em amplos setores da sociedade palestina¹⁶.

14 La Via Campesina. *Mision Palestina: Via Campesina Pide Respecto Para Soberanía Alimentaria*, 5 de abril de 2002. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/mision-palestina-via-campesina-pide-respecto-para-soberanalimentaria/>>.

15 Veja Ahmed Jaradat. Movimento Camponês na Palestina: um avanço chave para a defesa da justiça social. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/02/01/movimento-campones-na-palestina-um-avanco-chave-para-a-defesa-da-justica-social.html>>. Visto em junho de 2018.

16 Veja Tariq Dana. Palestinian Civil Society: what went wrong? *Al Shabaka*, abril de 2013, p.5 Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/palestinian-civil-society-what-went-wrong/>>. No interior da sociedade civil palestina, há divergências sobre a eficácia de suas formas de atuação. No lugar da ênfase sobre as ONGs pro-

O próprio movimento pacifista israelo-palestino viveu seu auge na década de 1980 e vem mingando desde os dias em que o israelense *Peace Now* conseguiu mobilizar 10% da opinião pública do país contra a invasão do Líbano, em 1982. Na esteira dos Acordos de Oslo, surgiu um novo tipo de movimento pacifista, que aos poucos substituiu os importantes protestos conjuntos contra a Ocupação, por ações de “humanização do outro” e diálogo para supostamente fazer face à mentalidade do ódio.

Em outras palavras, o enfoque sobre a “co-resistência” passaria, no quadro de Oslo e na crença de que a paz seria alcançada pela diplomacia em curso, para um trabalho pela “coexistência”. Os grupos do tipo que sobreviveram à falência de Oslo, tornaram-se marginais no novo contexto político dos anos 2000, vistos como pouco efetivos na medida em que deixaram de desafiar a relação de poder entre ocupante e ocupados, motivo pelo qual alguns têm sido descritos, por vezes, como movimentos de normalização e, no final das contas, mais uma peça na engrenagem de sustentação do *status quo* político.

A sociedade civil palestina jamais deixou de atuar durante a Segunda Intifada, mas o período foi particularmente duro. A luta armada e os atentados a bomba conduzidos pelos Hamas colocavam a sociedade civil numa posição de recuo. O que não impediu que ela persistisse na organização de inúmeras atividades de resistência contra a Ocupação, como os grupos de ativistas contra a destruição de casas, ou comitês populares contra o Muro, cuja construção começou em 2002. Nem que cessasse a relação com o ativismo internacional, como lembra o triste caso dos assassinatos de Rachel Corrie (2003) ou Tom Hurndall (2004), ambos integrantes do *International Solidarity Movement* (Movimento Internacional de Solidariedade)¹⁷.

fissionais, Tariq Dana defende nesse artigo que o foco da resistência palestina recaia sobre organismos com maior base participativa, tais como os comitês populares, movimentos de juventude, de mulheres, cooperativas, sindicatos, e toda forma de mobilização popular.

17 Rachel estava prestes a cumprir seus 24 anos de idade quando, em março de 2003, foi soterrada e morta por uma retroescavadeira israelense que cumpria uma ordem de demolição, na cidade de Rafa, Faixa de Gaza. Tom Hurndall, de Manchester, tinha 22 anos de idade quando foi atingido por um tiro na cabeça enquanto tentava proteger crianças palestinas dos disparos que partiam de soldados israelenses posicionados em uma torre de vigilância em Gaza. Tom faleceu após passar 9 meses em coma. Longas batalhas judiciais terminaram com uma rara condenação do soldado que atirou em Tom (e confessou que sabia que se tratava de um civil desarmado), mas em derrota após derrota para os pais e amigos de Rachel. Permanecem sem qualquer tipo de resolução, os inúmeros casos de ativistas palestinos, alvos dos

Para Nashib e Naanmeh, a internacionalização da resistência não-violenta foi peça importante na retomada do ativismo da sociedade civil organizada da Palestina. Nas suas palavras, as organizações da sociedade civil palestina “precisam do apoio da comunidade internacional”, tornando públicas as violações israelenses e exercendo pressão pela realização dos direitos palestinos¹⁸. Ao mesmo tempo, as estratégias de luta só podem ser desenhadas localmente, já que derivam de décadas de experiências acumuladas, inclusive no que diz respeito às derrotas, ou aos fracassos históricos de suas lideranças.

Foi assim que, em 7 de julho de 2005, marcando um ano desde a Decisão da Corte Internacional de Justiça condenando o Muro israelense e o regime que lhe fornece sustentação, e utilizando este marco legal como principal argumento, o conjunto das organizações da sociedade civil palestina lançou um apelo mundial por “Boicotes, Desinvestimento e Sansões (BDS)” contra Israel até que esta cumpra suas obrigações sob a lei internacional, ponha fim à ocupação dos territórios palestinos, e elimine a discriminação contra a população palestina de Israel.

Também foi importante o fato da Decisão da Corte Internacional de Justiça envolver a comunidade internacional ao determinar que cabia a ela não fornecer qualquer tipo de apoio à situação ilegal criada em Israel no que concerne toda a estrutura de construção e manutenção do Muro.

O movimento de BDS partia da constatação de que sem uma pressão exercida sobre o regime, fosse na forma da perda de contratos, perda de investimentos externos, diminuição de oportunidades de venda para seus produtos, ou sansões emitidas por entidades internacionais, o regime de

chamados assassinatos dirigidos (*targeted killings*), uma prática comum na época em todos os TPO, que continua a ser empregada na Faixa de Gaza até hoje, como vimos nos casos dos palestinos assassinados por atiradores de elite enquanto participavam da Grande Marcha de Retorno, a partir de 30 de março de 2018. A paramédica Razan Al-Najjar foi uma dentre os 120 palestinos mortos até o início de junho no quadro dos protestos populares da Grande Marcha de Retorno. Além do absurdo número de mortos, mais de 3600 palestinos foram feridos com munição “viva”. Veja a matéria, *She thought the white coat would protect her*. *The Guardian*. 8 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jun/08/mother-shot-gaza-medic-razan-al-najjar-white-coat-strategy>>. Visto em 21 de junho.

18 Veja Nadim Nashif e Raya Naamneh. *Palestinian citizens in Israel: a fast-shrinking civil space*. *Al Shabaka*. 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/palestinian-citizens-in-israel-a-fast-shrinking-civic-space/>>. Visto em junho de 2016.

ocupação militar israelense não encontraria o adequado incentivo para deixar de existir. Mesmo que a quebra de contratos não fosse obtida, o movimento teria o papel educativo próprio de uma campanha global por direitos humanos. Sendo que as organizações palestinas traçariam suas estratégias de campanha a partir das experiências dos comitês populares, que sabiam melhor que ninguém quais eram as grandes corporações desviando a água dos lençóis subterrâneos da Cisjordânia, testando equipamento militar, ou usando os *checkpoints* como laboratórios de controle do fluxo de trabalhadores. Rompia-se com a prática tão comum na era de Oslo, quando as ONGs palestinas recebiam pacotes fechados de fundos e fins, de fora para dentro.

A inspiração do movimento foi sem dúvida a campanha sul-africana de boicotes contra o *Apartheid* e o BDS constitui hoje o movimento de resistência palestina que mais cresce internacionalmente. Ele tem sido defendido como movimento essencialmente não-violento, em prol dos direitos palestinos, cuja obtenção seria condição *sine qua non* para alcançar a paz. Para Mustafa Barghouti, este seria o verdadeiro movimento pacifista. Mais que isso, Barghouti diria que, nos dias de hoje,

não há nada que possamos denominar um movimento pacifista conjunto. Não os aceitamos. São projetos de normalização usados por Israel e certos países para perpetuar a situação. Os palestinos hoje percebem que precisamos adotar a resistência popular combinada com o BDS¹⁹.

Segundo Noura Erekat, o que mais assusta as autoridades israelenses não é a capacidade que o movimento BDS teria de afetar o país financeiramente, não obstante alguns desinvestimentos internacionais significativos já terem ocorrido – mas sua capacidade de isolar o país. Ou seja, aquilo que, para Richard Falk, é a capacidade do movimento confrontar, na arena global, a legitimidade das políticas de despossessão, deslocamento e exclusão dos palestinos²⁰.

Para Fateh Azzam, no atual cenário de estagnação política e diplo-

19 Citado por Zena Tahhan. Palestine-Israel: Is peace activism serving occupation? *Al Jazeera*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/05/palestine-israel-peace-activism-serving-occupation-160502124739652.html>>. Visto em junho de 2016.

20 Cf. menção em Noura Erekat. What role for law in the Palestinian struggle for liberation? *Al Shabaka*, março 2014. Disponível em: <www.al-shabaka.org>. Visto em junho de 2017.

mática, somente uma ação conduzida nas várias frentes da sociedade civil palestina e internacional pode trazer algum avanço, combinando a pressão do movimento internacional de BDS ao ativismo das ONGs profissionais, e, resistência dos movimentos sociais de base²¹. Com todas as diferenças internas que possa haver, a sociedade civil palestina organizada encontrou no movimento de BDS uma plataforma unificada de luta decorrente da constatação de que a transformação não virá nem da diplomacia conduzida pela Autoridade Palestina, nem da luta armada, e que a solidariedade internacional deve se direcionar aos movimentos palestinos com maior base social, cuja atuação aponte na direção da luta por direitos humanos e pela emancipação nacional.

O Brasil inseriu-se no movimento palestino de BDS desde suas origens devido, justamente, à relação construída entre os principais movimentos sociais brasileiros e palestinos. Relação esta que remonta ao início do processo de redemocratização do Brasil, nos primeiros anos da década de 1980. No primeiro comício pelas Diretas Já, em 1983, no Estádio do Pacaembu (São Paulo), já se via alçada a bandeira palestina. A relação foi construída em boa medida por palestinos da diáspora e integrantes locais da OLP, que aqui fundaram a Associação Cultural Sanaud, e o primeiro Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino (1982), estabelecendo uma relação de cooperação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde as suas origens, em 1980 e 1983 respectivamente. A relação, assim construída desde tempos relativamente remotos, refletiu na postura de apoio que os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) teriam em relação à Palestina em vários momentos de crise e guerras, de 2003 a 2016.

No entanto, se a década de 1980 foi um período de construção das relações entre os movimentos sociais de ambos países, a década seguinte, de 1990, viu o enrijecimento dessa relação no contexto dos Acordos de Oslo e aquilo que foi descrito como a tendência da recém criada Autoridade Palestina a “cooptar e silenciar as lideranças sindicais, bem como os movimentos populares”, onde quer que surgissem²². O terceiro período da relação entre a sociedade civil organizada do Brasil e da Palestina é o que atualmente se

21 Fateh Azzam. NGOs vs. Grassroots Movements: a false dichotomy. *Al Shabaka*, 6 de fevereiro de 2014, Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/ngos-vs-grassroots-movements-a-false-dichotomy/>>.

22 Nina Sovich. Palestinian Trade Unions. *Journal of Palestine Studies*. Vol. 29, No. 4, Outono 2000, p. 66 https://www.jstor.org/stable/2676562?seq=1#page_scan_tab_contents. Visto em 16 de junho de 2018.

verifica, iniciado após a Segunda Intifada, a partir da crítica aos efeitos de Oslo sobre o movimento de emancipação palestina.

No terceiro período, ocorre um resgate de relações sindicais já existentes, por exemplo, com a CUT, somado à atuação de novas centrais sindicais, como a CONLUTAS do Brasil (2004) atuando junto a sindicatos palestinos, notadamente o sindicatos dos Correios (*Palestinian Postal Service Workers Union*, PPSWU) e dos eletricitários (*Palestinian Electricians Trade Union*, PETU). Ao mesmo tempo, passam a ocupar a linha de frente do ativismo conjunto, os movimentos LGBT, o movimento negro, e, principalmente, os movimentos de mulheres de ambos países.

Como apontamos mais acima, foi sobre a base desse histórico de relações sindicais construídas desde muito cedo que, no Brasil, a primeira campanha local de BDS foi lançada quase ao mesmo tempo em que o próprio chamado palestino, em julho de 2005. A primeira ação local foi aquela contra o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel. A campanha não conseguiu evitar a implementação do Acordo, mas levou o debate ao Congresso Nacional, que protelou sua ratificação²³ e finalmente decidiu excluir os produtos dos assentamentos, por mais inócua que tenha sido a medida já que não há um sistema de registro confiável, que permita saber o que é ou não produzido em território ocupado.

Mais recentemente, a campanha por BDS ganhou uma maior estrutura com a criação do Comitê Nacional Palestino, que conta com uma coordenação regional latino-americana instalada no Brasil. Coordenação esta que atribuiu projeção nacional e regional ao BDS em 2015, com a campanha para pedir que Caetano Veloso e Gilberto Gil cancelassem seu show em Israel, o que não fizeram. Mas foi sob tal impacto que Caetano publicou, ao retornar ao Brasil, uma carta dizendo que enquanto persistisse a situação vigente, não se apresentaria em Israel novamente. A campanha de BDS foi parar nos principais veículos da mídia latino-americana, e, em junho de 2018, conseguiu convencer a seleção de futebol da Argentina a cancelar o amistoso contra a seleção israelense²⁴.

23 As negociações pelo Acordo vieram a público em finais de 2005. Em 2006, o ataque israelense a Beirute causou grande comoção na comunidade libanesa do Brasil e levou a que o governo brasileiro suspendesse temporariamente o processo. Em 2007 o Acordo foi assinado pelo Mercosul, mas só entrou em vigor no Brasil em 2010. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1832-acordos-mercosul-israel>>. Visto em 24 de junho de 2018.

24 Veja as repercussões na matéria de Robert Mackey. Seleção da Argentina can-

Campanhas regionais em curso apontam também para alvos corporativos e relacionados à indústria bélica, como a Elbit Systems, fabricante de equipamento militar usado contra os palestinos nos TPO. A Elbit possui pelo menos três subsidiárias no Brasil - uma das quais seria a AEL Sistemas Ltda, instalada em Porto Alegre - e vem ganhando espaço contra a concorrente Odebrecht, afetada pela operação Lava Jato²⁵.

Outra agenda que surge no movimento BDS, com amplo potencial de participação do Brasil, é o da promoção do uso de energia de fonte renovável, principalmente eólica e solar. Segundo Osama Khalil, a promoção da autonomia energética mundial (mas principalmente dos Estados Unidos) facilitaria o desinvestimento dos principais fundos de combustíveis fósseis, diminuiria as vendas de dois dos principais fornecedores mundiais de petróleo - Arábia Saudita e Emirados Árabes - reduzindo, em cadeia, um dos principais problemas na região que consiste na reciclagem de petrodólares na forma de compra de armas dos Estados Unidos²⁶.

O avanço do movimento BDS foi recebido como uma forte ameaça por parte do governo israelense, que passou a retaliar sobre os ativistas nele envolvidos. Em um único ano, aquele de 2011, o parlamento israelense aprovou a “lei Anti-Boicote”, proibindo a promoção pública de boicotes a empresas israelenses; a “lei da Nakba”, proibindo aos palestinos de Israel celebrar o que para eles foi a “catástrofe” de 1948; e a lei do “financiamento externo”, que restringe severamente as possibilidades de financiamento para ONGs de direitos humanos e pró-palestinas²⁷. Ou seja, paralelamente à repressão dos movimentos palestinos nos TPO, cresce a pressão sobre as

cela amistoso contra Israel - afinal, matar palestinos tem consequências. *The Intercept*. 6 de junho de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/06/06/futebol-argentina-cancela-amistoso-israel/>>. Visto em 20 de junho de 2018.

25 Breno Costa. Com queda da Odebrecht, Elbit, fabricante israelense de drones, tenta decolar no Brasil. *The Intercept*. 17 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/17/com-queda-da-odebrecht-elbit-fabricante-israelense-de-drones-tenta-decolar-no-brasil/>>. Visto em 24 de junho de 2018.

26 Ver Osama Khalil, Diana Buttú e Mouin Rabbani. Allying against Iran: repercussions for Palestine. *Al Shabaka*, 14 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/roundtables/allying-against-iran-repercussions-for-palestine/>>. Visto em 14 de agosto de 2018.

27 Cf. Nadim Nashif e Raya Naamneh. Palestinian citizens in Israel: a fast-shrinking civil space. *Al Shabaka*. 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/palestinian-citizens-in-israel-a-fast-shrinking-civic-space/>>. Visto em junho de 2016.

organizações de defesa dos direitos cívicos e políticos dos palestinos em Israel, e, sobre a representação palestina no Knesset. Tema este, no entanto, que não temos por objetivo tratar no breve escopo desse estudo, por mais que os diferentes movimentos por direitos palestinos dentro de Israel e nos TPO estejam historicamente relacionados.

Vale lembrar, no entanto, que passadas décadas de lutas pela ampliação dos direitos cívicos e políticos dos palestinos dentro de Israel, em junho de 2018, o *Knesset* rejeitou uma proposta de lei apresentada pelo *Balad*, (partido político palestino) clamando o Estado de Israel a conferir tratamento igual a todos os seus cidadãos. Com isso, o *Knesset* “rejeitava o argumento de que deveria reconhecer os direitos da minoria árabe como sendo iguais àqueles da maioria judaica”²⁸. Finalmente, em julho de 2018, o *Knesset* aprovou, por apertada minoria, a Lei Básica do Estado-Nação, segundo a qual apenas os judeus têm direito à autodeterminação nacional em Israel. Também se afirma, na nova Lei Básica, que um dos objetivos do Estado é a promoção de assentamentos. Ficavam vedadas, de uma vez por todas, as pretensões dos denominados árabes-israelenses por igual cidadania dentro do Estado judeu; e expunha-se claramente a relação intrínseca existente entre as violações israelenses nos TPO (assentamentos) e a política nacional para a população palestina de dentro de Israel, os denominados árabes-israelenses²⁹.

Segundo Ingrid Jaradat, o governo de Benjamin Netanyahu lançou uma ofensiva declarada e inédita contra a liberdade de expressão e demais direitos civis em Israel. Os governos israelenses anteriores, lembra a autora, liderados pela centro-esquerda trabalhista, evitavam ataques tão visíveis contra as liberdades civis, com o intuito de preservar a ideia de uma Israel democrática. Em suas ofensivas, preferiam lançar mão de pretextos de “segurança” e “contraterrorismo”, previstos nas Leis de Emergência vigentes em Israel, e no regime de lei marcial que vigora nos TPO³⁰.

28 Ali Younes. Knesset disqualifies bill seeking equal status for Jews and Arabs. *Al Jazeera*, 5 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/06/knesset-disqualifies-bill-seeking-equalde-status-jews-arabs-180605103127742.html>>. Visto em junho de 2018.

29 Cf. Basic Law: Israel - the Nation-State of the Jewish People. Disponível em: <<http://knesset.gov.il/laws/special/eng/BasicLawNationState.pdf>>. Visto em 20 de julho de 2018

30 Veja Ingrid Jaradat, Noura Erekat e Diana Buttu. Threats to human rights defenders: how far will Israel go? *Al Shabaka*, 4 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/roundtables/threats-human-rights-defenders-far-will-israel>

Paralelamente, segue Jaradat, o governo tem permitido o emprego de extrema violência por parte de soldados, e colonos nos TPO, contra defensores de direitos humanos. Em terceiro lugar, com o objetivo de barrar o BDS, diz Ingrid, “Israel empreende uma campanha ao estilo macarthista contra qualquer um que se coloque em defesa do povo palestino”, com falsas acusações de antissemitismo, e a extensão desses ataques a outros países. Como consequência, aponta a autora, já se observa na Europa e Estados Unidos um clima de encolhimento do espaço da sociedade civil e de suas liberdades civis³¹.

No Brasil, não deixa de ser preocupante que o governo que sucedeu, e os que venham a suceder, os treze anos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), abandonem a postura de clara condenação da Ocupação e das reiteradas incursões militares israelenses contra os palestinos. A postura adotada pelo governo e pela chancelaria incide sobre a relação que se mantém com a sociedade civil e afeta a já difícil defesa dos palestinos contra as violações israelenses a seus direitos, principalmente nos foros multilaterais, como evidenciou o recente caso da ameaça de retirada do voto brasileiro da Decisão da 199ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO (2016) denunciando as violações israelenses a locais históricos e culturais muçulmanos, em Jerusalém³².

go/>. Visto em 11 de novembro de 2017. Vale lembrar que as Leis de Emergência foram criadas pelo governo britânico mandatário em 1945 e incorporadas pelo recém-criado Estado de Israel em 1948, para lidar com os 150.000 palestinos que permaneceram dentro das suas fronteiras após a expulsão e êxodo da imensa maioria, ou seja, cerca de 800.000 que ali habitavam. O regime de lei marcial, amparado nas Leis de Emergência, foi o regime jurídico ao qual essa população palestina de Israel foi submetida. As Leis de Emergência e o regime de lei marcial possibilitaram criar tribunais militares para julgar civis sem direito à apelação, realizar buscas e apreensões sem mandato, proibir a publicação de livros e jornais, demolir casas, deter indivíduos administrativamente por um período indeterminado, fechar territórios, impedir o acesso de comunidades inteiras a suas terras, e impor o toque de recolher; restringiam severamente a movimentação, proibiam organizações políticas, impunham a censura e limitavam as oportunidades de emprego. Em 1966, o regime de lei marcial foi suspenso dentro de Israel mas aplicado no ano seguinte aos Territórios Palestinos Ocupados. Já as Leis de Emergência continuaram em vigor e só foram formalmente suspensas em 1996.

31 Veja Ingrid Jaradat, Noura Erekat e Diana Buttu. Threats to human rights defenders: how far will Israel go? *Al Shabaka*, 4 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/roundtables/threats-human-rights-defenders-far-will-israel-go/>>. Visto em 11 de novembro de 2017.

32 Decisão do Conselho Executivo da UNESCO sobre o patrimônio cultu-

Também diz respeito à chancelaria, o fato de que todos os anos, há um fluxo discreto porém constante, de brasileiras e brasileiros, principalmente estudantes, viajando à Palestina e a Israel para trabalhar de maneira voluntária, por períodos de um a três meses, em organizações das mais variadas.

Dentre os programas internacionais com significativa participação brasileira, está o EAPPI (*Ecumenical Accompaniment Programme in Palestine and Israel*), fundado em 2002 pelo Conselho Mundial de Igrejas (entidade que representa 550 milhões de cristãos ao redor do mundo) em resposta a um apelo lançado pelas Igrejas de Jerusalém ao mundo. O programa leva voluntários de 25 países, todos os anos, para atuar durante três meses junto a comunidades palestinas ameaçadas numa base diária pela violência, seja do exército israelense, seja de colonos. Sua presença dentre a população serve não apenas como proteção, mas denúncia. São traçados relatórios que ajudam a registrar e dar visibilidade mundial à situação vigente. Nas palavras de Manuel Quintero, antigo coordenador internacional do programa, quando este começou em 2002 esperava-se que a ocupação não durasse mais que uma década. “No entanto, dado o abuso de direitos humanos, refletidos na violência praticada pelos colonos, na demolição de casas, e restrições à liberdade de movimentação, ainda vigentes em 2012, a realidade é que o EAPPI é mais que nunca necessário”³³.

Vale ainda mencionar a presença de brasileiros em organizações como o *Civic Coalition*, Jerusalém; *Zochrot*, Tel Aviv; *De-colonizer*, Tel Aviv; *Jordan Valley Solidarity*, no Vale do Jordão; *Adameer*, Ramallah; *Stop the Wall*, Ramallah; *Al-Haq*, Ramallah; *Palestinian Working Women's Society for Development* (PWWSD), Ramallah; *Alternative Information Center* (AIC), Beit Sahour; *Alternative Tourism Group* (ATG), Beit Sahour; ou o *Centro Lajee*, dentro do campo de refugiados de Al Aida. Algumas dessas organizações, como o AIC israelense, ou o *Stop the Wall*, palestino, destacam-se na atuação contra a ocupação e a colonização da Palestina, sendo que este último tem vasto trabalho na organização de comitês populares de resistência à expropriação de terras e ao Muro. Mesmo aqueles que atuam especificamente no combate ao abuso de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, como *Al-Haq*, ou o *Adameer*, inserem seu ativismo no bojo da luta pelo fim da ocupação e tendem a aderir ao movimento BDS.

ral nos territórios ocupados. *Ministério das Relações Exteriores*, 9 e junho de 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14191-decisao-do-conselho-executivo-da-unesco-sobre-o-patrimonio-cultural-nos-territorios-ocupados>>. Visto em 21 de junho de 2018.

33 Cf. <http://eappi.org/en/about/history>.

Os movimentos aqui analisados em sua relação com a questão palestina - desde o MST-Via Campesina até os sindicatos e organizações de defesa de direitos humanos - possuem vários entrecruzamentos e espaços de atuação conjunta. Sendo que um dos espaços privilegiados de discussão e mobilização tem sido o Fórum Social Mundial, notadamente o Fórum Palestina Livre realizado em Porto Alegre, em 2012, com a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no seu preparo e a adesão de mais de três mil pessoas. A consciência compartilhada pelos movimentos, após as lições de Oslo e duas décadas de imobilismo da comunidade internacional, é que a solução só pode partir de dentro, e de baixo. Hoje, os movimentos palestinos de resistência não-violenta resistem, ainda, à fragmentação da liderança palestina e aos conflitos de interesse derivados da regionalização da Guerra da Síria, construindo, com os principais movimentos da sociedade civil ao redor do mundo, uma atuação autônoma e empoderada na busca pelos direitos palestinos.

Referências

- ABDELNOUR, Samer. A new model for Palestinian development. *Al-Shabaka*, abril de 2010. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/new-model-palestinian-development/>>.
- ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém*. Uma cidade, três religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AZZAM, Fateh. NGOs vs. Grassroots Movements: a false dichotomy. *Al Shabaka*, 6 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/ngos-vs-grassroots-movements-a-false-dichotomy/>>.
- Civic Coalition for Palestinian Rights in Jerusalem. *Israel Announces Illegal Settlement Expansion*. Jerusalém, 29 de fevereiro de 2016.
- DANA, Tariq. Palestinian Civil Society: what went wrong? *Al Shabaka*, abril de 2013. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/palestinian-civil-society-what-went-wrong/>>.
- Union of Agricultural Work Committees. Disponível em: <<http://uawc-pal.org/UAWCAbout.php>>.
- EREKAT, Noura. What role for law in the Palestinian struggle for liberation?

Al Shabaka, março 2014. Disponível em: <www.al-shabaka.org>.

Farming in the mouth of the lion: a case study on Wadi Fuken. *Stop the Wall*. Palestinian Grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign. 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://www.stophewall.org/farming-mouth-lion-case-study-wadi-fuken>>.

GHANEM, As'ad. Israel's second-class citizens. Arabs in Israel and the struggle for equal rights. *Foreign Affairs*, vol. 95, no 4, jul-ago 2016.

Haaretz. *Editorial*: The Goal, a Knesset without Arabs. Tel Aviv, 2 de março de 2016.

JARADAT, Ahmed. Movimento Camponês na Palestina: um avanço chave para a defesa da justiça social. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/02/01/movimento-campones-na-palestina-um-avanco-chave-para-a-defesa-da-justica-social.html>>.

KORN, Alina. The ghettoization of the Palestinians. In: Ronit Lentin (org.). *Thinking Palestine*. Nova Iorque: Zed Books, 2008.

La Via Campesina. *Mision Palestina*: Via Campesina pide respecto para soberanía alimentaria, 5 de abril de 2002. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/mision-palestina-via-campesina-pide-respecto-para-soberanalimentaria/>>.

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Programa Agrário do MST* – Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Secretaria Nacional, setembro de 2013.

NASHIF, Nadim e NAAMNEH, Raya. Palestinian citizens in Israel: a fast-shrinking civil space. *Al Shabaka*. 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/commentaries/palestinian-citizens-in-israel-a-fast-shrinking-civic-space/>>.

PAPPE, Ilan. The mukhabarat state of Israel: a state of oppression is not a state of exception. In: Ronit Lentin. *Thinking Palestine*. Londres/Nova Iorque: Zed Books, 2008.

ROY, Sara. De-development revisited: Palestinian economy and society since Oslo. *Journal of Palestine Studies*. Vol. 28, no 3, primavera de 1999.

RUMLEY, Grant e TIBON, Amir. How Palestinians may eventually get their state. The Death of the Two-State Solution. *Foreign Affairs*, no 4, vol.

94, jul-ago 2015, pp. 78-87.

SACHS, Nathan. Why Israel Waits: anti-solutionism as a strategy. *The Post-American Middle East*, *Foreign Affairs*, nov.-dec. 2015, pp. 74-83.

SOVICH, Nina. Palestinian Trade Unions. *Journal of Palestine Studies*. Vol. 29, No. 4, Outono 2000, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2676562?seq=1#page_scan_tab_contents>.

TARTIR, Alaa e WILDERMAN, Jeremy. Can Oslo's failed aid model be laid to rest?, *Al Shabaka*, 18 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://al-shabaka.org/briefs/can-oslos-failed-aid-model-be-laid-rest/>>.

THRALL, Nathan. Along the divide. *London Review of Books*, 5 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v37/n21/nathan-thrall/along-the-divide>>.

WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land*. Londres: Verso, 2007.

ZREIK, Raef. Why the Jewish State Now? *Institute for Palestine Studies*, vol. 40, no 3, Beirute, 2010/2011.

Capítulo 5

Construir um diálogo Brasil-Tunísia para a consolidação da democracia

Cecilia Baeza

O processo de democratização na Tunísia ocupa um lugar central para o futuro do mundo árabe. Logo depois da revolução tunisiana de janeiro de 2011, praticamente todas as capitais árabes testemunharam protestos populares inspirados no caso da Tunísia. Com mais ou menos sucesso, ativistas pró-democracia de quase todos os países da África do Norte e do Oriente Médio se aglutinaram nas praças principais das cidades para exigir mudanças políticas e reformas econômicas, e na maioria dos casos, a queda dos regimes autoritários. Cinco anos depois desse momento de efervescência democrática na região, a Tunísia é o único país que conseguiu manter a transição em marcha. Todavia, a História não é linear; nada condena os outros países árabes a fracassar nos seus intentos de democratização, como nada tampouco garante que a Tunísia conseguirá consolidar a nova democracia.

Os desafios da Tunísia são imensos. Para muitos tunisianos, especialmente nas regiões pobres do Sul e do interior, os objetivos originais da revolução – trabalho, dignidade e liberdade – continuam sendo insatisfeitos. A taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 29 anos passou de 25% em 2007 para 35,2% em 2012. A situação é terrível se consideramos que quase um terço da população está nessa faixa etária. A onda de contestação que atravessou o país em janeiro de 2016, às vezes com violência, foi uma cruel chamada de atenção para a realidade. Apenas uns meses depois do Quarteto tunisiano de Diálogo Nacional vencer o Prêmio Nobel da Paz 2015, o quinto aniversário da revolução deu às camadas mais desfavorecidas uma oportunidade de lembrar que sem progresso social, a democracia tunisiana permaneceria fraca.

A necessidade de aprofundar a transformação democrática mostra-se cada vez mais urgente, mas o país tem também outros demônios que enfrentar. 2015 foi um ano negro para a Tunísia em matéria de terrorismo, com dois atentados que tiveram como alvo principal os turistas estrangeiros. Dezenas de pessoas morreram e milhares de turistas cancelaram suas viagens para a Tunísia. O terrorismo busca minar os esforços do país para

relançar a atividade econômica. O agravamento dos problemas socioeconômicos cria um círculo vicioso que alimenta os movimentos jihadistas. Aliás, o terrorismo leva o governo tunisiano a priorizar as políticas de segurança às custas das reformas da polícia e da justiça. Isso pode gravemente afetar o processo de democratização, restringindo as liberdades públicas, como no caso de uma aplicação abusiva do Estado de emergência¹.

Perante essa situação, como o Brasil, seu governo, e ainda mais sua sociedade, podem contribuir à consolidação da democracia tunisiana? De que maneira a experiência de democratização do Brasil – um processo certamente ainda em curso sob certos aspectos – pode servir para a sociedade tunisiana? Parece difícil, no contexto da profunda crise política pela qual o Brasil está passando, imaginar que o país possa contribuir para pensar a democracia tunisiana. Porém, são precisamente as lutas da sociedade brasileira para conquistar uma democracia mais justa, inclusiva e transparente assim como os obstáculos nesse caminho, que talvez permitam construir uma ponte entre o gigante sul-americano e o pequeno país norte-africano.

Após uma breve apresentação do marco teórico e das variáveis que permitem fundamentar o diálogo entre o Brasil e a Tunísia, esse capítulo explora três áreas nas quais ambos países têm muito para compartilhar: a luta contra a pobreza e as desigualdades; as reformas do sistema político e seus desdobramentos; a democratização da justiça e da polícia.

Pensar o diálogo Sul-Sul sobre processos de democratização

Além dos modelos

A literatura acadêmica sobre os processos de democratização, conhecida como “transitologia”, teve a tendência, durante as décadas de 1980 e dos 1990, a estabelecer modelos a seguir. A vontade de elaborar uma sistematização teórica a partir de diferentes casos levou vários autores a delinear uma sequência de como *deveriam* acontecer os processos de mudança política (Dobry, 2000). O “modelo espanhol” foi, em particular, por muito tempo considerado como um exemplo paradigmático de transição democrática bem-sucedida. Porém, essa dimensão prescritiva da transitologia foi criticada, tanto por seu caráter mecanicista e teleológico (O’Donnell, 1995; Camau, 2002), quanto por seu viés conservador, já que essa literatura tendia a fazer do “pacto entre elites” o caminho a seguir, sem considerar os cus-

1 Tunisia struggles to square security with democracy, *Financial Times*, July 10, 2015.

tos que isso poderia envolver em termos de justiça transicional e transformação social e política (Guilhot e Schmitter, 2000).

Aliás, os critérios segundo os quais um observador considera um processo de democratização como bem sucedido dependem muito do seu foco de interesse. Desde o ponto de vista das instituições, o Brasil tem provado – pelo menos até a crise atual – a sua estabilidade e robusteza democrática (Powers, 2010), permitindo por exemplo uma alternância política serena entre o PSDB e o PT em 2003, embora esse último partido tenha sido considerado por muito tempo como uma “ameaça” por parte das elites brasileiras (Samuels, 2008). Porém, para as vítimas de violações dos direitos humanos e seus parentes, a democracia pareceu caminhar muito mais devagar (Pereira, 2000), com a criação de uma Comissão Nacional de Verdade só em 2011, ou seja, vinte-três anos depois do fim da ditadura militar.

As mesmas diferenças de apreciação já estão aparecendo no caso tunisiano. O bom desenrolar das eleições de dezembro de 2014 fez com que alguns observadores já falassem da transição democrática na Tunísia como uma *success story*, como o titulóu *The Guardian* em um editorial. Para o jornal britânico, “esta votação completou um ciclo eleitoral que tem amarrado o surgimento pacífico de uma nova ordem democrática pós-revolucionária nesta nação”². Porém, para Nadia Marzouki, “a narrativa do ‘sucesso tunisiano’ (...) deve ser criticada. Todos os elogios da Tunísia começaram a funcionar, em ambos os discursos árabe e ocidental, como uma ferramenta para silenciar as reclamações legítimas sobre o curso da transição pós-Ben Ali. Os argumentos são muitas vezes baseados na suposição paternalista de que as realizações da Tunísia são ‘suficientemente boas’ para um país árabe, ou na consideração ocidental-cêntrica de que a França e os Estados Unidos levaram dois séculos para alcançar as diversas metas democráticas que sustentaram suas revoluções respectivas” (Marzouki, 2015). Para Marzouki, o país está ainda muito longe de ter consolidado o pluralismo político e encontrado os canais políticos para lidar com as demandas sociais.

Esse capítulo não pretende, portanto, fazer reviver a ideia de “modelo”. Aquela demonstrou não só seus viés, como também seu caráter perigoso, como o comprovou o desastroso experimento estadunidense de exportação da democracia pela força no Iraque (Beetham, 2009). Recusar a dimensão prescritiva da transitologia não significa que não possa haver um diálogo construtivo e frutífero entre países que tiveram experiências de

2 The Guardian view on Tunisia’s transition: a success story, Editorial, *The Guardian*, 26 December 2014.

democratização. Esse diálogo é certamente relevante, em particular entre regiões em desenvolvimento com características semelhantes. Um diálogo sul-sul possui a horizontalidade necessária para evitar os discursos de autoridade das grandes potências, e poder discutir, sem temor a um juízo neocolonial, tanto das políticas bem sucedidas quanto dos erros cometidos.

De fato, o início das Primaveras Árabes pareceu sugerir que a América Latina poderia contribuir para a democratização no mundo árabe³. Porém, com a degradação da situação na Síria e no Iêmen, assim como o retorno dos militares no Egito, o interesse para uma troca de experiências entre América Latina e os países árabes em matéria de democratização começou a desvanecer-se. A Tunísia, apesar de conhecer uma trajetória esperançosa, sofreu dessa tendência. A fraca relação histórica da Tunísia com a América Latina assim como o déficit de conhecimento sobre esse país fizeram com que se instalasse um relativo desinteresse tanto nas diplomacias, quanto nas universidades e nas mídias da região. A profunda crise política e econômica que atravessa o Brasil desde 2014 também contribuiu para certo hermetismo de parte da diplomacia brasileira. A ambição desse capítulo é precisamente tentar reverter essa indiferença ao traçar linhas de cooperação bilateral.

Os elementos para comparar o Brasil e a Tunísia

O Brasil e a Tunísia pertencem certamente a categorias de países muito diferentes em termos de território (o Brasil é o equivalente de 52 vezes a área da Tunísia), demografia (a população brasileira é 20 vezes maior), peso da economia à nível mundial (o Brasil sendo a sexta economia mundial), e composição religiosa (cristãos vs. muçulmanos). Ainda assim, é possível comparar as trajetórias de democratização e identificar os elementos que devem ser tomados em consideração na hora de trocar experiências. Pelo menos quatro variáveis externas e internas podem ser destacadas.

3 Em 2011 e 2012, houve várias iniciativas nesse sentido. O Kellogg Institute for International Studies e o Kroc Institute for International Peace Studies da University of Notre Dame organizaram em outubro de 2011 uma conferência internacional intitulada *Transições para a democracia e a Primavera Árabe: Pode América Latina pode servir de lição para o Oriente Médio?*. Em janeiro de 2012, a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (UNESWA) convocou em Beirute (Líbano) uma reunião sobre as transições democráticas no mundo árabe com personalidades políticas de vários países, entre as quais Michelle Bachelet, naquela época ex-Presidente do Chile.

A natureza dos regimes autoritários derrotados apresenta diferenças significativas. O Brasil foi marcado pela dominação da instituição militar (cinco generais foram presidentes entre 1964 e 1985), quando no caso da Tunísia, o regime caracterizou-se por uma autocracia, a do presidente Zine el Abidine Ben Ali e seu clã, apoiada por um Estado policial. Em ambos os casos, tratou-se de ditaduras longas – vinte um anos dos generais no Brasil e vinte-quatro anos do presidente Ben Ali na Tunísia – que transformaram profundamente as estruturas do Estado. Sem entrar agora nos detalhes, as práticas herdadas da época da ditadura constituem legados autoritários que impregnaram a cultura das instituições, em particular a da justiça e da polícia, que usaram por décadas métodos combinando repressão e impunidade.

Em termos de contexto, os processos de transição no Brasil e na Tunísia foram iniciados em momentos históricos muito distintos, a saber, os anos 1980, última década da Guerra Fria, e os anos 2010, segunda década da declarada “Guerra contra o Terror”. Todavia, ambos momentos compartilham certas semelhanças no que diz respeito à determinação dos comportamentos das grandes potências, já que como o observou Mary Kaldor (2011), “a ameaça islâmica passou a desempenhar o papel que a ameaça comunista tinha jogado para o Ocidente ou a ameaça ocidental tinha jogado para o Oriente”. A desconfiança em relação aos atores islâmicos na sua globalidade, sem considerar sua grande diversidade ideológica, constitui ainda no mundo árabe um obstáculo fundamental ao reconhecimento de todas as forças democráticas que compõem as sociedades da região. A Tunísia não é uma exceção se consideramos o ceticismo que provocou a vitória, nas primeiras eleições de 2011, de Ennahda – um partido próximo dos irmãos muçulmanos – entre as diplomacias das grandes potências, em particular a francesa (Marzouki, 2015).

Em ambos países, os processos constitucionais que permitiram refundar o pacto político nacional – no período 1987-1998 no Brasil e 2011-2014 na Tunísia – foram extraordinariamente ricos e inclusivos, embora através de mecanismos diferentes. No Brasil, audiências públicas com especialistas e entidades representativas da sociedade civil permitiram dar um espaço à participação popular, proporcionando uma interação direta entre os movimentos sociais e os 559 congressistas que compunham a Assembleia Nacional Constituinte. Posteriormente, o conteúdo das reivindicações foi encaminhado através de “emendas populares” que seriam o objeto de negociações (Brandão, 2011). Após vinte meses de trabalhos, em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição do Brasil, também chamada de “Constituição Cidadã”. Acolhendo o pedido por mais direitos sociais, os parlamentares constitucionalizaram vários direitos trabalhistas, como o direito

de greve, a liberdade sindical, a jornada de trabalho reduzida para 44 horas, o abono de férias, o décimo terceiro salário para os aposentados, a renda mensal vitalícia para idosos e deficientes, e o seguro-desemprego. No plano dos direitos humanos e culturais, os constituintes definiram racismo como crime inafiançável e imprescritível, e a tortura como crime inafiançável e não anistiável. As comunidades quilombolas viram seus direitos de propriedade reconhecidos e garantidos.

Na Tunísia, foi o perfil dos deputados eleitos na Assembleia Constituinte em 2011 que permitiu abrir o espaço político a setores que nunca tinham sido ouvidos no passado. 217 deputados de todas as regiões, classes e gerações – incluindo tunisianos do exterior (17 lugares atribuídos) –, a maioria deles sem experiência política prévia, iniciaram um diálogo difícil e às vezes aquecido (Perez, 2013). O debate principal foi sobre o lugar do Islã na ordem constitucional. Finalmente, chegou-se à reconhecer o Islã como religião da Tunísia, mas sem que a charia fosse a fonte da lei, e garantido o caráter civil do Estado. Aliás, a Constituição estabeleceu uma lista exaustiva de direitos e liberdades individuais e coletivas, como a proibição da tortura, a presunção de inocência e o direito a um julgamento justo, a liberdade de opinião, expressão, informação e publicação, a liberdade de formar partidos políticos, sindicatos e associações, entre outros. O artigo 40 estabelece que “cada cidadão e cada cidadã têm o direito de trabalhar em condições dignas e salários justos.” Finalmente, a Constituição da Tunísia converteu-se, no mundo árabe e muçulmano, na lei fundamental que oferece mais garantias para os direitos das mulheres. Assim, a Constituição obriga o Estado a garantir a representação das mulheres nas assembleias eleitas, e consagra o princípio de igualdade e a luta contra a violência contra as mulheres.

Porém, destaca-se na Tunísia como no Brasil a permanência de antigos atores no novo jogo político, a maioria reciclados em novos partidos mas que tiveram participação direta no antigo regime. Nos dois países, os processos deram lugar a debates ricos mas também a negociações duras que obrigaram a concessões mútuas. O resultado foram Cartas Magnas que, com frequência, são criticadas pela falta de coerência e pelos “compromissos feios” (Reich, 1998) que fazem com que ambas constituições mantenham certos traços autoritários. Na Constituição Federal brasileira de 1988, as cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, policiais militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral, permaneceram praticamente idênticas à Constituição autoritária de 1967/69. As Forças Armadas tiveram papel de grande importância na manutenção de suas prerrogativas, pois nomearam 13 oficiais superiores que fizeram lobby pelos seus interesses no período de redação daquela carta (Zaverucha, 1998). Na Cons-

tituição tunisiana, inúmeras leis em flagrante contradição com o pluralismo permanecem em vigor (Marzouki, 2015). A lei de estado de emergência de 1978 é um exemplo marcante. O código penal mantém-se inalterado também. Ele ainda inclui cláusulas que criminalizam a difamação e “publicações proibidas”. Enquanto o infame código da imprensa desapareceu, um número substancial de seus artigos foram transferidos para o código penal e assim continuam a estabelecer limites sobre a liberdade de expressão.

Por último, o Brasil e a Tunísia têm em comum o fato de serem países em desenvolvimento, com grandes desigualdades sociais e regionais que pesam fortemente sobre o processo de democratização. Abordaremos essa dimensão na próxima seção.

As lições da experiência brasileira

Dadas essas características, quais são os elementos que poderiam dar lugar a um diálogo entre o Brasil e a Tunísia para contribuir à consolidação da democracia? Responder essa pergunta requer imaginação política, e superar não apenas a ideia de “modelo a exportar”, mas também a noção do que a cooperação bilateral compete unicamente aos governos. O que está em jogo não se limita à promoção por parte do Brasil das suas políticas bem-sucedidas – como parte de uma estratégia de *soft power* –, mas inclui uma troca de experiências que envolve as sociedades com suas respectivas lutas e demandas sociais.

Quatro temas nos parecem poder constituir a base desse diálogo entre o Brasil e a Tunísia: a luta contra a pobreza e desigualdades; os mecanismos inclusivos de participação política; a questão do sistema político e seus desdobramentos na luta contra a corrupção; e a reforma da justiça e da polícia. Já que a questão da democracia participativa é tratada em outro capítulo desse volume⁴, trataremos dos três outros temas.

A luta contra a pobreza e as desigualdades

O Brasil é o único país emergente que tem conseguido, pelo menos até 2010, garantir simultaneamente taxas de crescimento elevadas, reduzir significativamente a pobreza, e reduzir as desigualdades (Casanova e Kassum, 2014). O país realizou uma “revolução silenciosa” em pouco mais de uma década, conseguindo que a pobreza caísse para menos de um sétimo

4 Ver capítulo de Geraldo Campos.

daquela registrada em 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012. Um estudo do Banco Mundial mostra que a redução da taxa de pobreza por unidade de crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita foi cinco vezes maior do que na China ou na Índia (Ravallion, 2009). Ademais, enquanto o boom econômico da China e da Índia produziu um aumento da desigualdade em ambos os países, a pontuação do Brasil no índice de Gini caiu de 0,61 em 1990 para um mínimo histórico de 0,53 em 2010. Em consequência, a classe média brasileira expandiu-se de 38% da população total em 2002 para 53% em 2012 (Secretaria de Assuntos Estratégicos Presidência da República, 2012).

Como o sublinham Lourdes Casanova e Julian Kassum (2014), os ingredientes desse sucesso foram vários. Segundo Pierre Salama, o crescimento econômico foi o principal fator, em conjunto com uma melhoria geral nas condições de emprego através de aumentos salariais regulares e uma maior criação de emprego no sector formal (Salama, 2010). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o salário mínimo foi triplicado, passando de 264 BRL para 724 BRL em 2014 (medido a preços constantes). Outro fator importante foi a expansão do crédito para as populações de baixa renda, uma estratégia que foi promovida ativamente pelo governo através do sistema bancário público. Enquanto isso criou situações de endividamento, o acesso ao crédito tem sido uma ferramenta importante para dar acesso a camadas mais pobres a bens de consumo antes inacessíveis.

Porém, essas políticas ligadas ao crescimento econômico não teriam tido tanto sucesso sem os programas sociais inovadores que o Brasil experimenta há mais de uma década. Muitos deles foram introduzidos pela primeira vez pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, mas foi o presidente Luís Inácio Lula da Silva que os tornou centrais. Sob o rótulo de Bolsa Família, o governo Lula melhorou a coordenação e aumentou o financiamento dos diversos programas de “transferência condicional de renda”, tais como Bolsa Escola, para aumentar a frequência escolar, Bolsa Alimentação para a nutrição materna, ou Auxílio-Gás, um subsídio de gás de cozinha. Mais de 48 milhões de pessoas, um quarto da população do Brasil, estão agora registrados através do Cadastro Único para Programas Sociais, que permitiu que o Bolsa Família chegasse aos 5570 municípios do país. Estes programas sociais são relativamente baratos e continuam sendo uma proporção pequena do orçamento social total (Hall, 2006). De acordo com o IPEA, os gastos do Bolsa Família representaram em 2012 apenas 0,4% do PIB do país. Em 2011, a presidente Dilma Rousseff lançou Brasil Sem Miséria, um novo plano para ampliar os benefícios para a população brasileira que vive em condições de extrema pobreza.

Outros programas também merecem ser mencionados. Entre esses, destacamos dois:

- *Fome zero*, que combina um suporte técnico para a agricultura familiar, iniciativas de educação alimentar e a criação de restaurantes subsidiados para a população de baixa renda.
- *Os programas de ação afirmativa destinados a impulsionar o número de alunos negros nas universidades*. Embora muito controverso, esse programa está começando a fazer a diferença. Estudantes negros e pardos representam hoje 35% das matrículas em faculdades, em comparação com 10% em 2001. De acordo com dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens pretos entre 18 e 24 anos que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8%; o de pardos, 2,2%. Em 2013, após diversas instituições terem adotado cotas raciais, esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. Em 3 anos, 150 mil estudantes negros ingressaram em universidades por meio de cotas.

Em 2012, a viagem de Antônio Patriota, então ministro das Relações Exteriores, para Túnis, apareceu como uma oportunidade de cooperação no âmbito das políticas sociais. Moncef Marzouki, presidente da Tunísia nesse momento, elogiou o Brasil como um “exemplo de democracia e de desenvolvimento social”. Em 3 de abril de 2015, o Secretário de Assuntos Internacionais, junto com o apoio da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, recebeu uma delegação da Tunísia que esteve no Brasil para participar de um seminário sobre políticas sociais organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O foco da reunião foram os mecanismos de financiamento das políticas sociais brasileiras, em especial as políticas e programas focados em crianças e adolescentes.

A cooperação poderia, com certeza, ser estendida a outras dimensões da política social. Um dos principais problemas da Tunísia são as disparidades regionais. Elas são particularmente evidentes no que diz respeito à pobreza, que se concentra nas regiões ocidentais do país (as governadorias de Kasserine, Kairouan e Sidi Bouzid) (Mestiri, 2016). Apesar de um declínio geral na taxa de pobreza a nível nacional, os ganhos na redução da pobreza continuam sendo frágeis e desiguais. Por exemplo, a taxa de pobreza na Grande Túnis é cerca de 9%, ao mesmo tempo que atingiu um máximo de 32% na região Centro-Oeste. As disparidades regionais são manifestas em termos de desenvolvimento humano e acesso a serviços públicos básicos (saúde, educação, água e saneamento). A governadoria de Kasserine apre-

senta assim o índice de desenvolvimento regional o mais baixo do país (0,16 contra 0,76 em Túnis). As regiões centro-oeste exibem a maior taxa de analfabetismo no país (32% contra 12% em Túnis). Nestas províncias, mais de um em cada quatro alunos vive a mais de três quilômetros da escola primária mais próxima. Isso resulta em uma maior probabilidade de deserção escolar, a qual atinge 20,1% no ensino médio em Kasserine. O Cadastro Único para Programas Sociais experimentado no Brasil, assim como a condicionabilidade associada com os programas de transferências de renda (em particular sobre a escolarização das crianças), poderiam constituir uma ferramenta poderosa de correção das desigualdades regionais na Tunísia.

Outro tema central para a Tunísia é a questão do desemprego juvenil. A experiência brasileira nessa matéria é diferente um pouco da tunisiana. No Brasil, a taxa de desemprego na faixa etária dos 15 a 24 anos atingiu 15,5% em 2015, uma tendência negativa em relação aos últimos anos e diretamente relacionada com a recessão econômica que atravessa o país. Mesmo longe dos 35% que afeta essa mesma categoria da população na Tunísia, essa taxa é bastante preocupante, mas não constitui ainda uma característica estrutural do Brasil. Os problemas relacionados com o trabalho juvenil no Brasil têm mais a ver com deserção escolar⁵ e condições laborais, que com ausência de perspectivas para jovens escolarizados e diplomados, como no caso tunisiano. A questão do “trabalho decente” para os jovens – em termos de salário e de segurança para os trabalhos considerados perigosos – deu lugar em 2011 à adoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude, um programa pioneiro a nível mundial. O programa interministerial é estruturado em torno de quatro prioridades: conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; inserção digna e ativa no mundo de trabalho; mais e melhor educação; e diálogo social. Porém, três anos após sua implementação efetiva, os impactos do programa ficam pouco visíveis e difíceis de avaliar em tempos de recessão econômica.

De fato, a recessão da qual sofre hoje o Brasil afeta a imagem que tinha gerado o país. Sem crescimento econômico, as políticas sociais não só não conseguem atingir seu efeito corretor, senão que a pobreza e as desigualdades tendem a crescer novamente. Para a diretora da Cepal Lais Abramo, com uma recessão e o desemprego aumentando, “é muito provável que

5 Essa diminuiu significativamente desde 1990. Segundo a OIT, em 2011 ainda afetava um pouco mais do 15% dos jovens de 15 a 19 anos no ciclo secundário. Em 1990, a deserção escolar atingia até mais de 35% da mesma categoria.

terá um impacto negativo sobre os números da pobreza”⁶. Porém, longe de desacreditar as políticas sociais implementadas pelos governos do PT, Abra- mo insiste em que os programas conduzidos pelo governo brasileiro devem ser mantidos para impedir um retrocesso. O risco, hoje, é que o Brasil perca sua credibilidade na hora de exportar suas políticas sociais embora estas sejam muito necessárias, como no caso da Tunísia.

A dívida com as reformas políticas

Da mesma forma que algumas políticas brasileiras podem servir de inspiração, outras constituem contraexemplos dos quais pode-se retirar ensinamentos. Sem fazer uma lista exaustiva de todos os males dos quais sofrem o Estado e o sistema político brasileiro, merece ser mencionada uma série de problemas que podem encontrar certa ressonância na jovem democracia tunisiana. Os sucessivos governos brasileiros renunciaram assim sucessivamente a realizar as reformas políticas reclamadas pela sociedade civil, deixando pouco a pouco os partidos políticos canibalizar a democracia representativa. Clientelista e corrupto, o sistema de partidos políticos brasileiro experimenta hoje uma rejeição ampla e profunda que coloca em risco a adesão da população à democracia.

Existem atualmente no Brasil trinta e cinco partidos políticos registrados regularmente no Tribunal Superior Eleitoral. Os parlamentares federais – assim como os deputados estaduais e os vereadores – são eleitos sobre a base de um modelo proporcional com lista aberta, no qual o eleitor pode votar tanto no candidato quanto no partido (o chamado *panachage*). Esse sistema eleitoral permite a representação de pequenos partidos, um elemento positivo para o pluralismo político, mas também produz uma alta fragmentação do congresso. De fato, nesse sistema, fica impossível para um partido só reunir a maioria simples de 257 deputados na Câmara dos Deputados e de 41 senadores no Senado.

A fragmentação do Congresso obriga ao que Sérgio Abranches cunhou em 1988 de “presidencialismo de coalizão”, o qual consiste para os partidos em realizar alianças para poder formar um governo. A maioria do tempo essas coligações não têm muito mais sentido político que pactos ad-hoc destinados à distribuição de cargos e benefícios. A fraqueza das ba-

6 Cepal manifesta preocupação com Brasil em meio ao aumento da pobreza na América Latina, *Reuters*, 22 de março de 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0WO2UX>>.

ses programáticas dos partidos – ilustrada pela elevada taxa de “migração partidária” ou seja, um nomadismo dos parlamentares eleitos que costumam trocar de partido, especialmente na véspera e no dia depois dos ciclos eleitorais – contribui a borrar o mandato político que sustenta o governo. O último governo de Dilma Rousseff, até o processo de impeachment de 2016, estava assim dividido em oito partidos principais (PT – o partido da presidente –, PR, PCdoB, PSB, PMDB, PDT, PP e PRB), entre os quais vários são de direita. O PMDB foi o principal partido em abandonar a coalizão governamental, precipitando o processo de impeachment contra a Presidente em exercício. O governo tentou negociar os cargos deles com outros partidos em troca de apoio contra o processo de impeachment na Câmara, sem resultado. O impeachment demonstrou de forma paroxística de que maneira a fragmentação partidária aumenta desproporcionalmente a relação de barganha entre os partidos da base e o governo. Nesse contexto, a tentação de querer contornar esse obstáculo por meio de recursos ilegais pode ser muito forte, como o mostrou anteriormente a “crise do mensalão”.

Contudo, as opiniões sobre o presidencialismo de coalizão divergem. Fernando Limongi considera por exemplo que um governo com base em coalizões não constitui, em si mesmo, nem uma anomalia antidemocrática nem uma exceção brasileira. De fato, a jovem democracia tunisiana apresenta certas semelhanças com o Brasil. Justo após a revolução, 144 partidos políticos foram criados ou legalizados. Todavia, só 18 deles conseguiram ter uma representação parlamentar nas últimas eleições legislativas de 2014. Com um sistema de votação proporcional e o “método do resto maior”, fica muito improvável, lá também, que um partido possa obter por si só a maioria absoluta dos assentos. Independentemente do partido (ou coligação eleitoral) que recebe o maior número de cadeiras na Assembleia, alianças pós-eleitorais são necessárias para governar. Dois partidos dominam hoje a arena política, Nidaa Tounes (86 deputados) e Ennahdha (69 deputados). Perante a impossibilidade de formar um governo maioritário, foi anunciada em fevereiro de 2015 a formação de um governo de união, composto por membros do Nidaa Tounes, a União Patriótica livre, Ennahda, e Afek Tounes, além de figuras independentes. As diferenças ideológicas são importantes entre os membros do governo, especialmente entre Nidaa Tounes, um partido laico muito heterogêneo, e Ennahda, o histórico partido islamista tunisiano. Nesse caso, a coalizão de governo permitiu evitar uma polarização excessiva da sociedade tunisiana, como aconteceu no primeiro governo de transição em torno ao lugar da religião na política. Porém, os desacordos não são relativos a todas as temáticas: a orientação econômica liberal do governo, acentuada pela presença de ministros membros do ultraliberal Afek

Tounes, gera por exemplo consenso entre as partes da coalizão de governo. Agora, como o sublinha Maryam Bem Salem, um fracasso dessa coalizão no plano social poderia ter graves consequências para a legitimidade do sistema político tunisiano (Bem Salem, 2016).

Mais do que o sistema de votação em si, o que importa são os marcos regulatórios dos partidos e a vigilância cidadã. O financiamento das campanhas eleitorais constitui, sem dúvidas, um assunto chave. Até setembro de 2015, candidatos eram eleitos no Brasil com recursos públicos e dinheiro privado que podia provir de pessoas jurídicas. Os recursos de empresas representavam em média 75% do dinheiro usado nas campanhas. As regras de financiamento eram particularmente laxistas, com uma ausência de teto para as contribuições e com candidatos que simplesmente informavam eles mesmos quanto pretendiam gastar. Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal decidiu proibir as doações das empresas. O financiamento privado, porém, não acabou, já que poderá continuar através de doações de pessoas físicas. Há ainda o financiamento público, que é feito a partir de repasses do Fundo Partidário. Esse sistema misto segue criticado por entidades da sociedade civil que reclamam, entre outras medidas incluídas em uma possível reforma política, que 100% do financiamento dos partidos seja público. Na Tunísia, a ISIE (Instância Superior para a Independência das Eleições) – um órgão criado em 2012 – elaborou um modelo de financiamento das campanhas eleitorais muito semelhante ao novo marco legal brasileiro: trata-se de um sistema misto, que também proíbe as doações das pessoas físicas⁷. Aliás, o ISIE prevê um teto para os gastos. Este é calculado em função do número de eleitores registrados no distrito do candidato e do custo de vida. O limite corresponde a cinco vezes o montante da subvenção pública para as eleições parlamentares, e dez vezes para as eleições presidenciais. Porém, parece que a principal preocupação da ISIE foi proibir as doações provenientes do estrangeiro, e não houve muito debate sobre a questão do financiamento privado.

Em ambos casos, as derivas e as fraudes são possíveis. Por exemplo no Brasil, alguns críticos da proibição afirmam que a medida poderá estimular o “caixa 2”, quando a doação não é contabilizada legalmente. Além de regras e de vontade política, o combate contra a corrupção precisa de um ecossistema que a torne inaceitável pelos cidadãos. Nesse sentido, iniciativas como a do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), da

7 JOUAN, Barbara. (2015). *Évaluation du Cadre Juridique et des Mecanismes de Financement de la Campagne Electorale*. Publication of the British Embassy in Tunis, Tunisia.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que anunciaram em janeiro 2016 que iam a criar comitês nos Estados para acompanhar a prestação de contas das campanhas e relatar eventuais irregularidades à Justiça Eleitoral, são fundamentais. É de igual importância a mobilização cidadã na Tunísia que segue se rebelando contra o projeto de lei para a “reconciliação nos domínios econômico e financeiro” promovido pelo presidente Beji Caid Essebsi. O projeto de lei orgânica propõe uma anistia para três categorias: os funcionários públicos acusados de malversação; os empresários favorecidos sob o antigo regime e que desviaram fundos públicos; e os cidadãos processados por infrações fiscais ou de câmbio. Todavia, o projeto segue sendo examinado e um grupo de jovens tunisianos lançaram no final de agosto 2015 a campanha *Manich Msemah* (“eu não vou perdoar”). Trocas de experiências entre movimentos sociais brasileiros e tunisianos em matéria de luta contra a corrupção poderiam ser mutuamente benéficas para fortalecer a capacidade da sociedade civil de fiscalizar os partidos e lutar contra a colusão entre partidos políticos e atores econômicos.

Democratizar a justiça e a polícia

O último tema que queremos abordar aqui é a questão da democratização da justiça e da polícia. Expandir a democracia não se limita à reforma do sistema de partidos; implica abarcar o estado em sua complexidade, com foco em todos os poderes, em seus diferentes níveis, e certamente não apenas o Executivo e o Legislativo.

Existe no Brasil e na Tunísia padrões comuns de impunidade e violência policial que geram uma enorme desconfiança entre o Estado e uma parte dos cidadãos. Cinco anos após a revolução, a tortura persiste na Tunísia. Segue rotineiramente usada pela polícia para os casos relacionados com a luta contra o terrorismo, mas também para crimes comuns, principalmente quando os presos são originários de bairros desfavorecidos. Quando a polícia não tem os meios científicos para conduzir uma investigação, ela usa com frequência a violência. Os policiais que torturam gozam de uma certa impunidade. Vítimas que arquivam queixas encontram-se frequentemente processadas em outros casos. A Organização Mundial contra a Tortura (OMCT) registrou cerca de 50 denúncias de tortura e maus-tratos desde 2011. Nos últimos cinco anos, houve, pelo menos, oito casos de morte suspeita na prisão durante o período de custódia policial ou no momento da prisão.

O uso da força contra os internos também existe no Brasil pós-autori-

tário. Segundo dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os policiais brasileiros mataram, entre 2009 e 2013, uma média de seis pessoas por dia pelas ruas do país, chegando a um total de 11.197 pessoas – um pouco mais do que os policiais estadunidenses mataram nos últimos 30 anos. Os alvos da polícia, no entanto, não são aleatórios: os homens da periferia, negros e jovens são as principais vítimas. Em São Paulo, estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar apontam que 61% das vítimas da polícia são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos. A tortura é regularmente denunciada perante organizações internacionais por organizações de direitos humanos brasileiras, como a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT) e a Conectas, entre outras. Em 2014, a *Human Rights Watch* publicou um relatório onde aponta 64 casos com fortes indícios de tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante, entre 2010 e 2014 só no estado de São Paulo. Ora, esse número permite apenas vislumbrar a realidade. Para castigar, arrancar confissões ou obter informações sobre terceiros, agentes do Estado brasileiros (policiais civis e militares, agentes penitenciários, carcereiros, monitores de unidades de internação para adolescentes, etc.) acostumam usar a tortura como um método de trabalho quase rotineiro. De fato, não existem números confiáveis sobre tortura, já que as vítimas têm medo de denunciar. O que chega aos tribunais é uma pequena parcela do que ocorre diariamente. Em 2011, Luciano Mariz Maia, procurador da República e membro do Comitê Nacional Contra a Tortura, relatava assim que com o programa Disque-Denúncia federal foram recebidas 20 mil denúncias em dois anos⁸.

Como respostas às pressões internacionais e da sociedade civil, em 2013 foi estabelecido o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com um órgão de 11 especialistas independentes (peritos) que têm acesso a vários tipos de instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimentos penais, ou centros militares de detenção disciplinar. Constatadas violações, os peritos elaboraram relatórios com recomendações às demais autoridades competentes, que poderão usá-los para adotar as devidas providências. A criação desse mecanismo atendeu o compromisso assumido pelo Estado brasileiro em 2007 com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas. Esse passo foi fundamental, mas falta ainda muito para aprofundar esse processo.

8 Revista Isto É, Brasil que ainda tortura, 15 de julho de 2011. Disponível em: <http://istoe.com.br/146953_O+BRASIL+QUE+AINDA+TORTURA/>.

Ao tomar posse, o novo primeiro-ministro tunisiano Beji Caid Essebsi anunciou a eliminação da polícia política (a qual desempenhou um papel-chave na repressão da oposição) e da Direção da segurança do Estado. Por outro lado, o governo aceitou o plano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para um apoio à reforma do setor da segurança, e contribuir para o surgimento de uma polícia profissional mais próxima dos cidadãos e respeitosa do Estado de direito. Esse processo envolve também desenvolver instrumentos na luta contra a tortura e os maus-tratos por parte das forças de segurança. Em 2011, a Tunísia ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura. Em outubro de 2013, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou uma lei que cria uma autoridade superior para a Prevenção da Tortura, composto por dezesseis membros e capaz de realizar inspeções visitas não anunciadas a locais de detenção.

Apesar desses avanços, a situação da Tunísia em relação à tortura e outros abusos policiais segue frágil (Boumediene, 2016). A luta contra o terrorismo limita os esforços para aprofundar o Estado de Direito. Por exemplo, a lista dos atos que podem ser qualificados no Código Penal como tortura foi significativamente reduzida, afastando-se da definição da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura. Os limites da democratização no que diz respeito às forças de segurança se manifestam também pela falta de um código de conduta. Em julho de 2015, o *International Crisis Group* enviou um relatório com doze recomendações para a Presidência da República e o governo, os principais partidos políticos, representantes eleitos da nação e a sociedade civil. Uma recomendação insta o governo da Tunísia para desenvolver um novo código de ética nas forças de segurança internas.

No Brasil como na Tunísia, tratar da violência do Estado implica também reformar o judiciário, questionando a estrutura, organização e cultura das instituições e agentes do sistema de justiça. Em 2010, com a participação e parceria de movimentos sociais e de organizações de direitos humanos, foi criada no Brasil a Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDH). Esta rede busca problematizar a relação do sistema judiciário com os fundamentos do Estado brasileiro e com os direitos fundamentais consagrados pela Constituição de 1988. Suas críticas incluem a falta de transparência e participação social nos processos de indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal; assim como os privilégios e caráter corporativista do poder judiciário, entre eles a mudança na seleção para o ingresso nas carreiras jurídicas e a reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), uma das poucas leis da época da ditadura militar que ainda está em vigor no Brasil.

Em 22 de Outubro de 2011, o presidente interino, Fouad Mebazaa,

adoptou o decreto que altera os artigos 101-A e 103 do Código Penal da Tunísia, deixando claro que o Judiciário deve “garantir [...] a proteção dos direitos e liberdades”. O estabelecimento de tribunais de emergência é proibido, assim como a adoção de procedimentos excepcionais. A Constituição também trata de reconhecer os direitos fundamentais que devem ser concedidos durante um processo. Porém, esse processo de democratização também encontra certos limites. Os tribunais militares continuam tendo um papel excessivo, já que têm competência para julgar os crimes envolvendo militares tanto como vítimas quanto como autores, o que pode enviesar as decisões.

A luta contra o terror constitui hoje, sem dúvidas, um dos fatores mais complexos na hora de refletir sobre as práticas da polícia e da justiça. Nesse âmbito, o Brasil tem uma experiência muito reduzida. O país nunca foi o alvo de terrorismo, e foi só muito recentemente, o 16 de março de 2016, que uma lei antiterrorismo foi promulgada. A proximidade dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e a necessidade para o país de se adaptar às novas regras mundiais em matéria de segurança antiterrorista motivaram a votação dessa disposição. É importante ressaltar que a lei gerou muita polêmica entre as organizações da sociedade civil por permitir a criminalização de uma ampla variedade de atores contestatórios. De fato, há um risco grande do que o antiterrorismo se converta em Cavalo de Tróia para evitar o debate sobre o caráter discriminatório e brutal das práticas policiais, cada vez mais militarizadas. De forma significativa, o governo brasileiro anunciou em abril de 2016 iniciar uma cooperação com a Tunísia para a ampliação da cooperação na área de defesa entre os países. O então ministro Aldo Rebelo tinha anunciado a visita do ministro da Defesa da Tunísia, Farhat Horchani, para o final do mês de maio. Em março desse ano, Horchani tinha expressado o desejo de cooperar nos “setores de formação e de equipamento”, e de empreender “um programa de troca de estudantes entre escolas estatais e militares”.

Conclusão: os caminhos da cooperação entre a Tunísia e o Brasil

O Brasil e a Tunísia têm muito para compartilhar. A experiência brasileira traz lições tanto positivas quanto negativas, mostrando que existe um caminho para não repetir erros. Três grandes eixos nos parecem importantes de sublinhar. O primeiro que as reformas do Estado e do sistema político não podem esperar. Os sucessivos governos brasileiros adiaram por muito tempo reformas que hoje explicam em grande parte a profunda crise política que o país está atravessando. A fragmentação excessiva do sistema de partidos políticos pode levar o exercício do poder a se reduzir a manobras partidárias que o afastam das preocupações cidadãs. O segundo eixo é, sem

dúvidas, a questão da corrupção. Considerada às vezes como um “mal menor”, ela enfraquece as instituições no longo prazo. Por isso as mobilizações atuais na Tunísia contra a lei de “anistia econômica” são absolutamente essenciais para enraizar a democracia a partir de uma base sana. O terceiro eixo é transversal: precisa-se de uma sociedade civil vibrante com movimentos sociais fortes para monitorar e guiar a atividade política. É preocupante que ambos países estejam presenciando um movimento inverso de criminalização dos movimentos sociais, em parte em nome da luta contra o terrorismo. Essa criminalização apoia-se sobre uma polícia e uma justiça que não romperam por completo com o passado autoritário e repressivo.

Nesse sentido, resulta hoje mais necessário do que nunca reforçar os intercâmbios entre os movimentos sociais de ambos países nos âmbitos da participação democrática e da cultura. Talvez seja tempo que as organizações da sociedade civil se apoderem do mecanismo inter-regional ASPA (América do Sul – Países Árabes) como espaço de diálogo, reclamando o estabelecimento de um foro paralelo onde possam ser formuladas recomendações de políticas públicas conectadas com as preocupações das sociedades.

Referências

- BEETHAM, David. The contradictions of democratization by force: the case of Iraq. *Democratization*, 2009, vol. 16, no 3, p. 443-454.
- BEN SALEM, Maryam. The National Dialogue, Collusive Transactions and Government Legitimacy in Tunisia. *The International Spectator*, v. 51, n. 1, p. 99-112, 2016.
- BOUMEDIENE, Malik. Armée, police et justice dans la Tunisie contemporaine. *Pouvoirs*, n. 1, p. 107-118, 2016.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CAMAU, Michel. Sociétés civiles “réelles” et téléologie de la démocratisation. *Revue internationale de politique comparée*, v. 9, n. 2, p. 213-232, 2002.
- DOBRY, Michel. Les voies incertaines de la transitologie choix stratégiques, séquences historiques, bifurcations et processus de "path dependence". *Revue française de science politique*, p. 585-614, 2000.

- CASANOVA, Lourdes; KASSUM, Julian. *The political economy of an emerging global power: in search of the Brazil dream*. Palgrave Macmillan, 2014.
- HALL, Anthony. From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula. *Journal of Latin American Studies*, v. 38, n. 04, p. 689-709, 2006.
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos - CEBRAP*, (76), 17-41, 2006.
- MARZOUKI, Nadia. Tunisia's Rotten Compromise. *Middle East Report Online*, 2015.
- MESTIRI, Mhamed, Disparités Régionales, Etat des lieux d'une discrimination, *Nawaat*, 9 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://nawaat.org/portail/2016/02/09/disparites-regionales-etat-des-lieux-dune-discrimination/>>.
- SCHMITTER, Philippe C.; GUILHOT, Nicolas. *From Transition to Consolidation*. Springer Netherlands, 2000.
- PEREIRA, Anthony W. An Ugly Democracy? State Violence and the Rule of Law in Postauthoritarian Brazil. *Democratic Brazil: actors, institutions, and processes*, p. 217-235, 2000.
- PEREZ, Déborah. *Etre député en situation révolutionnaire - la fabrique du politique à l'Assemblée nationale Constituante tunisienne*, Mestrado, 2013.
- POWER, Timothy J. Brazilian democracy as a late bloomer: reevaluating the Regime in the Cardoso-Lula Era. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 4, p. 218-247, 2010.
- RAVALLION, Martin. A comparative perspective on poverty reduction in Brazil, China and India. *World Bank Policy Research Working Paper Series*, Vol, 2009, nº5080
- REICH, Gary M. The 1988 Constitution a Decade Later: Ugly Compromises Reconsidered. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 40, n. 4, p. 5-24, 1998.
- SALAMA, Pierre. Brasil, balanço econômico, sucessos e limites. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 70, p. 167-183, 2010.
- SAMUELS, David. Brazilian Democracy under Lula and the PT. *Constructing Democratic Governance in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

Capítulo 6

O Discurso da Política Externa Brasileira para o Oriente Médio no Sistema Multilateral da ONU (1995-2016)

Feliciano de Sá Guimarães e Letícia Mongelli

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso brasileiro em temas relacionados ao Oriente Médio no sistema multilateral das Nações Unidas (Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Conselho de Direitos Humanos) durante os governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). No total foram analisados 805 discursos (AGNU=490, CSNU=292, CDH=23). Destes 106 se referiram ao Oriente Médio (AGNU=43, CSNU=53, CDH=10). Buscamos responder a seguinte pergunta: qual o nível de engajamento discursivo do país nesses temas ao longo dos três governos? Nosso argumento é de que houve um contínuo incremento dos posicionamentos do Brasil desde o fim do governo FHC até o governo Dilma e que isso pode ser medido pelo tanto pelo número como pelo grau de amplitude dos discursos. Isso significa dizer que o nível de engajamento multilateral do governo Dilma é maior ou igual ao governo Lula e maior que o governo FHC em temas do Oriente Médio. Utilizamos a metodologia de análise de conteúdo para embasar o argumento.

A posição brasileira em temas do Oriente Médio¹ dentro de fóruns multilaterais foi marcada por aproximações e distanciamentos ao longo das décadas. Algumas vezes o Brasil teve posições mais próximas aos países árabes e em outras se distanciou da região (Rosa 2000, Santos 2003). Mais recentemente, alguns autores afirmam que existe um viés tendencialmente majoritário do Brasil em temas do Oriente Médio em votações na Assembleia Geral (AGNU) e no Conselho de Segurança (CSNU). Especificamente, as posições do Brasil em relação a Israel e Países Árabes seguiam um padrão majoritário e menos uma lógica regional ou específica (Casarões e Vigevani 2014, Pilla 2011).

Neste artigo demonstramos como o viés multilateralista, histórica-

1 Quando nos referimos ao Oriente Médio incluímos também países do norte da África, tais como Líbia, Argélia, Egito e Tunísia.

mente presente nos discursos e posições do Brasil em temas do Oriente Médio, foi lentamente se reconstruindo em uma política externa mais densa e específica para a região ao longo do período proposto, marcada muitas vezes por importantes votos contra-majoritários e duros discursos contra-hegemônicos². Essa nova tendência não é, contudo, pró-Israel, pró-Irã ou pró-Países Árabes, mas acompanha uma lógica de regionalização que pode ser avaliada pela amplitude dos discursos e pela dispersão das críticas, apoios e votos. Mais especificamente, demonstramos que houve um incremento da amplitude dos discursos do Brasil desde o fim do governo FHC (1995-2002), passando pelo governo Lula (2003-2010) até o governo Dilma (2011-2016) e que este último governo demonstra um nível de engajamento superior aos níveis verificados ao longo do governo FHC e, até mesmo, início do governo Lula.

Sustentamos também que quanto maior a atuação discursiva (mais discursos e mais palavras relacionados ao tema), maior é a estruturação de uma política externa regional. Isso significa dizer que lentamente o Brasil construiu interesses específicos sobre a região, manifestados na amplitude e verticalização dos discursos. Assim, essa maior amplitude discursiva aliada a alguns votos contra majoritários importantes fica mais fácil observar a especificidade de uma política regional, antes mascarada pelo véu das votações com viés majoritário.

Em todas as partes fazemos análise descritiva de conteúdo dos discursos usando *WordStat*. A técnica permitiu a viabilização da pesquisa foi identificar as palavras referentes ao Oriente Médio nos discursos e selecionar os parágrafos em que tais palavras apareceram. Os textos destes parágrafos selecionados foram inseridos no aplicativo para obter os resultados. Dessa forma, as palavras que aparecem nos gráficos abaixo têm relação direta e/ou apareceram juntas com as expressões sobre a região. No total foram analisados 805 discursos (AGNU=490, CSNU=292, CDH=23). Destes 106 se referiram ao Oriente Médio (AGNU=43, CSNU=53, CDH=10).

Os achados deste artigo corroboram parte da literatura sobre a política externa de FHC (Casarões e Vigevani 2014, Vigevani et al 2002, Vigevani et al 2004, Lessa 2000, Santos 2003) e Lula (Vigevani e Cepaluni 2007, Santos 2014, Casarões e Vigevani 2014) para o Oriente Médio. Contudo, não corrobora a literatura mais recente sobre a política externa do governo Dilma (Cervo e Lessa 2014), a qual sustenta uma retração geral do Brasil

2 A crescente ação contra hegemônica na política externa brasileira foi habilmente explicitada por Amorim Neto 2012.

no cenário internacional. Mostramos que pelo menos dentro do contexto multilateral e em temas relacionados ao Oriente Médio não houve retração e sim ampliação da ação brasileira.

O artigo é dividido em quatro partes. Primeiro, analisamos os discursos e votações do Brasil no CSNU nos biênios de 1998-1999, 2004-2005 e 2010-2011. Segundo, os discursos e votações do Brasil na AGNU entre 1995 e 2016. Terceiro, os discursos e votações do Brasil no CDH entre 2006 e 2016. Por fim, concluímos com as análises comparativas.

O Conselho de Segurança da ONU

Durante os três períodos em que o Brasil foi membro não permanente do CSNU foram apreciadas pelo menos 50 resoluções sobre Oriente Médio e Norte da África. O biênio 1998-1999 é caracterizado por um voto brasileiro que acompanha os Estados Unidos e a maioria em todas as oportunidades, apesar de ressalvas feitas durante os pronunciamentos. Já os biênios 2004-2005 e 2010-2011 apresentaram características distintas. Podem ser considerados períodos em que houve a ampliação e aumento de densidade da participação do Brasil nos temas tratados, principalmente no governo Dilma. Em ocasiões importantes o Brasil votou contra os EUA, algo inédito na história da participação brasileira no CSNU.

O biênio de 1998-1999 durante o governo FHC, o voto brasileiro acompanhou o voto dos Estados Unidos em todas as votações relativas ao Oriente Médio, apesar de ressalvas feitas durante os pronunciamentos brasileiros no conselho. Os temas mais importantes relacionados ao Oriente Médio no biênio foram a situação do Iraque quase dez anos depois da invasão aliada de 1990, quando se discutia a efetividade das sanções até então aplicadas ao regime de Saddam Hussein; a situação do conflito Israel-Palestina, embora tratada com pouca frequência; e a situação da Líbia no que diz respeito à reavaliação das sanções aplicadas àquele país. Em todas as resoluções o Brasil seguiu a maioria.

Já o período 2004-2005 durante o primeiro governo Lula, no entanto, é caracterizado por uma postura mais crítica do Brasil³. Na votação da Reso-

3 Segundo Bruno Pilla, a mudança no contexto internacional no início dos anos 2000, profundamente marcado pela invasão do Iraque pelos Estados Unidos sem aval do Conselho de Segurança, somada à ascensão à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, explicam a mudança da postura brasileira dentro do conselho no segundo biênio. Vide PILLA, 2011.

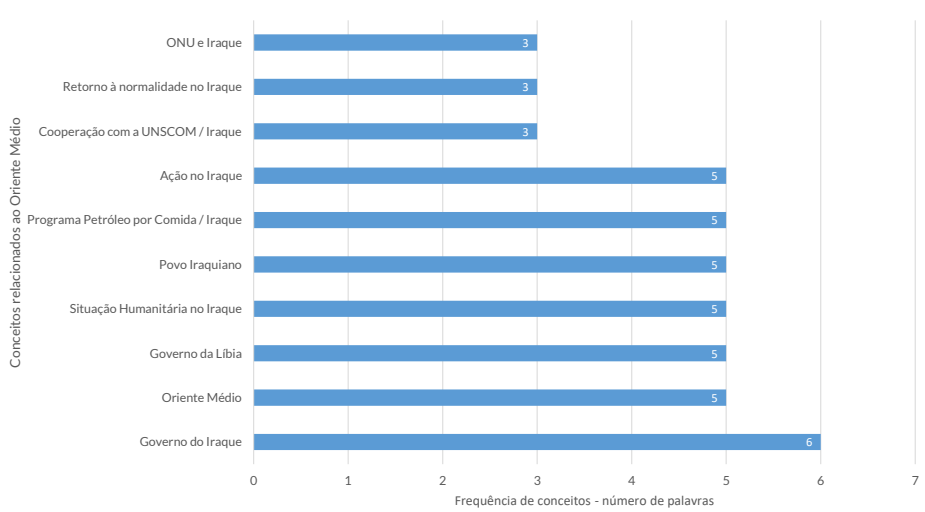
lução 1559 (Líbano 2004) o Brasil absteve-se pela primeira vez na votação de uma resolução relativa ao Oriente Médio, assim como votou a favor dos projetos de Resolução 2004/24 e 2004/783 que demandavam Israel cessarem os ataques a Gaza e vetadas pelos Estados Unidos. Mais especificamente, o *draft resolution* 2004/24 que condenava a execução extrajudicial dos palestinos foi vetada pelos Estados Unidos, apesar do voto brasileiro pela sua aprovação. Por sua vez, na 5151ª reunião é colocada em votação a *draft resolution* 2004/783, que pedia o fim das atividades militares israelenses no norte de Gaza e a retirada das suas tropas do local. A resolução teve voto favorável de Brasil, China e Rússia, mas foi vetada pelos Estados Unidos.

Por fim, o biênio 2010-2011 dos governos Lula e Dilma é o mais crítico com pelo menos três resoluções que tiveram forte impacto na política externa brasileira, indicando a postura ainda mais crítica do que aquela verificada no biênio 2004-2005. Primeiro, a Resolução 1929 de junho de 2010 que autorizou a quarta rodada de sanções ao Irã pela falta de *compliance* com as regras de não-proliferação nuclear com o voto contrário de Brasil e Turquia. Segundo, a Resolução 1973 de março de 2011 que autorizou a intervenção na Líbia com abstenção do Brasil. Terceiro, o projeto de Resolução 2011/79 que previa a interrupção imediata da construção de assentamentos em território palestino com voto favorável do Brasil, mas vetada pelos Estados Unidos.

A análise comparada dos discursos do Brasil no CNSU em temas relacionados ao Oriente Médio mostra a maior densidade e engajamento dos governos Lula e Dilma do que o governo FHC tanto pela frequência das palavras, como pela amplitude dos temas relacionados. Os gráficos a seguir demonstram essa mudança⁴. É importante lembrarmos que o número de eventos relacionados à região foi maior durante os governos Lula/Dilma do que FHC. Contudo, o sistemático pronunciamento brasileiro sobre as temáticas aliado a um padrão de votação contra majoritário e abstenções em resoluções importantes demonstram que a PEB para o Oriente Médio se tornou mais crítica aos EUA, o que também ajuda a explicar a amplitude das abordagens. Para ser crítico, o Brasil adotou uma estratégia vocalizada de ação, substanciada por alguns votos contra majoritários, principalmente no período 2010-2011.

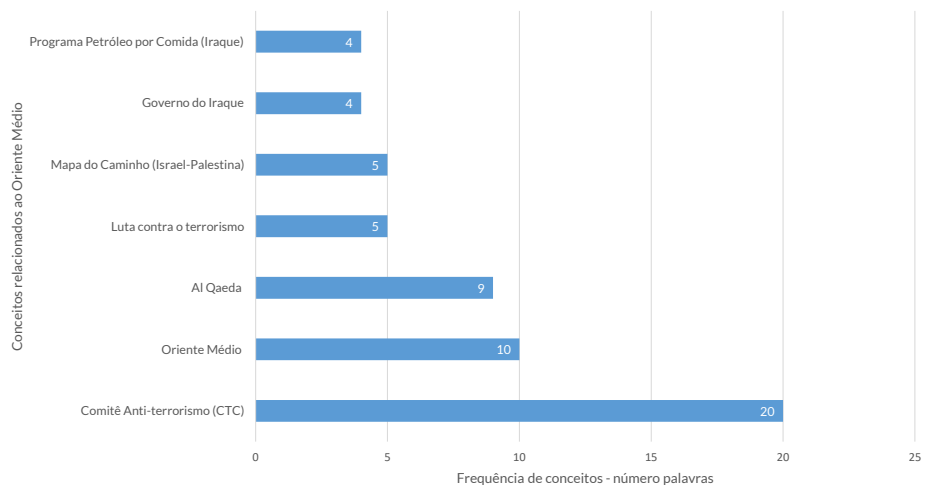
4 Nos gráficos 02 e 03 agrupamos por frases para a leitura fazer mais sentido dada a dispersão encontrada na análise por palavras.

Gráfico 01: Distribuição de Palavras Associadas ao Oriente Médio no Biênio 1998-1999 - FHC



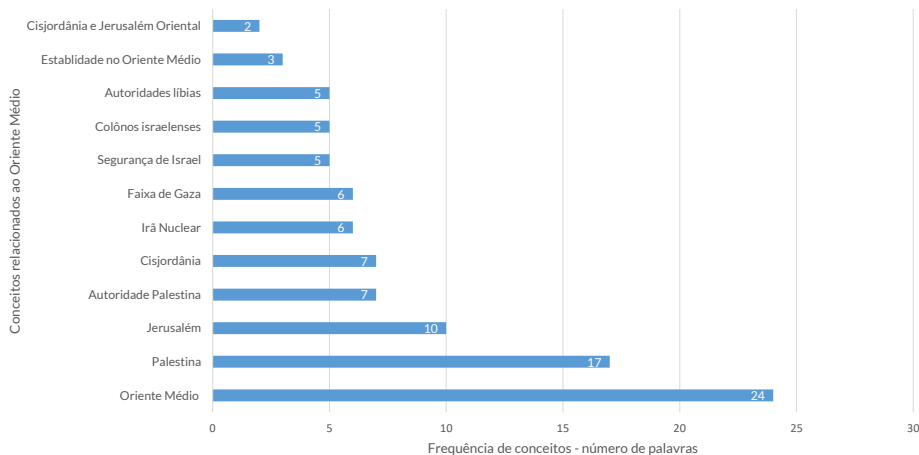
Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 02: Distribuição de Frases Associadas ao Oriente Médio no Biênio 2004-2005 - Lula



Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 03: Distribuição de Frases Associadas ao Oriente Médio no Biênio 2010-2011 – Lula/Dilma



Fonte: elaborado pelos autores.

A Assembleia Geral da ONU

A participação do Brasil na Assembleia Geral da ONU é marcada pelos discursos presidenciais e de diplomatas ocorridos na sessão de abertura e demais reuniões de trabalho. Analisamos 490 discursos brasileiros no período, sendo que apenas 43 deles faziam referência a temas do Oriente Médio. Em geral, é possível constatar um relativo crescimento do interesse brasileiro em questões relativas ao Oriente Médio e um posicionamento marcante do país em defesa do multilateralismo e da solução negociada de conflitos.

Podemos observar que o tema Oriente Médio vem sempre acompanhado da questão da reforma do Conselho de Segurança. O argumento desenvolvido é de que a constituição atual do órgão se mostra como uma das causas para situação da permanência dos conflitos na região e da incapacidade de resolvê-los por parte da comunidade internacional. A reforma em sua estrutura é necessária para que ele se torne um instrumento mais eficaz no combate a ameaças à paz e segurança internacionais. Mais especificamente, FHC faz menção aos conflitos do Oriente Médio em apenas um de seus quatro discursos. Lula discursou mais vezes na AGNU e a menção à região está presente em mais da metade de seus discursos. Já no governo Dilma, o Oriente Médio e seus problemas foram um tema presente em todos os seus discursos.

No caso do governo FHC, vemos em seu único discurso que referenciava o Oriente Médio, a preocupação com o atentado terrorista de 11 de setembro que havia ocorrido dois meses antes. Entretanto, durante seu pronunciamento, não houve posicionamentos em relação, por exemplo, ao Iraque, que sofria sanções econômicas. FHC menciona os ataques de 11 de setembro, considerados um ato de agressão contra toda a humanidade. No seu entendimento, o hemisfério americano como um todo foi atacado. Há também menção à necessidade de um estado palestino autônomo, democrático, unido e economicamente viável. Trata-se de uma dívida que a ONU tem para com os palestinos e com o mundo em geral.

Esta questão também ocorre no governo Lula, período em que houve a invasão do Iraque pelos EUA e todos seus desdobramentos, principalmente humanitários. Nos discursos do presidente Lula há uma clara preocupação com a situação do Iraque e como o mundo lida com ela. Já no governo Dilma, que se inicia quase simultaneamente à Primavera Árabe, os assuntos relativos ao Oriente Médio eram de grande preocupação.

No discurso de 2003, o presidente Lula se referiu ao tema Oriente Médio diversas vezes em seu discurso. Ele defendeu o aperfeiçoamento do sistema multilateral como contrapartida necessária ao convívio democrático interior da nação. Ressaltou que as tragédias do Iraque e do Oriente Médio em geral só podem ser resolvidas num quadro multilateral, em que a ONU desempenhe um papel central. Por isso a necessidade de uma reforma da instituição no sentido de se aumentar a legitimidade das decisões, através da mudança da forma de composição do Conselho de Segurança.

Nos anos subsequentes de 2004 a 2006, vemos o argumento constantemente levantado da convivência pacífica entre árabes e judeus em território nacional. Os laços históricos e culturais do país com a região teriam levado à primeira Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes, a chamada Aspa em 2005. O Brasil se coloca na ocasião como defensor do diálogo e do Direito Internacional, assim como exemplo de tolerância, do respeito ao outro e de convivência harmoniosa das diversas comunidades que formam o povo brasileiro. Esta seria nossa vantagem ao se contribuir com o processo de paz no Oriente Médio. Já em 2009, quando o tema Oriente Médio foi novamente levantado durante a abertura da Assembleia Geral, o Brasil voltou a defender a necessidade de um Conselho de Segurança renovado e aberto a novos membros permanentes. Lula colocou a expectativa de uma revitalização das nações unidas de modo que ela adquira autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio e garantir a coexistência de um estado palestino com o estado de Israel.

No ano seguinte, Celso Amorim ao abrir a sessão retoma o discurso de Lula de 2003, sobre o multilateralismo ser a face internacional da democracia, sendo a ONU o principal centro de decisões para a política internacional. O embaixador menciona os esforços brasileiros em encontrar um instrumento para a solução da questão nuclear iraniana que teria resultado na Declaração de Teerã, firmada por Brasil, Turquia e Irã. O Brasil espera que, a despeito das sanções, a lógica do diálogo e do entendimento prevaleça, pois teme que a situação se degenere no mesmo caminho que a iraquiana. Quanto à questão Israel-palestina espera-se que o diálogo direto entre os dois povos “leve a avanços concretos que resultem na criação de um Estado Palestino nas fronteiras anteriores a 1967” (A/65/PV.11). Para tanto são necessários o congelamento das construções de assentamento nos territórios ocupados, o fim do bloqueio à Faixa de Gaza e o fim dos ataques às populações civis.

Em 2011, temos a primeira menção à Primavera árabe. O país se solidariza com as manifestações em busca do ideal universal da igualdade. Mais uma vez é levantada a questão da reforma do Conselho de Segurança. O Brasil se diz pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente. Para Dilma Rousseff, “o mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes em especial representantes dos países em desenvolvimento” (A/66/PV.11). Ela ainda lamenta o não ingresso da Palestina como membro pleno da ONU. A paz duradoura no Oriente Médio dependeria do reconhecimento legítimo do povo palestino à soberania e autodeterminação. Novamente é mencionada a convivência harmônica entre árabes e judeus em território brasileiro. Pela primeira vez na Assembleia, o Brasil levanta a questão da responsabilidade ao proteger que deve acompanhar a responsabilidade de proteger.

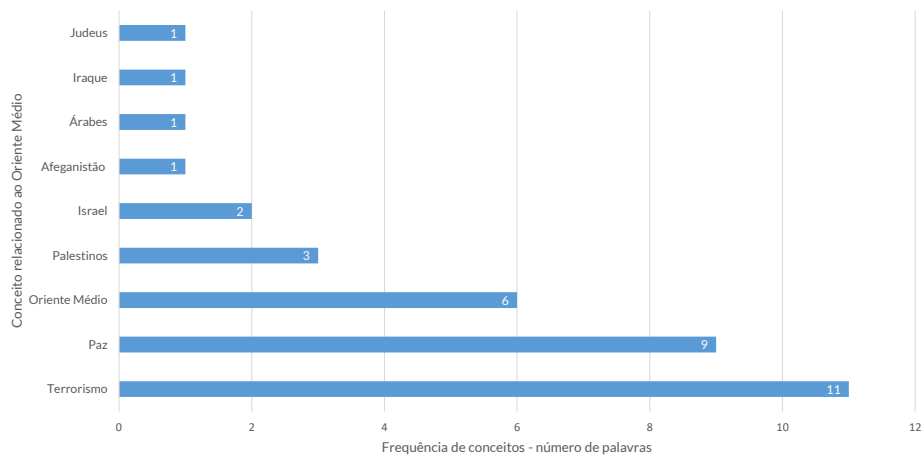
Em 2012, a face mais perversa da Primavera Árabe se revela. Há menção ao drama humanitário na Síria e repúdio aos atos terroristas que levaram ao óbito diplomatas americanos na Líbia. Como solução o Brasil reitera a importância da diplomacia e do diálogo, não acreditando em uma solução militar. Quanto à situação síria, a presidenta condena, em especial, o governo de Damasco colocado como grande responsável pelo ciclo de violência, mas também se leva em conta a responsabilidade da oposição armada pela péssima situação em que se encontra o país, marcada pela morte de inúmeros civis. A presidenta não perde a oportunidade de defender a imperiosa urgência da reforma institucional da ONU e de seu conselho.

Nos dois anos seguintes, a temática da falta de representatividade do Conselho e da necessidade de sua reforma é revisitada de forma mais incisiva, já que 2015 marca o aniversário de 70 anos das Nações Unidas. A crise na Síria é considerada o maior desastre humanitário deste século. Dilma Rousseff novamente defende o diálogo como solução e repudia intervenções unilaterais sem a autorização do Conselho, o que apenas agravaria a instabilidade política da região. É felicitada a decisão Síria de assinar a Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e apoiado o acordo obtido entre os EUA e a Rússia para a eliminação das armas químicas sírias.

Por fim, no último ano de 2015, Dilma colocou que a ONU não tem tido sucesso em lidar com os desafios de segurança coletiva. A proliferação de conflitos regionais e expansão do terrorismo que matam homens, mulheres e crianças, destroem nossa herança comum e tiram milhões de pessoas de suas comunidades, demonstram que a ONU está correntemente sendo severamente testada. A proporção substancial de indivíduos que trafegam pelo Mediterrâneo em direção à Europa parte do Oriente Médio e Norte da África, de países cujas instituições foram desmanteladas por ações militares tomadas em contraversão aos princípios do Direito Internacional, abrindo assim espaço para a proliferação do terrorismo. A presidenta menciona que o Brasil recebeu inúmeros refugiados sírios. Faz menção aos atos bárbaros do Estado Islâmico, os quais não devem ser tolerados. E, seguindo a tradição dos outros anos, há a defesa da criação de um Estado palestino que coexista pacificamente e harmoniosamente com Israel. Nesse sentido, a continuidade dada aos assentamentos nos territórios ocupados deve ser combatida.

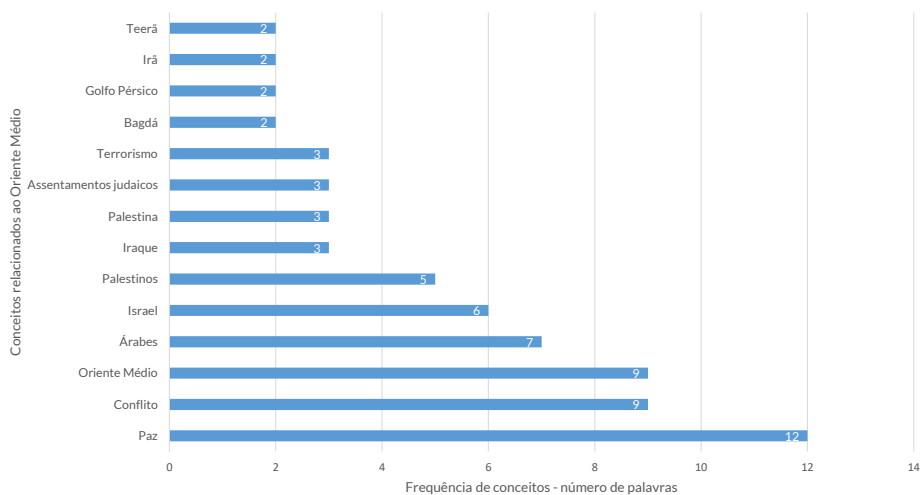
A seguir podemos observar a diferença de densidade em os discursos dos três líderes discursos quando mencionam o Oriente Médio. Podemos observar que os discursos de Dilma são mais amplos e densos do que Lula e FHC que se assemelham em amplitude.

Gráfico 04: Distribuição de Palavras Associadas ao Oriente Médio nos Discursos FHC 1995-2002 - AGNU



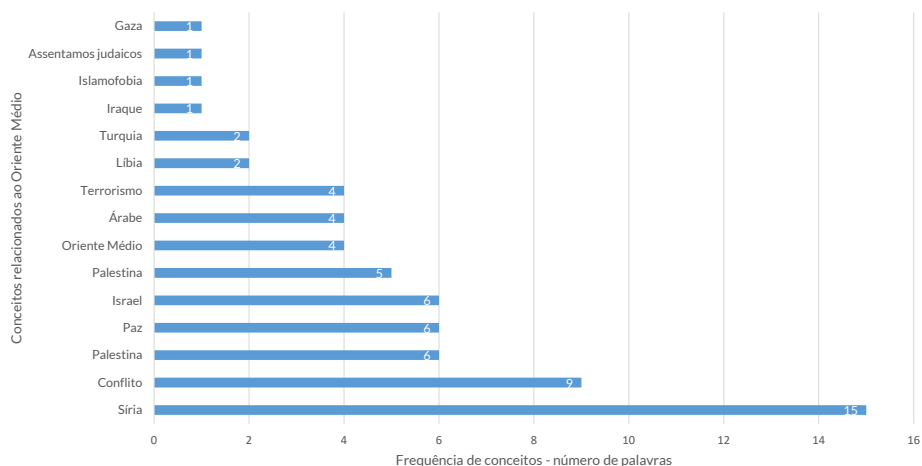
Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 05: Distribuição de Palavras Associadas ao Oriente Médio nos Discursos Lula 2003-2010 – AGNU



Fonte: elaborado pelos autores.

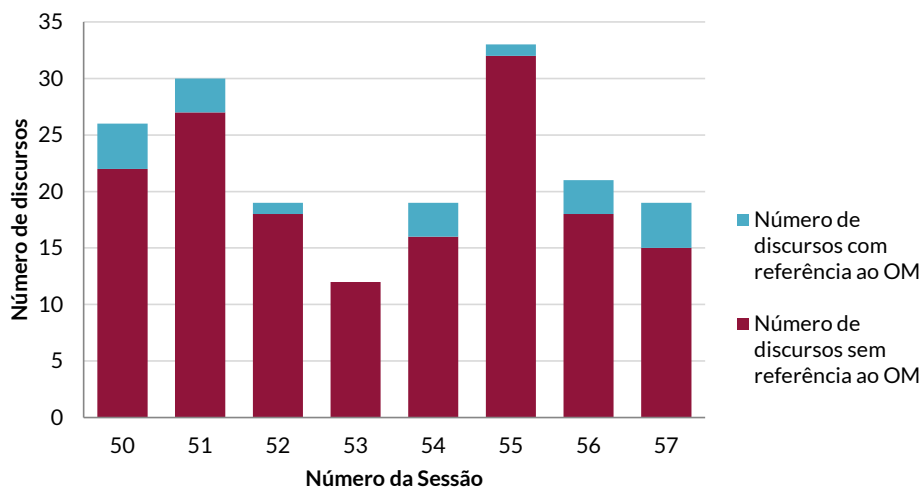
Gráfico 06: Distribuição de Palavras Associadas ao Oriente Médio nos Discursos Dilma 2011-2016 – AGNU



Fonte: elaborado pelos autores.

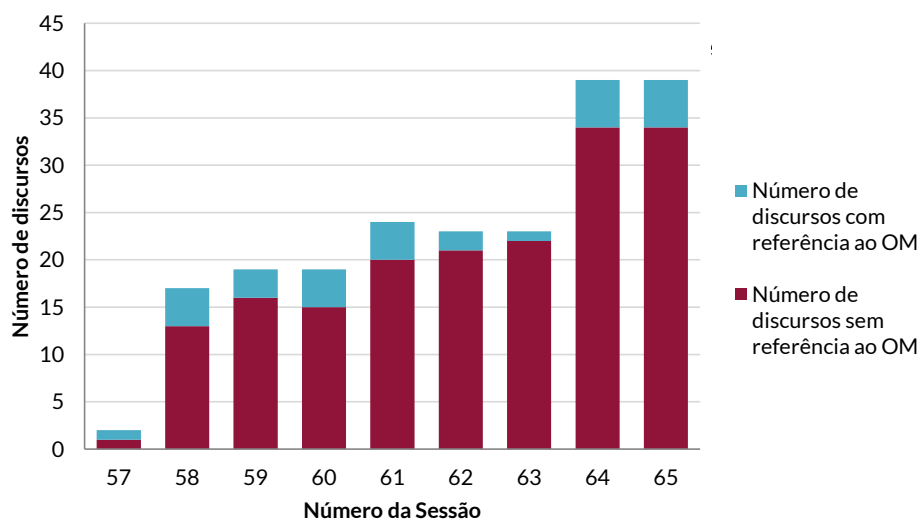
Conforme afirmamos anteriormente, dentro de um universo de 490 discursos proferidos por diplomatas e líderes brasileiros proferidos no período pelo menos 43 deles mencionavam temas do Oriente Médio. Neste grupo de discursos podemos observar nos gráficos abaixo que o governo Dilma foi mais ativo em temas da região que os governos Lula e FHC. Os governos Lula e FHC são similares, embora o governo Lula tenha um nível levemente mais alto de menções. O que podemos notar são percentagens maiores de discursos voltados ao Oriente Médio no governo Dilma.

Gráfico 07: Total de Discursos com Menção ao Oriente Médio no governo FHC



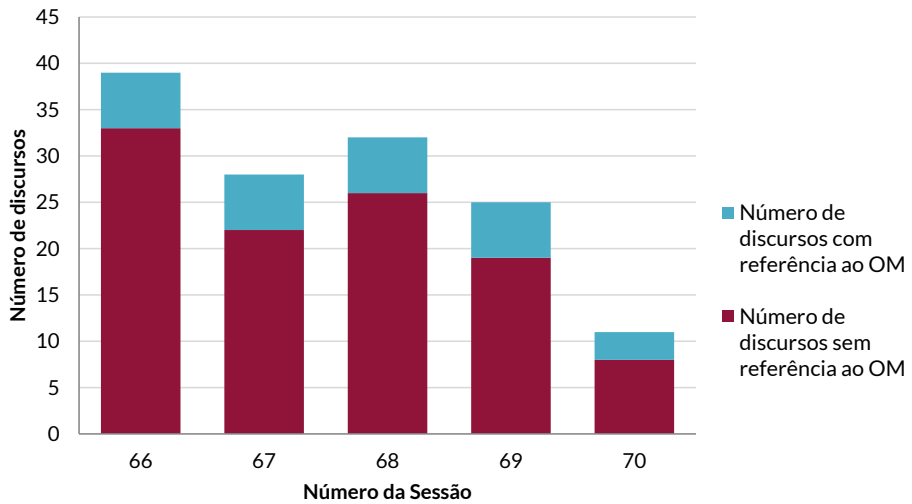
Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 08: Total de Discursos com Menção ao Oriente Médio no governo Lula



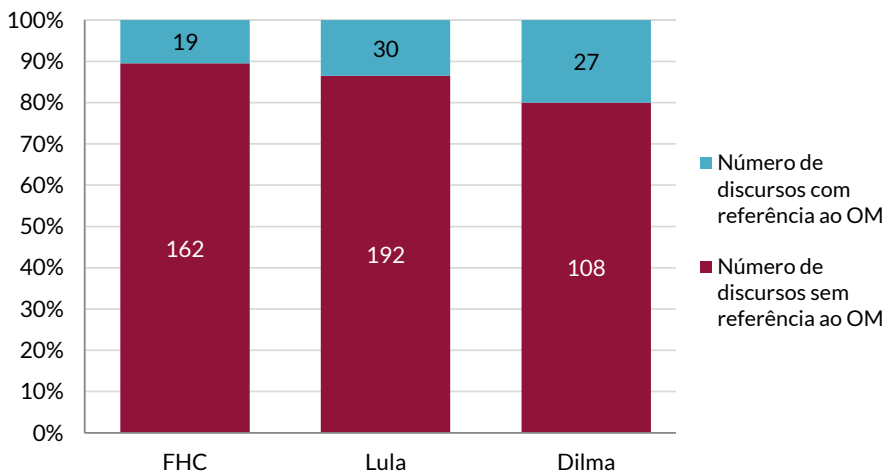
Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 09: Total de Discursos com Menção ao Oriente Médio governo Dilma



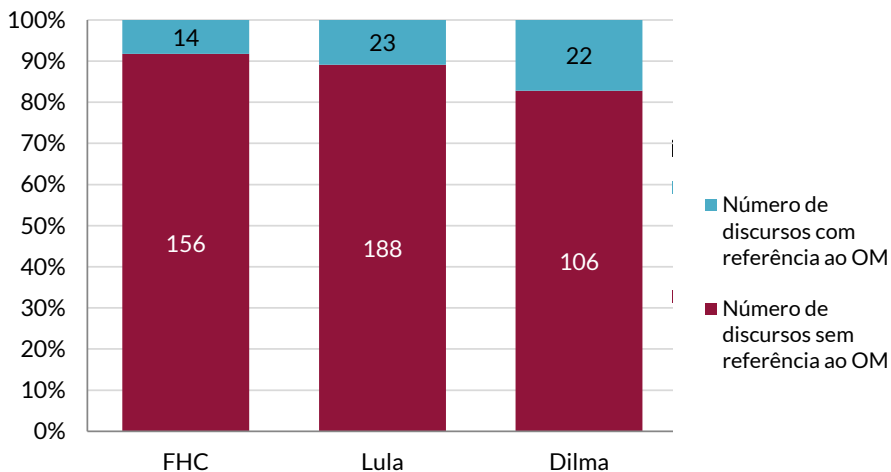
Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 10: Percentagem dos Discursos por Presidente com menção ao Oriente Médio por governo



Fonte: elaborado pelos autores.

Gráfico 11: Percentagem dos Discursos por Diplomatas com menção ao Oriente Médio por governo



Fonte: elaborado pelos autores.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU

Desde o início de seu funcionamento em 2006, o CDH já promoveu 27 sessões deliberativas regulares e 22 sessões especiais. Analisamos as sessões especiais que envolveram os temas relacionados ao Oriente Médio, sempre observando o padrão de votação do Brasil e os discursos proferidos pelo representante. Identificamos pelos menos 12 sessões especiais que tratam destes assuntos, sendo cinco sobre a Síria, sendo uma delas também sobre o Irã, três sobre o Líbano e quatro sobre o conflito israelo-palestino. Em quase todas as sessões há votações de resoluções. O Brasil participou como membro do CDH nos períodos de 2006-2008, 2008-2011 e 2012-2015. Assim, só podemos avaliar o grau de engajamento entre os governos Lula e Dilma tendo como base o CDH.

Em particular, há três sessões sintomáticas para o Brasil. Primeiro, na resolução de outubro de 2009 sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos o Brasil vota com a maioria (25 países) e contra os EUA que votam contra ao lado de cinco outros países e onze abstenções, incluindo Uruguai e países europeus. Segundo, na 16ª sessão de março de 2011, o Brasil muda sua posição contrária aos EUA e vota duas vezes contra Rússia e China. Os apoios brasileiros às resoluções sobre o monitoramento dos direitos humanos no Irã e Síria são vistos como símbolo da mudança

de posição brasileira, mais de Washington na questão iraniana. Terceiro, na resolução adotada em julho de 2014 sobre o conflito entre Israel e os territórios palestinos ocupados (Faixa de Gaza), o Brasil vota com a maioria dos membros (29 países) e, portanto, contra os EUA, único país a votar contra e, aparentemente, contra os países europeus que se abstiveram ao lado de Coreia do Sul, Japão, Botsuana e Burkina Fasso (17 países).

Governo Lula

Na primeira sessão do CDH, em julho de 2006, tratou-se da situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados. O Brasil foi um dos países que assinou o pedido por essa sessão especial. Para o Brasil, o Hamas deveria ser chamado a desistir do uso da força, a reconhecer o direito de existência do Estado de Israel, a obedecer aos acordos para paz firmados e a promover a reconciliação, iniciando com a soltura do israelense Gilad Shalit. O Brasil vota a favor da resolução, mas contra o Reino Unido, Canadá, França e outros países desenvolvidos.

A segunda sessão, em agosto de 2006, tratou da grave situação de Direitos Humanos no Líbano por conta de operações militares israelenses. Logo no começo do discurso, o Brasil faz referência ao fato de ser lar da maior comunidade de libaneses fora do Líbano, ao mesmo tempo em que possui também uma importante comunidade judaica aqui vivendo, de modo que se sente diretamente afetado pela dimensão da violência contra civis nos dois lados da fronteira. O Brasil condenou a morte de sete nacionais e expressou sua oposição a retaliações que deterioram ainda mais a frágil situação da região. Mencionou um projeto de evacuação de 3000 nacionais e o envio de um suprimento de medicamentos através da OMS. Para Brasília, tanto a perda de vida em Israel como resultado de ataques de foguete por parte do Hezbollah quanto a desproporcional resposta militar israelense, que tem destruído a infraestrutura libanesa, são deploráveis. O Brasil vota a favor da resolução e contra Reino Unido, França e Alemanha.

Na terceira sessão, em novembro do mesmo ano, sobre violações de direitos humanos por parte das incursões militares israelenses nos territórios palestinos ocupados, incluindo a mais recente no norte de Gaza e o assalto a Beit Hanoun, o Brasil considera inaceitável o uso da violência por ambos os lados como um instrumento para se atingir justiça e paz e acredita no diálogo e na solução pacífica dos conflitos. O representante brasileiro sustenta que um passo em direção a reconciliação poderia começar com a soltura do israelense Gilad Shalit e com o estabelecimento de um governo palestino de unidade nacional. O Brasil vota a favor da resolução e contra

Canadá, Alemanha e Reino Unido.

Na sexta sessão, de janeiro de 2008, sobre violações de direitos humanos por parte dos ataques e incursões israelense na Palestina ocupada, a visão brasileira era de que se as partes não se comprometessem com o diálogo e cessassem o uso da força não se chegaria a uma solução. O país se preocupa não apenas com os ataques e incursões de Israel nos territórios palestinos ocupados, mas também com os ataques de foguete contra as comunidades israelenses. O Brasil vota a favor da resolução e contra o Canadá e as abstenções de Reino Unido, Alemanha, França Itália e Japão.

Na 12ª sessão, em outubro de 2009, sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo o leste de Jerusalém, o Brasil deixou claro que não copatrocina a presente sessão, mas como ela era uma realidade iria participar com um espírito construtivo e com um senso de realismo e pragmatismo. Cabia a essa reunião discutir as ações e o relatório de Richard Goldstone. O Brasil lamenta o fracasso de Israel em cooperar com a missão e convida então o país a cooperar com o Conselho sobre o relatório. Para Brasília era crucial que ambas as partes, israelenses e palestinos, programem as recomendações feitas, em especial, que deem início a investigações criminais que estabeleçam *accountability* sobre os crimes reportados. O Brasil vota a favor da resolução e contra os EUA.

Governo Dilma

Na 15ª sessão, de janeiro de 2011, sobre a situação dos direitos humanos na Líbia Brasil decidiu juntar-se a chamada para esta sessão especial, pois reitera sua confiança na capacidade do CDH em dar uma resposta significativa às violações dos direitos humanos na Líbia e demais lugares do mundo. O CDH passa a fazer parte do pedido da comunidade internacional por um imediato fim da violência e do massacre contra manifestantes pacíficos. A situação corrente mostra que existe uma relação de interdependência entre desenvolvimento e respeito aos direitos humanos. Nenhum governo pode se sustentar através do uso da força ou violência e punindo as dissidências. Ninguém irá suportar em silêncio as violações de seus direitos fundamentais e o desprezo pelas suas legítimas aspirações de liberdade e prosperidade. A sessão não teve votação.

A 16ª sessão, ocorrida em março de 2011, teve duas resoluções sobre temas do Oriente Médio. Primeiro, a resolução sobre a situação dos direitos humanos do Irã que criou um mandato de relator especial a ser enviado ao país. Desde 2002, o governo iraniano não autoriza a renovação do mandato do relator. Em seu voto, a delegação brasileira em Genebra, na Suíça, que

havia optado pela abstenção em 2001, esclareceu ter apoiado a proposta devido à falta de cooperação de Teerã. O Brasil alegou que diante da recusa do país em receber visitas de relatores especiais, no entanto, o Brasil voltou a favorecer a existência de um mecanismo de monitoramento sobre o país persa. Pela primeira vez em temas relacionados ao Oriente Médio no CDH, o Brasil vota a favor dos EUA e contra China e Rússia.

A segunda resolução da 16ª sessão, que trata do Oriente Médio, reza sobre situação dos direitos humanos na Síria. O Brasil alegou que o emprego da força contra manifestantes pacíficos não pode ser aceita em lugar nenhum, sob nenhuma circunstância. Brasília alegou ter uma das maiores comunidades sírias fora da Síria e, por isso, apresenta enraizados laços de amizade com o país e por isso está extremamente preocupado com a escalada de violência na região. O Brasil evocou a Liga dos Estados árabes para desempenhar um papel crucial em criar condições favoráveis para que a Síria supere a presente crise através de meios pacíficos. O Brasil vota com os EUA e contra a Arábia Saudita.

A 19ª sessão, de junho de 2012, tratou da deterioração da situação de direitos humanos na Síria e os recentes assassinatos em El-Houleh. O Brasil reafirmou seu apoio ao plano de seis pontos de Kofi Annan e salientou a necessidade do fim imediato do combate e cessação de todas as formas de violência. Nesse aspecto, o Brasil alegou ser imperativo que o governo sírio coopere inteiramente com a UNSMIS (*United Nations Supervision Mission in Syria*) e ponha fim imediato ao movimento das tropas em direção das áreas urbanas. Mais uma vez, mostrando sua mudança de postura, o Brasil vota com os EUA e contra a China e Rússia.

Por fim, a 24ª sessão, em setembro de 2014, tratou da situação dos direitos humanos no Iraque sob a luz dos abusos cometidos pelo Estado Islâmico no Iraque e no Levante e por grupos associados. O Brasil condenou fortemente os abusos e violações ao Regime de Direitos Humanos e ao Direito Humanitário cometidos pelo ISIL, em especial contra mulheres, crianças, jornalistas e a perseguição de minorias cristãs e yazidis. Entretanto, o Brasil alega que tal qual expresso pelos BRICS na Declaração de Fortaleza, intervenções que possam acabar piorando a crise devem ser evitadas. Não houve votação.

O nível de engajamento dos governos Lula e Dilma é muito similar, tanto na amplitude dos temas como na frequência das expressões. O que podemos notar é uma mudança no padrão de votação. Enquanto observamos no governo Lula um padrão de votação mais contrário aos EUA, no governo Dilma ocorre uma mudança e os votos acompanham Washington.

Isso demonstra que o alto grau de engajamento é observado tanto em ações vocalizadas favoráveis como contrárias aos EUA.

Conclusões

Nossa análise procurou mostrar o crescente engajamento discursivo do Brasil em temas do Oriente Médio dentro do sistema multilateral das Nações Unidas desde o governo FHC até o governo Dilma. Esse crescimento é contínuo e perpassa as três instâncias analisadas (CSNU, AGNU e CDH). Os achados corroboram a literatura mais geral sobre a PEB dos governos FHC e Lula, porém seguem um caminho contrário no governo Dilma. Na verdade, no que diz respeito à atuação em temas do Oriente Médio dentro da ONU, o governo Dilma até mesmo ampliou a participação brasileira.

Conforme argumento da literatura mais recente, existe um viés majoritário das votações do Brasil no CSNU e AGNU em temas da região, porém uma análise mais detalhada dos discursos e de algumas votações chaves revela um crescente adensamento e regionalização da PEB. O viés majoritário das votações é sim existente, mas não demonstra toda a ação do Brasil na temática. Por isso, a análise da amplitude dos discursos e de alguns votos contra majoritários permite uma visão mais ampla sobre o assunto. Além disso, a análise do posicionamento do Brasil no CDH ajuda a demonstrar essa regionalização.

Em relação ao CSNU, o que pudemos observar é um crescente engajamento discursivo medido pelo número de palavras e discursos proferidos sobre temas da região. Enquanto no governo FHC (biênio 1998-1999) pouco era o engajamento do Brasil em questões regionais, a partir dos biênios de Lula (2004-2005) e Lula/Dilma (2010-2011), o sistemático pronunciamento brasileiro sobre as temáticas aliado a algumas votações contra majoritárias e abstenções (resoluções sobre Irã e Líbia) demonstram que a PEB para o Oriente Médio se tornou mais crítica aos EUA, o que também ajuda a explicar a amplitude das abordagens. Mesmo que na maior parte das votações o Brasil siga a maioria, a votação contra majoritária em poucas oportunidades é muito sintomática em política externa e deixa mais claro alguns posicionamentos. Conforme afirmamos, para ser crítico o Brasil adotou uma estratégia discursiva mais ampla aliada a pontuais votos contra majoritários.

No que diz respeito à AGNU, também pudemos observar um crescente engajamento discursivo medido pelo número de palavras em temas do Oriente Médio. Como os discursos da AGNU são multitemáticos isolamos apenas as expressões ligadas ao Oriente Médio. Nesse sentido, os discurs-

dos do governo Dilma têm sido mais amplos que os governos FHC e Lula. O número de discursos é similar entre os três governos, dado que o Brasil sempre discursa na abertura da AGNU.

Por fim, na análise do CDH, analisamos todos os discursos relacionados a resoluções sobre o Oriente Médio. Observamos um nível e engajamento discursivo muito similar entre os governos Lula e Dilma, com leve liderança do governo Lula. Por outro lado, os votos do governo Lula são mais contra majoritários que o governo Dilma, o que indicava uma política externa mais crítica e combativa. Ainda assim, observamos no CDH a manutenção da vocalização da PEB em temas do Oriente Médio, porém uma mudança no padrão de votação entre os dois governos.

Conforme afirmamos, nosso argumento de fundo é de que quanto maior a atuação discursiva (mais discursos e mais palavras relacionadas ao tema), maior é a estruturação de uma política externa regional. Significa dizer que lentamente o Brasil constrói interesses específicos sobre a região e que isso se manifesta na amplitude dos discursos. Quando o Brasil alia a maior amplitude com alguns votos contra majoritários importantes fica mais fácil observar a especificidade de uma política regional, antes mascarado pelo véu das votações com viés majoritário.

Referências

- AMORIM NETO, Octavio. (2012). *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.
- CASARÕES, Guilherme e VIGEVANI, Tullo. (2014) O Lugar de Israel e da Palestina na Política Externa Brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor da paz? *História*, Vol. 33, Nº. 02.
- CERVO, Amado e LESSA, Antonio Carlos. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 57, Nº. 02.
- FONSECA Jr., Gélson (org.). 2002. *O Brasil no Conselho de Segurança 1998-1999*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- LESSA, Antonio Carlos. (2000). Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: Santos, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora da UnB.

- PILLA, Bruno. (2011) *O posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993-2005)*. Tese de mestrado. Porto Alegre.
- ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). (2000). In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume.
- SANTOS, Norma Breda (org.) (2000). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora da UnB.
- SANTOS, Norma Breda. (2003). As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. *Cena Internacional*, Vol. 05, N°. 02.
- SANTOS, Norma Breda. (2014). A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. *História*, Vol. 33, N°. 02.
- VIGEVANI, Tullo; CINTRA, Rodrigo; KLEINAS, Alberto. (2002) O Conflito Israel-Palestina: Anacronismo, Contemporaneidade e o Papel do Brasil. In: Dupas, Gilberto; Vigevani, Tullo (orgs.). *Israel-Palestina: a Construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo: Editora UNESP.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo e CINTRA, Rodrigo. 2004. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Revista Tempo Social*, Vol. 15, N°. 2.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Vol. 29, N°. 2.
- VIOTTI, Maria Luiza; DUNLOP, Regina e FERNANDES, Leonardo. (org.) (2014). *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 2010-2011*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Capítulo 7

Meta-academia: como as instituições acadêmicas brasileiras estudam o Oriente Médio

Bruno Camponês do Brasil

Neste capítulo recorreremos ao histórico da produção acadêmica¹ das universidades brasileiras e dos principais centros de pesquisa nacionais com relação ao Oriente Médio, mais precisamente das teses de doutorado e dissertações de mestrado, excluindo-se a produção brasileira em revistas científicas nacionais e internacionais, porquanto é nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pelas universidades brasileiras que os especialistas são formados. Apesar da importância de publicar em periódicos nacionais e internacionais, considera-se que isso é uma etapa posterior à formação intelectual necessária para poder publicar nesses veículos científicos. Dessa maneira, procura-se fazer uma leitura crítica e objetiva das interpretações que os brasileiros têm feito dos diferentes aspectos que integram esse conceito. Trata-se de um exercício de metalinguagem – ou de “meta-academia” –, com vistas a determinar o que um importante seguimento da sociedade brasileira pensa e estuda a esse respeito, de modo a identificar tendências dominantes e propor novos caminhos para pesquisas futuras. Nesse sentido, portanto, o enfoque central deste capítulo é o Brasil, identificando os temas de maior recorrência e aqueles aos quais não se deu tanta ênfase. Além disso, será possível identificar características de nossa própria sociedade, que permitem melhor interpretar os significados de nossa produção acadêmica.

Em primeiro lugar, foi necessário escolher um meio apropriado para realizar esta pesquisa. Felizmente, a internet mostrou-se um instrumento eficaz e valioso, na medida em que portais como Capes e CNPq têm ferramentas de buscas para trabalhos acadêmicos registrados em seus bancos de dados. Ademais, foi de grande valia a ferramenta de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a qual congrega trabalhos de cento e uma instituições brasileiras, totalizando mais de trezentos e cinquenta mil teses e dissertações produzidas no Brasil². Ainda, para verificar a com-

1 Pesquisa concluída no primeiro trimestre de 2017.

2 <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

pletude desses meios de pesquisa, foi crucial acessar os sites das principais universidades brasileiras, tais como a Universidade de São Paulo³ e as Universidades Federais da Bahia⁴, de Minas Gerais⁵, do Paraná⁶, de Pernambuco⁷, do Rio Grande do Sul⁸ e de Santa Catarina⁹, bem como a Universidade de Brasília¹⁰.

Dessa maneira, ao invés de ir atrás dos trabalhos propriamente ditos e de os ler inteiramente – o que demandaria muito mais tempo, energia e recursos –, foi possível ter acesso a seus respectivos resumos, o que permitiu uma divisão temática mais rápida e precisa quanto aos conteúdos desenvolvidos, como se verá adiante. É preciso reconhecer, contudo, a possibilidade de esse método de busca não refletir, necessariamente, a real dimensão do universo de trabalhos, na medida em que devem existir dissertações e teses não incluídas nos registros virtuais acima referidos. Mesmo que haja discrepâncias entre a quantidade aqui analisada e a efetivamente existente, o fato de as universidades acima descritas terem catálogos eletrônicos e de haver um sistema de busca unificado, como a Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, permite-nos ao menos captar as principais tendências da academia brasileira. Eventuais divergências em princípio não invalidariam as análises aqui desenvolvidas.

Posteriormente, quando se faz referência a "Oriente Médio", é natural que uma multiplicidade de temas venha à mente de quem se proponha a fazer um exercício de elucidação de sentidos. Ao procurar parâmetros

3 Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/?&lang=pt-br>>.

4 BDTD, Dissertações e Teses da UFBA. Disponível em: <http://www.btdt.ufba.br/new_btdt.htm>.

5 Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>>.

6 Repositório Digital Institucional da UFPR Teses & Dissertações. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/284>>.

7 Repositório Institucional da UFPE. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/>>.

8 Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40514>>.

9 Biblioteca Universitária UFSC. Disponível em: <<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>.

10 Repositório Institucional da UnB. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>.

para realizar esta tarefa, buscou-se, inicialmente, pesquisar temas clássicos e facilmente identificáveis com a região. Assim, nas ferramentas de busca eletrônicas a que se fez referência, além da própria expressão “Oriente Médio”, foram escolhidas palavras facilmente identificáveis com esse conceito, presentes ou no título, ou no resumo, ou no índice: Estados Unidos, devido a seu histórico recente de intervenções; Israel e Palestina, em decorrência da importância do conflito que os envolve para a região e para as relações internacionais; e o vocábulo “árabe” e demais variações, pela centralidade dessa cultura para compreender o Oriente Médio.

Foi com esses parâmetros que a pesquisa se iniciou. À medida que foram surgindo resultados, novos parâmetros foram adotados, para evitar que temas relevantes do Oriente Médio fossem ignorados. Logo, passou-se a procurar trabalhos em cujos títulos, resumos ou índices estivessem as seguintes palavras: Egito, Líbano, Líbia, Irã, Iraque, Orientalismo, Saudita, Síria, Sunita, Turquia e Xiita. Dentre esses parâmetros adicionais, foram poucos aqueles que não resultaram em trabalhos de mestrado e doutorado.

Conquanto seja muitas vezes quase automático, para um país de origem ocidental e de maioria cristã, associar Oriente Médio com islamismo – o que não deixa de ser um reducionismo extremo e, portanto, perigoso –, optou-se por não considerar estudos de cunho estritamente religioso, bíblico, porque se adentraria um campo alheio àquele das Relações Internacionais e dos acadêmicos que contribuíram com esta obra.

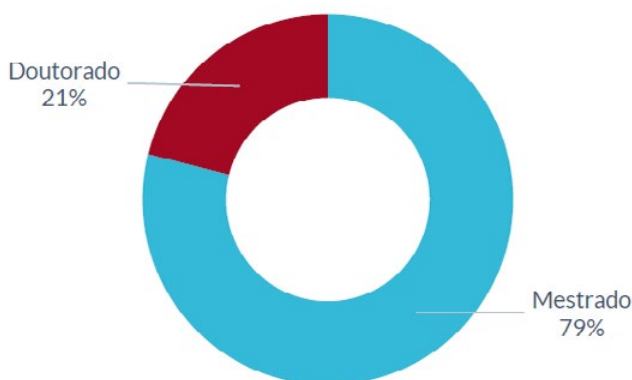
Para finalizar, essas foram as principais considerações metodológicas deste capítulo, as quais são imprescindíveis para interpretar os resultados a seguir. Vamos a eles.

Resultados

A – Perspectivas quantitativa e qualitativa

Primeiramente, convém esclarecer que, no total, foram 266 trabalhos, divididos em: (i) dissertações de mestrado, totalizando 210; (ii) teses de doutorado, no total de 56.

Gráfico 01: Produção acadêmica sobre Oriente Médio



Fonte: elaborado pelo autor.

Posteriormente, com base nos critérios de busca acima apresentados, esses 266 trabalhos foram agrupados quanto ao tema de maior importância. Como o leitor perceberá, há trabalhos que poderiam estar presentes em mais de um grupo temático específico. No entanto, optou-se por aquele em que um assunto se sobressai e se impõe aos demais, malgrado as semelhanças com outros. O objetivo primordial é, assim, captar tendências e características gerais entre todos os trabalhos, ignorando-se por vezes especificidades teóricas e epistemológicas. Para ilustrar essa escolha metodológica, embora a questão Israel-Palestina possa ser vista como um conflito regional, devido à importância desse tema e ao grande número de trabalhos a abordá-la, optou-se pela criação de um grupo específico para essa temática, não obstante a existência de outro relativo aos conflitos regionais.

O grupo com o maior número de trabalhos é aquele a tratar do Oriente Médio por meio de uma perspectiva que se convencionou chamar de cultural. Nele se inserem dissertações e teses que estudam literatura, tradução, questões gramaticais e linguísticas, teatro, cinema, entre outros. Pulverizar esses assuntos em agrupamentos separados poderia tornar esta análise por demais minuciosa, correndo-se o risco de não captar tendências gerais. Trata-se de 65 trabalhos, com 49 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado. Desse total, 37 foram produzidos pela Universidade de São Paulo, o que representa 57% das pesquisas realizadas.

Em segundo lugar, com 37 trabalhos, dos quais 27 são dissertações de mestrado e 10, teses de doutorado, está o grupo a congregar o tema das co-

munidades oriundas do Oriente Médio no Brasil, tanto nacionais e étnicas quanto religiosas. Abordam-se desde aspectos históricos delas até a maneira como se inserem na sociedade brasileira contemporânea. A Universidade de São Paulo lidera, novamente, com 14 trabalhos, seguida pela Universidade Federal do Paraná, com seis. Ademais, se considerarmos as outras instituições paranaenses, tem-se o total de oito trabalhos feitos nesse estado, no qual há importante comunidade árabe, sobretudo em Foz do Iguaçu.

O terceiro grupo mais numeroso relaciona-se com o papel dos meios de comunicação, no Brasil e no exterior, na construção de imagens e de discursos a envolver temáticas do Oriente Médio, sobretudo em relação aos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Trata-se de 25 trabalhos, 22 de mestrado e apenas três de doutorado. Contrariamente aos dois primeiros temas mais numerosos, a Universidade de São Paulo produziu apenas 6 trabalhos, embora, em termos individuais, ainda ocupe o primeiro lugar. A menor presença dessa universidade paulista deve-se ao fato de haver maior diversidade quanto às instituições de ensino e à localidade delas.

Posteriormente, a questão Israel-Palestina tem 20 dissertações, dos quais dois são teses de doutorado, e os demais são dissertações de mestrado. Neste grupo, a Universidade de São Paulo, conquanto tenha individualmente o maior número de trabalhos – cinco ao todo – não logrou alcançar a maioria, como costuma ocorrer em outros temas. Novamente, trata-se de uma produção mais heterogênea no que se refere às universidades.

Com 19 trabalhos no total, 17 dissertações de mestrado e apenas dois doutorados, temos o grupo cuja temática primordial é a presença dos Estados Unidos na região, principalmente no que se refere às invasões do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003. No ranking das universidades, destaca-se o programa de pós-graduação San Tiago Dantas (UNICAMP, UNESP e PUC-SP), com oito trabalhos, seguido da Universidade de Brasília e a Universidade de São Paulo, com três cada.

Diferentes questões relativas à política externa brasileira para o Oriente Médio apresentam 16 estudos no total, com 13 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Surpreendentemente, esta é a única hipótese deste trabalho em que a Universidade de São Paulo sequer tem estudos realizados. Ademais, a instituição responsável pelo maior número de trabalhos foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com cinco no total.

Em seguida, criou-se um agrupamento específico para os conflitos e as dinâmicas políticas regionais. Além de conflitos regionais específicos, como a guerra Irã-Iraque, são abordados conflitos de escopo global, como aquele a envolver o programa nuclear iraniano e a comunidade internacio-

nal, e lógicas próprias da região, como o nacionalismo árabe, os eventos da chamada Primavera Árabe e as transições que se lhe seguiram. Trata-se de 15 trabalhos, 12 dissertações de mestrado e três doutorados. A Universidade de São Paulo tem cinco trabalhos, a Universidade Federal de Santa Catarina, dois, e todas as demais com um cada.

Com o mesmo número de trabalhos, dos quais sete são teses de doutorado e oito, dissertações de mestrado, há o grupo cujo tema específico é o Estado e a sociedade israelenses, sem que o conflito com a Palestina seja a temática central, embora seja de alguma maneira abordada. Nesse sentido, há desde as questões relativas à identidade israelense, ao holocausto até o papel de determinados intelectuais e artistas nesse país. A Universidade de São Paulo lidera com 11 trabalhos realizados, o que equivale a 73% do total.

As questões de gênero, a envolver essencialmente do papel das mulheres nas comunidades islâmicas do Brasil e do Oriente Médio, foram abordadas em 11 trabalhos, oito mestrados e três doutorados. Mais da metade deles concentra-se em duas universidades: Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas.

O Irã foi objeto de dez trabalhos, sete dos quais são dissertações de mestrado, e três, teses de doutorado. Curiosamente, todos eles tratam do período pós-revolução de 1979, da consolidação no poder da vertente liderada pelo Aiatolá Khomeini a partir da década de 1980 e do conflito com o Iraque. A Universidade de São Paulo e a UNICAMP são responsáveis por, ao todo, 60% dos trabalhos.

Com sete dissertações e uma tese, o tema do islamismo político mereceu grupo próprio, congregando temas referentes a grupos fundamentalistas, a movimentos de corte semelhante àquele da Irmandade Muçulmana, a pensadores políticos islâmicos e a questões sobre as interações entre projetos políticos e fé islâmica. A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lideram o ranking com dois estudos cada.

Estudos de viés econômico-comercial acerca das relações Brasil e países em específico do Oriente Médio têm presença reduzida, pois remontam a seis trabalhos, todas dissertações de mestrado. Além de a Universidade de São Paulo não ter nenhuma pesquisa a respeito dessa temática, a Fundação Getúlio Vargas, se consideradas as unidades de São Paulo e Rio de Janeiro, concentra, individualmente, três trabalhos.

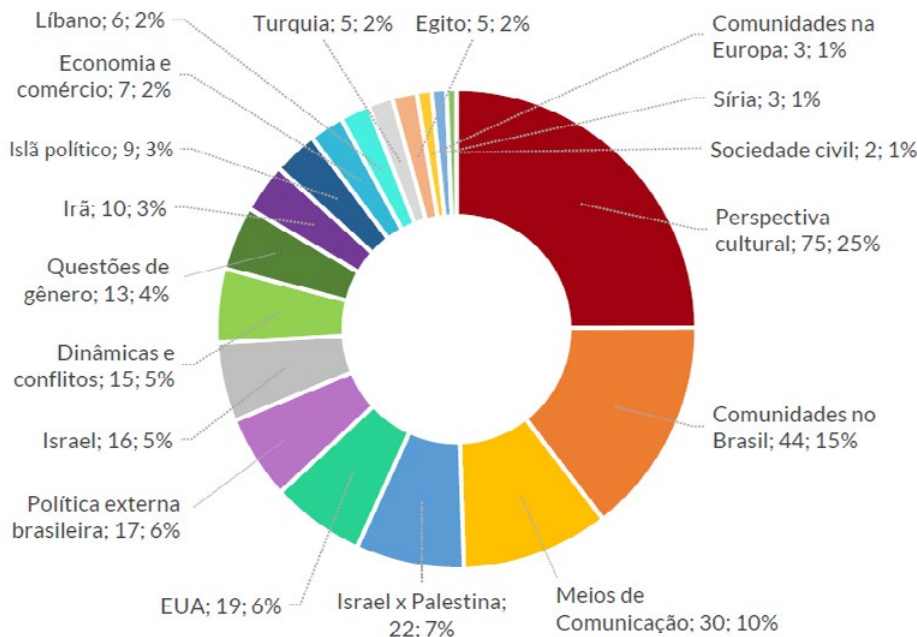
Líbano e Turquia são analisados sob um viés estritamente político, tanto em relação às dinâmicas políticas internas quanto às inserções internacionais de cada qual. Além disso, em ambos os grupos, todas as pesquisas são de nível de mestrado. Com relação ao primeiro, a Universidade de São

Paulo concentra quatro trabalhos, num total de seis. Já quanto ao segundo, há exatamente uma dissertação por universidade (Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília, Universidade Católica de Brasília e Universidades Federais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul), o que demonstra uma distribuição mais equitativa do que em relação ao Líbano.

A temática das comunidades muçulmanas na Europa foi estudada em três trabalhos, todos em nível de mestrado. Convém notar que todos eles se referem à comunidade muçulmana na França, a maior de toda a Europa. A Universidade de São Paulo foi responsável por dois deles. Com o mesmo número, há o grupo sobre o Egito, com dois trabalhos dedicados à Irmandade Muçulmana.

Por fim, os dois últimos grupos dedicam-se a tratar da Síria e do papel da sociedade civil. Se aquele relativo ao país do Levante se dedica a seus aspectos políticos recentes, aquele da sociedade civil relaciona-se intrinsecamente com os eventos da chamada “Primavera Árabe” e com a contribuição das tecnologias digitais para a eclosão desta. Em cada um deles, a Universidade de São Paulo foi responsável por um dos dois estudos.

Gráfico 02: Temas relativos ao Oriente Médio

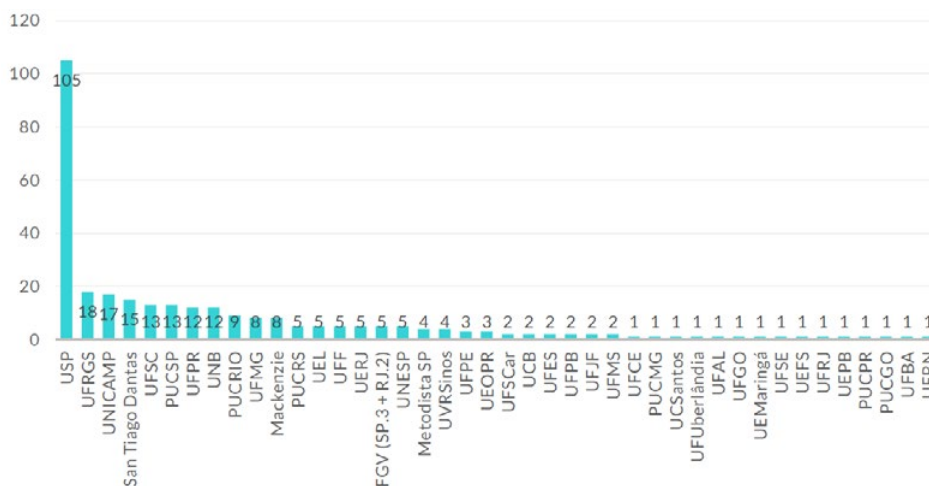


Fonte: elaborado pelo autor.

B – Distribuição quantitativa por instituição

No item anterior, já se tratou de uma perspectiva numérica, no entanto o principal foco foi a distribuição quanto aos grupos temáticos estabelecidos, destacando-se as instituições com o maior número de trabalhos publicados. Agora se tratará da participação numérica daquelas em maior detalhe.

Gráfico 03: Trabalhos por Instituição



Fonte: elaborado pelo autor.

A Universidade de São Paulo é, reconhecidamente, uma das instituições de ensino de maior importância e prestígio no Brasil e na América Latina. Por conseguinte, é natural supor que ela se destaque pela quantidade total de trabalhos. Todavia, surpreende a diferença numérica para com as outras instituições. Dos 266 trabalhos, a Universidade de São Paulo é responsável por 100, o que representa mais de um terço desse universo e atesta sua centralidade na vida intelectual brasileira. Dessa maneira, falar a respeito da produção acadêmica brasileira sobre o Oriente Médio significa ingressar no universo uspiano.

Em segundo lugar, estão empatadas a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 16 estudos realizados cada. Em terceiro lugar, com 13 estudos, estão a Universidade Federal de Santa Catarina e o Programa San Tiago Dantas de pós-graduação;

com 12, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Brasília.

Posteriormente, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Universidade Federal de Minas Gerais e a PUC-Rio aparecem com oito estudos. A PUC-RS, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Federal Fluminense foram responsáveis por cinco estudos. Ainda, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Metodista de São Paulo produziram quatro trabalhos. A Universidade Federal de Pernambuco e a a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Com dois trabalhos há estas instituições: a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Universidade Federal de São Carlos, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Católica de Brasília e a PUC-SP.

Para finalizar, com apenas um estudo produzido, são estas as instituições acadêmicas: a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Católica de Santos, a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal do Espírito Santo, a PUC-MG, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Estadual da Paraíba, a Universidade Estadual de Feira de Santana e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Trata-se, portanto, de 36 instituições responsáveis por pesquisas acadêmicas que abordaram temas pertinentes ao conceito de Oriente Médio. A princípio, esse número, isoladamente considerado, não permite uma interpretação mais precisa acerca da produção intelectual brasileira. Consequentemente, foi necessário pesquisar um número exato, ou pelo menos aproximado, de instituições de ensino no Brasil.

Essa tarefa, todavia, mostrou-se mais trabalhosa do que inicialmente previsto. Na página do Ministério da Educação (MEC) na internet, não há uma informação precisa e disponibilizada de antemão acerca do número de instituições de ensino superior no país. Nesse sentido, as próprias dimensões territoriais e populacionais brasileiras explicam em parte a complexidade dessa tarefa. Ademais, o MEC¹¹ classifica-as em várias categorias administrativas: públicas municipais, estaduais e federais; privadas com e sem fins lucrativos e beneficentes; especiais. Ainda, o ministério distingue -as quanto à organização acadêmica: faculdade, universidade e centro universitário, conforme o artigo 12 do Decreto n. 5.773/2006. As faculdades

11 <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=116:qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>

são instituições voltadas para áreas específicas do saber, como, por exemplo, saúde. Centros universitários, por sua vez, são instituições de ensino a oferecer uma multiplicidade de cursos, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento. Além disso, detêm autonomia para a criação, extinção e organização de cursos e programas. Por fim, as universidades são instituições obrigadas a fornecer atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais são indissociáveis entre si.

Essa descrição teórica quanto às categorias normativas do ensino superior brasileiro é importante para que se chegue a um número total das instituições superiores, o que possibilitará interpretar, com maior exatidão, a representatividade das universidades e centros universitários que produziram trabalhos sobre o Oriente Médio, como se demonstrou anteriormente.

Dessa maneira, no site do Ministério da Educação, mais precisamente em sua ferramenta de buscas das instituições e cursos cadastrados¹², no modo busca avançada, adotaram-se estes parâmetros de pesquisa: “Instituição de Ensino Superior”; todos os itens das categorias administrativas (as quais foram acima detalhadas); “Centro Universitário” e “Universidade” no tópico relativo à organização acadêmica. Como resultado, encontrou-se um total de 387 instituições de ensino.

Adotando-se esse número como correto, são, por conseguinte, 36 instituições em 387 cadastradas e/ou autorizadas a funcionar pelo Poder Público. Isso representa, tão somente, 9,0% do total, o que indica uma relevante concentração em poucos centros. Como a Universidade de São Paulo é responsável por quase 40% dessa já pequena fatia, é fácil dar-se conta do quão limitada a poucas instituições é a produção acadêmica brasileira sobre Oriente Médio. Aliás, mais adiante se abordará com maiores detalhes as razões para essa grande concentração locacional.

C – Distribuição temporal

Nesta seção, o primeiro aspecto merecedor de atenção é que a produção acadêmica brasileira a respeito do Oriente Médio é deveras recente. Segundo os critérios aqui adotados, o primeiro trabalho de que temos registro remonta a 1996. Verifica-se certa continuidade, embora em ritmo errático e não contínuo. É a partir deste século, contudo, que se identifica uma verdadeira explosão na quantidade de trabalhos publicados.

12 Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 23/03/2016.

É possível verificar o salto quantitativo a partir do ano de 2005, quando a produção em relação ao ano imediatamente anterior mais do que dobra. O segundo crescimento repentino e significativo ocorre em 2011, já que o número de trabalhos publicados quase dobrou quanto àquele de 2010. Em todo o período que compreende 2005 a 2014, a única exceção a esse movimento ascendente é o ano de 2008, em que o total publicado caiu à metade em relação a 2007, no entanto já em 2009 se retoma a tendência geral de grande crescimento. Ademais, o período de 2011 a 2014 é aquele de maior produção, cujo pico foi precisamente o ano de 2014, com a realização de 40 trabalhos no total.

Por outro lado, é curioso notar que, para o ano de 2015, foram encontradas, em nossas pesquisas, apenas 16 trabalhos, patamar que não se via desde 2008. Na verdade, pouco se sabe a respeito dessa repentina queda. Igualmente, para o ano de 2016, foram registrados nove estudos. O mais provável é que haja um descasamento temporal entre a defesa e a publicação dos estudos e o registro deles nos bancos de dados pesquisados. Entretanto, não se pode excluir a possibilidade de que tenha havido certo esgotamento temático, à medida que os pesquisadores brasileiros podem ter-se interessado por outros temas. Dessa maneira, é medida de prudência repetir os procedimentos aqui utilizados em momento posterior, para detectar o que se passou efetivamente.

O que poderia explicar esse rápido incremento da produção acadêmica? Evidentemente, existem muitos fatores, alguns dos quais talvez escapem ao escopo deste texto. Todavia, é inegável que, em primeiro lugar, desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, as temáticas dos grupos fundamentalistas islâmicos de corte wahabita – em especial a Al Qaeda –, da presença das potências ocidentais no oeste da Ásia e das supostas tensões e incompatibilidades entre o Ocidente e o Islã, em consonância com as ideias de Samuel Huntington de *Choque de Civilizações*, acabaram por ganhar maior destaque nos meios de comunicação. Conquanto não haja dados nem estudos quantitativos e qualitativos a respeito, trata-se de uma constatação intuitiva¹³. Assim, como o Oriente Médio adquiriu ainda maior relevo na política internacional, é natural que diferentes veículos lhe dessem maior atenção, o que inevitavelmente contribuiu para despertar a curiosidade intelectual de um universo maior de indivíduos.

13 Talvez não seja tão intuitiva, na medida em que o terceiro grupo mais numeroso trata especificamente das narrativas dos meios de comunicação após o 11 de setembro.

Em segundo lugar, não se pode perder de vista o fato de que, a partir de 2003, com a ascensão do ex-presidente Lula, a política externa brasileira, em termos gerais, e aquela voltada para o Oriente Médio, em específico, ganharam maior importância na ação e nos discursos governamentais, o que reverberou na sociedade brasileira. Logo no primeiro ano do primeiro mandato, Lula realizou um périplo pelos países árabes da região (Egito, Emirados Árabes Unidos, Líbano, Líbia e Síria), de modo a diversificar as parcerias e impulsionar o comércio internacional brasileiros. Em 2005, a criação da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), proposta pelo ex-presidente naquela viagem de 2003, significou a mudança de patamar das relações do Brasil com extrato importante da região, as nações árabes, além de confirmar sua crescente liderança nos assuntos sul-americanos. Ainda, o convite feito pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil, para enviar uma delegação à Conferência de Annapolis, de 2007, para tratar da Questão Palestina, confirmou o reconhecimento da importância do Brasil como ator em ascensão e não envolvido no histórico de intervenções na região.

No entanto, no ano de 2010 houve dois acontecimentos que contribuíram para a consolidação da imagem do Brasil de ator internacional emergente a aproveitar-se das rápidas transformações do sistema internacional. Esse fenômeno deu-se tanto interna e hemisfericamente quanto no próprio Oriente Médio. Trata-se do Acordo de Teerã, em que as iniciativas diplomáticas de Brasil e Turquia foram fundamentais para que o governo iraniano aceitasse acordo de congelamento de seu programa nuclear, sobretudo o enriquecimento de urânio; e da visita de Lula a Israel – com quem o Brasil incrementou as relações econômicas desde 2003 –, à Cisjordânia ocupada e Jordânia, complementando-se as iniciativas do início da década.

Por conseguinte, esses acontecimentos da política externa brasileira – embora não sejam, em essência, necessariamente inéditos em sua história, porquanto nas décadas de 1970 e 1980 a aproximação do Brasil com os países árabes foi também muito intensa – certamente devem ter atuado como estímulo para estudantes brasileiros dedicarem-se, na academia, a temas que dizem respeito ao Oriente Médio, além inclusive da própria inserção internacional do Estado brasileiro.

Em terceiro lugar, esse repentino crescimento deve ser interpretado à luz da própria elevação de patamar do estudo das relações internacionais na academia brasileira, sobretudo a partir da década de 1990, quando nossa sociedade passou a integrar-se, sob a bandeira do liberalismo político e principalmente econômico, à onda globalizante pós-Guerra Fria, de que a abertura da economia nacional, a dinamização do comércio exterior brasi-

leiro, o crescimento do terceiro setor em suas múltiplas vertentes temáticas e a necessária capacitação da burocracia em todos os níveis federativos, a exemplo da paradiplomacia, foram os principais vetores. Nesse processo, as pesquisas nessa área foram, progressivamente, transcendendo os tradicionais limites da academia diplomática brasileira, do estudo de história diplomática, de agrupamentos específicos, como a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), e de pesquisadores individuais, a exemplo de Luiz Alberto Moniz Bandeira¹⁴, e as instituições de ensino de nível superior a ofertar cursos multiplicaram-se com grande rapidez¹⁵. Essa expansão respondia, portanto, à necessidade de haver mais especialistas e professores na área de relações internacionais, como forma de atender às muitas demandas da progressiva internacionalização do Brasil pós-ditadura.

Paralelamente ao incremento horizontal dos cursos de graduação em relações internacionais a partir da segunda metade da década de 1990 e sobretudo durante os anos 2000, também foi fundamental o crescimento de programas de pós-graduação. Além de os fatores acima mencionados também explicarem esse aumento, não se pode perder de vista, como elementos específicos impulsionadores dos cursos de pós-graduação, a ampliação do mercado de ensino em nível de graduação – já que o aumento da procura de estudantes teve de ser compensado com a formação de mais docentes – e o apoio financeiro das diversas esferas governamentais, por meio das fundações estaduais de amparo à pesquisa, Capes e CNPq¹⁶.

Para concluir, é a partir dos anos 1990 que ocorre o “adensamento do ‘pensamento brasileiro de relações internacionais’”, segundo Antônio

14 VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: CERVO, Amado Luiz, SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), Brasília, 2005. Parte 1. pp. 19/21.

15 No Brasil, o marco inicial do campo de Relações Internacionais deu-se com a criação do curso de graduação na Universidade de Brasília, em 1974. Uma década depois, prosseguiu-se com a criação do curso de mestrado nessa mesma instituição. Em 1987, instituiu-se o curso de pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI-PUC-Rio). No entanto, é no ano de 1995 que surgem outros importantes cursos de graduação: aqueles da PUC-SP, da Universidade Católica de Brasília e da Universidade Estácio de Sá.

16 VIGEVANI, Tullo, THOMÁZ, Laís Forti, LEITE, Lucas Amaral Batista. Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Online), v. 31, 2016, p. 13.

Carlos Lessa¹⁷, no entanto a explosão de trabalhos sobre o Oriente Médio só ocorreu no início deste século, quando já se havia iniciado o processo de consolidação do campo de relações internacionais na academia brasileira.

Análises

“Meta-academia” e constituição territorial do Brasil:

Primeiramente, é necessário fazer algumas considerações quanto à distribuição geográfica das universidades envolvidas, e o que isso diz respeito ao Brasil. Das 35 instituições consideradas e da distribuição quantitativa entre elas, verifica-se que há uma grande concentração dos trabalhos no estado de São Paulo. Trata-se de 152 estudos realizados em dez universidades e centros universitários paulistas, públicos e privados, o que representa um domínio de 57%.

Em seguida, o estado da federação com o segundo maior número de trabalhos publicados é o Rio Grande do Sul, com 24. Empatadas em terceiro lugar, com 20 estudos cada, destacam-se os estados de Rio de Janeiro e Paraná. As instituições do Distrito Federal somam 14, as de Santa Catarina, 13, de Minas Gerais, 11, e do Espírito Santo, apenas um. Em termos territoriais, essas são as unidades federativas mais importantes. Ainda, é eloquente a diferença quantitativa entre a produção científica entre as instituições do primeiro ente federativo, São Paulo, e dos demais acima mencionados. Nesse sentido, os estudos sobre Oriente Médio inserem-se em uma inegável atmosfera paulista e, como já se verificou, mais precisamente paulistana, devido à presença da Universidade de São Paulo.

Os estados do Sul, Sudeste¹⁸ e o Distrito Federal concentram 96% da totalidade dos trabalhos sobre o Oriente Médio. Os outros 4% são distribuídos aos demais estados da federação, como Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Além disso, Sul e Sudeste são as únicas regiões cujos estados estão todos representados neste estudo. Ademais da ausência completa dos estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste

17 LESSA, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2): 169-184 [2005], p. 1.

18 Conforme divisão proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em 23/03/2016.

tiveram integrantes não identificados, como, por exemplo, os estados do Rio Grande do Norte e do Mato Grosso.

Para melhor compreender essa distribuição geográfica desigual, é imprescindível recorrer a Milton Santos. Na obra *Brasil – território e sociedade no início do século XXI*¹⁹, o geógrafo discorre sobre o conceito de meio técnico-científico-informacional, que corresponde à presente realidade de conjugação entre ciência, técnica e informação em escala global, sob a égide dos mercados internacionalizados, interdependentes e interconectados. Dessa forma, o fenômeno da globalização significa, para os territórios que se lhe conectam com maior intensidade, novas possibilidades de produção e de circulação, não só de produtos, mas também de serviços e, principalmente, de ideias. Assim, estar presente nesse meio permite contato mais substancial com o atual processo de globalização e, portanto, com o que acontece alhures.

Milton Santos assevera que, no território brasileiro, o meio técnico-científico-informacional está consolidado nas regiões Sul e Sudeste – a chamada “Região Concentrada” – e presente em manchas isoladas em outras regiões do país, como por exemplo aquela da agricultura moderna de base industrial no Centro-Oeste. Em outras palavras, é nessas localidades que o acesso a diferentes informações e análises de importância internacional é mais facilitado e substantivo. Ademais, é onde redes de pesquisadores brasileiros com congêneres no exterior.

Os dados quantitativos aqui analisados confirmam a hipótese do geógrafo. Não é coincidência que 96% dos trabalhos tenham sido produzidos em lugares onde o meio técnico-científico-informacional se instalou e se consolidou. Além de serem dotadas de mais recursos humanos e financeiros, o que decorre da própria formação desigual da sociedade brasileira em termos regionais, essas instituições em princípio oferecem as melhores condições para que os acadêmicos brasileiros entrem em contato com as informações e ideias a respeito do Oriente Médio a circular pela aldeia global e se dediquem, pois, a seus estudos.

Essa complexa realidade não significa, por óbvio, que não se consiga realizar pesquisa de alto nível em universidades de regiões de menor desenvolvimento humano e tecnológico, conquanto permita compreender maiores dificuldades a serem superadas pelos pesquisadores a elas vinculados.

19 SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*. Editora Record, 15a. edição, São Paulo, 2011.

Principais países estudados

Quanto aos temas trabalhados, é possível fazer uma série de constatações. Como se ressaltou no início deste capítulo, a divisão temática proposta é fluida, uma vez que um mesmo trabalho, a depender da maneira de interpretar, poderia pertencer a mais de um grupo temático. O exemplo a que se recorreu foi o caso de Israel, porquanto há vários grupos a envolver temáticas israelenses e judaicas, como aquele relativo à Questão Palestina. No entanto, a referência a Israel tem uma razão especial de ser. Trata-se do país, nação, Estado que é objeto do maior número de estudos, quando se desconsideram essas divisões.

Além dos 15 trabalhos cujo foco principal é o Estado de Israel – a congregar seu processo de constituição, aspectos políticos internos e externos e mitos fundadores – e dos 20 dedicados à Questão Palestina – inevitavelmente, dadas as características dos estudos a envolver essa temática, conclui-se que todos eles contextualizam os diferentes pleitos palestinos diante de Israel –, temáticas israelenses congregam, ao todo, 48 trabalhos. Nesse sentido, os estudos que tratam de temas ligados à sua identidade, incluindo grupos diversos como aquele de comunidades no Brasil, somam quatro; aqueles de perspectiva cultural, de relações com os Estados Unidos e da política externa brasileira, dois cada; e os de meios de comunicação, economia e questões de gênero apresentam um trabalho cada.

A título de comparação, pelos mesmos critérios, quanto ao Líbano, foram contabilizados 13 trabalhos, seis do grupo a discutir suas políticas interna e externa, outros seis a respeito das comunidades libanesas no Brasil e um inserido na perspectiva cultural. Ademais, o Irã tem igualmente 13 trabalhos, pois, além do grupo específico criado para si, com dez, tem dois registros em perspectiva cultural – sobretudo em relação a seu cinema – e uma presença no grupo dos conflitos e dinâmicas regionais. Por igual métrica, relativamente à Turquia existem dez estudos, divididos entre o grupo específico para esse país, com cinco, questões de gênero, conflitos e dinâmicas regionais, economia, islamismo político e perspectiva cultural, todos com um cada.

Por conseguinte, ao analisar esses dados numéricos, conclui-se que a academia brasileira dedica muito mais tempo e recursos para estudar temas que envolvem, direta ou indiretamente, o Estado de Israel do que de outros países na região. Para ilustrar, segundo estimativas do ano de 2012, a comunidade judaica no Brasil totaliza 110 mil indivíduos, 60 mil dos quais somente na cidade de São Paulo²⁰, ao passo que os libaneses e seus descen-

20 "São Paulo tem a segunda maior população judaica da América Latina". Federa-

dentos somam quase 10 milhões, em estimativas de 2010, superando inclusive a própria população libanesa²¹, de 3,5 milhões. Essa disparidade numérica evidencia que a comunidade judaica, conquanto muito mais reduzida, conseguiu articular-se e inserir-se, com maior desenvoltura, na academia brasileira, sendo a prevalência temática um dos principais aspectos. Dessa maneira, um desafio futuro seria equilibrar essa conjuntura, de modo a estimular estudos sobre não só o Líbano, mas também sobre outros países da região, principalmente árabes, sem que a vertente israelense perca importância em termos absolutos.

Ainda, é interessante notar que, conforme os mesmos critérios, o Iraque é um país que recebe atenção especial da academia brasileira. São, ao todo, 20 estudos empreendidos, os quais se distribuem em uma pluralidade de grupos temáticos, como àquele relativo à presença dos Estados Unidos na região, com nove trabalhos, papel dos meios de comunicação, com oito, política externa brasileira, com dois, e conflitos e dinâmicas regionais com um. Todavia, contrariamente aos países citados acima, o Iraque não costuma ser objeto de estudo propriamente dito, isto é, não há trabalhos a estudar, por exemplo, sua história, sua composição política atual, sua inserção externa regional nem mesmo seus mitos fundadores. Esse país, um dos maiores do Oriente Médio, recebeu atenção quase exclusiva no que se refere à invasão dos Estados Unidos em 2003 e ao que ocorreu desde então. Nesse sentido, ocupa papel secundário, sempre como pano de fundo para um tema que se julga mais relevante.

Por fim, com a exceção dos trabalhos relativos ao Líbano e de cinco estudos pontuais e recentes, dois sobre o Egito, outros dois a respeito da Síria e outro sobre atuação da Arábia Saudita na Liga dos Estados Árabes, há uma inegável e crônica falta de trabalhos relativos aos países árabes do Oriente Médio. Para ilustrar, além de não existirem estudos mais específicos e aprofundados sobre Arábia Saudita, Argélia, Líbia e Tunísia, nada se pesquisou, até agora, a respeito de outros países igualmente importantes para a região, sobretudo Qatar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Jordânia. Curiosamente, a cultura árabe atrai mais atenção da academia brasileira do que os Estados

ção Israelita do Estado de São Paulo - FISESP. 23.jan.2012. Disponível em: <<http://www.fisesp.org.br/web/sao-paulo-tem-a-segunda-maior-populacao-judaica-da-america-latina/>>. Acesso em 21/02/2016.

21 "Comunidade libanesa no Brasil é maior que a população do Líbano". Senado Notícias. 22.abr.2010. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/22/comunidade-libanesa-no-brasil-e-maior-que-populacao-do-libano>>. Acesso em 21/02/2016.

e as sociedades de que fazem parte. Assim, é fundamental que se passe a estudar, de modo mais aprofundado e sistemático, esses outros países árabes a que se fez referência, dada a importância que eles têm na região e, como consequência, para o êxito da própria inserção internacional do Brasil.

Tabela 01: Produção acadêmica sobre países específicos

Países estudados	Número de trabalhos
Israel	48
Líbano	13
Irã	13
Turquia	10
Egito	2
Síria	2

Fonte: elaborado pelo autor.

Vertentes temáticas trabalhadas

Como já se demonstrou anteriormente, o agrupamento com o maior número de trabalhos é aquele referente ao que se convencionou chamar de perspectiva cultural. Ademais, se os grupos forem individualmente considerados, pesquisa-se mais sobre temas culturais do que sobre aspectos políticos e econômicos, inclusive entre o Brasil e a região e entre seus atores constitutivos. Nesse sentido, é curioso notar que as pesquisas sobre Oriente Médio não seguem a tendência geral de, no campo das relações internacionais no Brasil, dar-se preferência à política externa brasileira e aos temas que lhe são peculiares²².

Novamente se recorrerá à obra de Milton Santos²³. Ao interpretar o sentido mais profundo de sua pesquisa, o geógrafo estabelece comparação com a obra de outros pensadores brasileiros. Assim, se, para Celso Furtado, a economia é a fala privilegiada da nação e, para Florestan Fernandes, a cul-

22 VIGEVANI, Tullo, THOMÁZ, Laís Forti, LEITE, Lucas Amaral Batista. Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Online), v. 31, 2016, p. 20.

23 SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil - Território e sociedade no início do século XXI*, Editora Record, 15a. edição, São Paulo, 2011, p. 27.

tura, para Milton Santos, o território constitui igualmente uma das muitas falas privilegiadas da nação. Se considerarmos como válidas essas três premissas, as quais também podem ser aplicadas a todos os países do mundo, então o estudo das diferentes culturas existentes no Oriente Médio e das variadas maneiras de elas serem manifestadas – literatura, teatro, cinema, idioma, etc. – é também de grande utilidade para a sociedade brasileira, na medida em que permite a formação, no Brasil, de massa crítica para interpretar de maneira mais abrangente e sofisticada os complexos acontecimentos nessa região. Dessa forma, abre-se a perspectiva de fomento de intercâmbio bilateral e multilateral em diversas esferas.

Não se pode afirmar que a maior profusão desses trabalhos culturais decorre, ainda que parcialmente, de um período em que a política externa brasileira não pretendia participar de maneira mais protagônica da complexa realidade do Oriente Médio. Nesse sentido, uma exiguidade dos interesses brasileiros na região poderia, em tese, explicar a recorrência de estudos que passam ao largo de questões mais afeitas à política e à economia internacionais. A realidade é, porém, bastante diversa dessa hipótese.

Os anos de maior produção dessas pesquisas de cunho cultural coincidem exatamente com o período em que a diplomacia brasileira procurou participar mais ativamente das problemáticas do Oriente Médio. Seria possível supor que esse momento de maior protagonismo da política externa brasileira estimulasse, quase que exclusivamente, a produção de trabalhos acadêmicos com temas próximos àqueles de relações internacionais²⁴, por exemplo, mas não foi isso o que ocorreu. A academia brasileira reagiu a esse contexto, produzindo em maior quantidade estudos que, em princípio, pouco têm em comum com os temas de maior centralidade para a diplomacia brasileira²⁵.

Além disso, se contabilizarmos os outros dois grupos temáticos mais numerosos – comunidades médio-orientais no Brasil e papel dos meios de comunicação no desenvolvimento de narrativas sobre a região – essa concentração de trabalhos que, teoricamente, pouco diz a respeito à inserção brasileira no Oriente Médio, soma 127, o que representa aproximadamente 48% do total.

24 Como já foi ressaltado, a área de relações internacionais, no Brasil, começa a crescer nos anos 1990 e dinamiza-se ainda mais na primeira década deste século, tanto em relação aos cursos de graduação quanto aos programas de pós-graduação.

25 Com isso, mais uma vez se quer ressaltar que a perspectiva cultural é muito importante para promover um intercâmbio mais consistente do Brasil com o Oriente Médio, embora ela não seja suficiente por si só.

Se, no entanto, forem considerados conjuntamente outros grupos cujos temas são, em tese, mais diretamente relacionados à inserção internacional do Brasil e à política internacional, essa desproporção temática praticamente desaparece. Caso se somem os trabalhos dos grupos sobre a presença dos Estados Unidos no Oriente Médio, o conflito entre Israel e Palestina, as temáticas relativas a Líbano, Irã, Israel, Turquia, Egito e Síria, a política externa propriamente dita e aspectos econômico-comerciais, chega-se a 125, o que representa 47% de todas as dissertações e teses. Assim, em termos proporcionais há um equilíbrio entre essas vertentes. Além disso, quanto ao corte temporal, todos eles também coincidem com o momento de maior protagonismo da política externa brasileira para o Oriente Médio, isto é, a partir de 2003.

Por conseguinte, embora se verifique produção acadêmica mais numerosa a respeito de temas mais abrangentes, é prudente não subestimar a importância numérica dos estudos voltados para temas mais afeitos às áreas de relações internacionais e de ciência política. Malgrado estarem divididos conforme variadas temáticas, guardam um sentido comum, qual seja, o de estudarem fenômenos que influenciam diretamente os rumos da política internacional e, portanto, os condicionantes sistêmicos e regionais da inserção externa do Estado brasileiro.

Tabela 02: Incidência das vertentes temáticas

Vertentes trabalhadas	Quantidade	Porcentagem
Perspectiva cultural, Comunidades no Brasil, Meios de comunicação	127	48%
EUA, Irã, Israel, Turquia, Egito, Síria, PEB, Economia	125	47%
Outros grupos	14	5%

Fonte: elaborado pelo autor.

De maneira geral, esses dados permitem concluir que a academia brasileira diversificou e aumentou sua produção, no que se refere aos mais diversos aspectos do Oriente Médio, paralelamente aos esforços da política externa brasileira de diversificar suas parcerias comerciais e de participar do intrincado contexto político da região como um ator internacional em ascensão com grandes capacidades de contribuir para a paz, a estabilidade

e o desenvolvimento regionais; e ao contexto internacional de alta intensidade na região, a exemplo das invasões norte-americanas ao Afeganistão e ao Iraque. Conquanto não se possa inferir que esse aumento seja consequência exclusiva das ações da diplomacia brasileira, é impossível não correlacionar esses dois fatores, nem mesmo descartar influências. Todavia, já com relação ao contexto internacional pós-11 de setembro, pode-se deduzir, com maior margem de segurança, que este tenha tido papel importante no despertar da curiosidade intelectual dos pesquisadores brasileiros, uma vez que os acontecimentos ligados ao Oriente Médio inevitavelmente adquiriram maior centralidade nos meios de comunicação e nos meios especializados.

Conclusões

Verifica-se, portanto, que a produção acadêmica brasileira a respeito de temas do Oriente Médio é relativamente recente, concentrada nas regiões mais desenvolvidas do território brasileiro, dominada pela Universidade de São Paulo e focada, majoritariamente e em termos absolutos, em assuntos de corte cultural. Ademais, há uma relevante ausência de estudos sobre países árabes, quando comparadas com as produções acadêmicas sobre Turquia, Irã e sobretudo Israel, o país objeto do maior número de estudos. Entre os árabes, a exceção a confirmar a regra é o Líbano, o que pode ser explicado pela maciça presença, no Brasil, de descendentes de libaneses, embora seja sempre necessário ressaltar que, mesmo sendo mais numerosa a comunidade libanesa que a judaica, essa realidade não foi suficiente para ao menos equivaler-se, quantitativamente, às temáticas israelenses.

Consequentemente, identificam-se diversos ramos a serem explorados por estudiosos nacionais, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Nesse sentido, as crescentes indefinições e instabilidades no Oriente Médio após 2011, a exemplo da fratura institucional e geográfica na Líbia pós-Kadafi, do malogro da Irmandade Muçulmana no Egito seguido da instauração do regime ditatorial de Abdel Fatah al-Sisi, da malfadada intervenção saudita no Iêmen, da reinserção do Irã como importante ator regional, do surgimento do ISIS e da guerra civil na Síria, devem continuar a servir de inspiração para a curiosidade intelectual dos acadêmicos brasileiros. À medida que as questões acima expostas continuarem a fazer do Oriente Médio uma região de alta intensidade no sistema internacional, será crucial para a sociedade brasileira – aqui pensada para além de sua diplomacia – promover estudos acerca de países que, conquanto sejam ainda pouco ou nada conhecidos da academia e do público do Brasil, são indispensáveis

para o equacionamento daqueles desafios. Dentre eles, destacam-se Arábia Saudita, Argélia, Egito, Emirados Árabes Unidos e Qatar. Trata-se de países influentes, com grandes e variados recursos e de cujos destinos depende a própria região.

Ademais, dada a crescente importância das tecnologias da informação como elemento catalizador das demandas sociais tanto em nível doméstico quanto em nível internacional, a temática das sociedades civis dos países do Oriente Médio e das possíveis e multifacetadas interações delas com o Brasil constituem campo sobre o qual muito pouco se produziu. Como os acontecimentos de 2011 demonstraram, há uma crescente tendência de os indivíduos dessa região, sobretudo dos países árabes, participarem mais diretamente dos processos políticos nacionais, de maneira semelhante ao que se verificou na América Latina a partir da década de 1980 e na Europa Oriental pós-soviética. Assim, há uma grande oportunidade para que se desenvolvam visões e contributos brasileiros acerca desses eventos de dimensão histórica e das respectivas consequências para a própria região e para o sistema internacional.

Ainda, há uma série de questionamentos que se podem colocar. Conseguirá a área de Relações Internacionais consolidar-se definitivamente na academia brasileira, mesmo que a inserção externa do Brasil perca fôlego e acabe por retrair-se? O predomínio, em termos absolutos, dos trabalhos sob perspectiva cultural conseguirá ser superado? A academia brasileira conseguirá expandir-se horizontalmente – isto é, aumentar o número de temas estudados, como se demonstrou acima – e, ao mesmo tempo, potencializar a verticalização temática de sua produção – isto é, aumentar o número de pessoas a estudar os mesmos temas? Nesse sentido, a consolidação de estudos sobre o Oriente Médio nas universidades brasileiras depende tanto de um incremento horizontal quanto vertical. Por fim, a produção acadêmica logrará transcender o atual domínio da Universidade de São Paulo e das regiões mais desenvolvidas e conectadas com a Globalização? Trata-se de perguntas ainda sem respostas. Somente o tempo se encarregará de respondê-las.

Referências

CERVO, Amado Luiz, SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), Brasília, 2005.

- LESSA, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2): 169-184 [2005].
- JUNIOR, Gelson Fonseca. *Diplomacia e Academia* – um Estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*, Editora Record, 15a. edição, São Paulo, 2011.
- VIGEVANI, Tullo, THOMÁZ, Laís Forti, LEITE, Lucas Amaral Batista. Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Online), v. 31, 2016.

Apêndice

Divisão temática geral

Perspectiva cultural

Total: 65

1. KAHTALIAN, M. *Cinema fundamentalista: o cinema iraniano após a Revolução Islâmica*. 2001. Dissertação de Mestrado – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
2. PICCINI, A. *A transferência de elementos arquitetônicos como expressão cultural resultante do encontro entre Oriente Médio e Ocidente, através do Mediterrâneo*. A batistério e a igreja de San Miniato al Monte em Florença. 2002. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
3. BIASE, J.M.A. *The NP in Portuguese and Arabic, its behavior, similarities and contrastive aspects in the establishment of parameters*. 2003. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

4. ARAÚJO, R.M. *Ibn Khaldun* : o estudo de seu método à luz da ideia de decadência nos estados do ocidente muçulmano. 2004. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
5. FILHO, M.A. *O intelecto no Livro da Alma de Ibn Sina (Avicena)*. 2004. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
6. PINTO, M.S. *Arabismos no turco moderno padrão: entre o empréstimo e o purismo linguísticos*. 2006. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
7. CODENHOTO, C.D. *Na senda das Noites: les quatre talismans*, de Charles Nodier, e *Les mille et une nuits*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
8. KAILCHE, K.B.M. *A peça Desdêmona, do iraquiano Yousif El-Saigh, motivada por Otelo, de William Shakespeare*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
9. PINTO, I.M. *Close-up - A invenção do real em Abbas Kiarostami*. 2007. Tese de Doutorado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
10. RESENDE, D.M.M. *O cinema de Abbas Kiarostami: Entre a transparência e a auto-inquirição*. 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
11. GHIGNATH, R.C.S. *Visões do Oriente em Eça de Queirós: uma análise comparatista entre os Relatos de viagem e A relíquia*. 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
12. VIEIRA, G. *O dentro/fora deleuziano em TEN de Abbas Kiarostami*. 2008. Dissertação de Mestrado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
13. COSTA, A.L. *Análise de guias culturais da Área de negociação à luz da teoria da Inteligência Cultural: o caso da cultura árabe*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

14. COVELLI, A.R.M. *Ibn Rusd: a noção de ta'wil no Fasl almaqal*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
15. DIB, M.C. *A diversidade da cultura síria através da música e da dança*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
16. KASOUHA, M. *Os clássicos árabes da teoria da tradução*. 2009. Dissertação de Mestrado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
17. MARQUES, V.L.M. *Sobre práticas religiosas e culturais islâmicas no Brasil e em Portugal: notas e observações de viagem*. 2009. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
18. NERO, J.B.D. *Da felicidade na Cidade Virtuosa de Alfarabi*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
19. ROCCO, L.F. *A mesquita de Ibn Tūlūn como representação da herança arquitetônica árabe: estudo da Mesquita de Ibn Tūlūn como monumento-síntese das características árabes e das transferências de elementos arquitetônicos entre os povos não árabes*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
20. ALVES, C.C. *Figurações do mouro na literatura portuguesa: o lado errado no Marenostro?*. 2010. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
21. COSTA, M.M. *Da lavoura arcaica*. 2010. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
22. GARCIA, C.R.G. *Conflitos, medos e dores na literatura infanto-juvenil israelense - análise de obras selecionadas entre as décadas de 70 e 90*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
23. GOUVEIA, L.B. *Par penitence les cumandet a ferir: a legitimação do combate contra os pagãos na Chanson de Roland e na Chanson de Guillaume*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

24. SALES, A.G. *A construção da identidade palestina: análise discursiva do poema Carteira de identidade*, de Mahmud Darwich e outros textos palestinos. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
25. SILVA, A.L.P. *O islã sob a romãzeira de Tariq Ali*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
26. ALEXANDRE, A. A. *O "torpe Ismaelita cavalleiro": um estudo sobre a presença dos mouros em Os Lusíadas*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
27. ARRIAGA, M.C.L. *Irã, modernidade e modernização. A república islâmica em Ijtihad*. 2011. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
28. GOMES, E.M. *Mil e um verbos árabes: uma proposta lexicográfica*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
29. HAGE, W.M.E. *Humor nas anedotas do Juha*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
30. LOPES, J.A.F. *O sagrado em Gibran Khalil Gibran*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
31. PAULA, M.B. *Borges e As mil e uma noites*. 2011. Tese de Doutorado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
32. PESSUTO, K. *O 'espelho mágico' do cinema iraniano: uma análise das performances dos "não" atores nos filmes de arte*. 2011. Dissertação de Mestrado – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
33. RODRIGUES, U.A. *O colar perdido da caligrafia*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
34. SANO, W. T. *A tradução da escrita. Sistema de transposição ortográfica do árabe padrão para o português brasileiro*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Uni-

versidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

35. SENA, M.J.F. *The politics of food and memory in Diana Abu-Jaber's Crescent*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
36. ABREU, M.Y. *Interferências no português falado por imigrantes libaneses em situação de contatos linguísticos-culturais em Londrina*. 2012. Tese de Doutorado – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
37. APOLINÁRIO, D.F.R. *Marco Lucchesi e Os olhos do deserto: a experiência poética do caminhante*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
38. HINOJOSA, F.O.R. *Traduções comentadas de contos marroquinos: por uma antologia do estrangeiro*. 2012. Tese de Doutorado. Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
39. KAIUCA, M.A. *Al-Jabr e Al-Muqabalah: percurso, linguagem, ciência, cotidiano e contos orais*. 2012. Tese de Doutorado – História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
40. TAPIA, P.W. *Arnold Schoenberg: salmos, orações e conversas com e sobre Deus*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
41. ABU-HEJLEH, N.I.M. *Fadwa Tuqan: a poetisa palestina*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
42. BELHADDAD, A. *Tradução comentada do Kitb Alfırsa (Livro da Fisiognomonía), escrito por Arrz, Muammad Ibn Umar Ibn I-usayn, conhecido pelo nome de Fakhruddin Arrz*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
43. CAFFARO, P.C. *Para uma padronização em português da terminologia morfosintática do verbo árabe*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
44. MADELLA, T. *Straddling east and West*. 2013. Dissertação de Mestrado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2013.

45. MEIHY, M.S.B. *Habemus Africas: Islã, Renascimento e África em João Leão Africano (século XVI)*. 2013. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
46. MORAIS, T.G. *O Livro das Mil e uma Noites em Jorge Luis Borges*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
47. SENKO, E.C. *O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água*. 2013. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
48. SILVA, M.D. *A crítica ao peripatetismo no Livro da Sabedoria de Suhrawardí*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
49. VILLAR, V. L. G. *Os árabes e nós: a presença árabe na literatura brasileira*. 2013. Tese de Doutorado – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
50. YUNIS, L.E. *Êxtase, poesia e dança em Rumi e Hafiz*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
51. ALVES, N.N. *O elixir dos gnósticos. A existência da alma humana em Mullá Sadr*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
52. CASTRO, A.C.P. *Os engastes das sabedorias. A metafísica do real em Ibn'Arabi*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
53. DUARTE, C.N. *Uma análise crítica do discurso na literatura árabe: Dias com ele - Reforço da tradição ou proposta de renovação?*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
54. FRANCISCO, F.B. *Pode entrar Meryl Streep! A ética da tradução em um romance de Rachid Daif*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

55. KOTLER, C. *O uso da arte como instrumento ideológico na fundação de Israel: estudo sobre Nos Passos da Consumpção, espetáculo em sete atos sobre os dias de Ezequias, rei de Judá, e Acáz, seu pai*, de Eliezer Lipa Ioffê. 2014. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
56. MORAES, C.N. *O racista ignóbil e o perspectivista compassivo: refletindo sobre a tradução de poemas de A Kasidah de Richard Burton*. 2014. Tese de Doutorado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
57. PINGRÉWAOGA, B.A.H.S. *Desafios de jovens muçulmanos em Burquina Faso no retorno de estudo em países de língua árabe: entre vulnerabilidade e a reconstrução da cidadania*. 2014. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
58. RIBEIRO, L.A.O. *Imagens e paleta de cores nos textos de Flaubert da viagem ao Oriente*. 2014. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
59. ROCCO, L.F. *Diálogos da arquitetura no Cairo entre os séculos X e XIII: a sinagoga de Ben Ezrá e o contexto da cidade islâmica*. 2014. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
60. RODRIGUES, V.Z. *Pandeiros: entre a Península Ibérica e o Novo Mundo, a trajetória dos pandeiros ao Brasil*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
61. SANTOS, M.B. *O 'adab nas Mil e uma noites: a história do segundo dervixe*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
62. SOARES, A.C.M. *Raqs el Jaci / Dança de Jaci: hibridação por antropofagia entre a dança do ventre e a poética de Eva Schul*. 2014. Dissertação de Mestrado – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
63. BRAGA, J.S. *Identidade, exílio e memória: representações da cultura árabe na ficção brasileira contemporânea*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
64. REIS, S.C.M. *An imaginary home in Diana Abu-Jaber's Arabian Jazz*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais,

Belo Horizonte, 2015.

65. SAID, G.F.F. *Matrizes de cultura e identidade: árabes e americanos após o 11 de setembro*. 2015. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

Comunidades no Brasil

Total: 37

1. SALAWDEH, O.K. *Manutenção e mudança de língua: um estudo da comunidade árabe em São Paulo*. 1997. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
2. TERDIMAN, E.W. *Imprensa lídiche em São Paulo: Vivência e Dinamismo San Pauler Idiche Tsaitung (A Gazeta Israelita de São Paulo) 1937*. 1997. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
3. MIZRAHI, R. *Imigração e Identidade - As Primeiras Comunidades Judaicas do Oriente Médio em São Paulo e no Rio de Janeiro*. 2000. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
4. GATTAZ, A.C. *História Oral da Imigração Libanesa para o Brasil - 1880 a 2000*. 2001. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
5. RAMOS, V.L. *Conversão ao islã: uma análise sociológica da assimilação do ethos religioso na sociedade muçulmana sunita em São Bernardo do Campo na região do Grande ABC*. 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.
6. SOUZA, M.M.C.M. *O povo da caixa e a 25 de março: memórias da imigração síria e libanesa em São Paulo*. 2003. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
7. MOREIRA, L. *O Islã no Brasil: os muçulmanos imigrantes e o islamismo em São Paulo*. 2004. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

8. ALMA, N.M. *A imigração Árabe-Muçulmana na cidade de São Paulo: a influência religiosa nos contatos interétnicos e etnolingüísticos dos imigrantes*. 2005. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
9. ESPÍNOLA, C.V. *O véu que (des)cobre: uma etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis*. 2005. Tese de Doutorado – Doutorado - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
10. BOGACIOVAS, M.M.A. *Tribulações do povo de Israel na São Paulo colonial*. 2006. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
11. OMAR, N.F. *O crescente e a estrela na Terra dos Pinheirais: os árabes muçulmanos em Curitiba(1945-1984)*. 2006. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
12. PETERS, R. *Imigrantes palestinos, famílias árabes: um estudo antropológico sobre a recriação das tradições através das festas e rituais de casamento*. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, Porto Alegre, 2006.
13. YKEGAYA, T.G. *Imigração Árabe em Foz do Iguaçu: a construção de uma identidade étnica*. 2006. Dissertação de Mestrado – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Paraná, 2006.
14. CASTRO, C.M. *A construção de identidades muçulmanas no Brasil: um estudo das comunidades sunitas da cidade de Campinas e do bairro paulistano do Brás*. 2007. Tese de Doutorado – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
15. FERREIRA, F.C.B. *Entre arabescos, luas e tâmaras - performances islâmicas em São Paulo*. 2007. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

16. OSMAN, S.A. *Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história oral de vida*. 2007. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
17. PROCÓPIO, O.S. *Aprendendo com o outro: os Árabes em Floriano, PI*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
18. DELAGE, P.A. *Igreja Evangélica Árabe de São Paulo. inserção, estruturação e expansão na adversidade-diversidade sócio-cultural da cidade de São Paulo: (estudo de caso)*. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.
19. LINS, W.B.A. *A mão e a luva: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia: similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas*. 2010. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
20. MARQUES, J.H. *Mulçumanos em Curitiba*. 2010. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
21. MARTINS, D.M. *Imigração árabe e religiosidade em São José do Rio Preto: Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina :um estudo de caso*. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
22. ELKHOURI, R. N. *Os Libaneses em São José dos Campos: A História dos que imigraram entre 1950 e 1970*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
23. STORTI, W.M.R. *Educação Árabe em Curitiba: A Escola Islâmica do Paraná (1969-1972)*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2011.
24. TOMASSI, B.C.T. *Assalamu Aleikum favela: a performance Islâmica no movimento HIP HOP das periferias do ABCD e de São Paulo*. 2011. Dissertação de Mestrado – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
25. CARDOZO, P. F. *O Líbano Ausente e o Líbano Presente: Espaço de Identidades de Imigrantes Libaneses em Foz do Iguaçu*. 2012. Tese de Doutorado, Setor de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba,

2012.

26. DOUEK, D. *Próximos e distantes: um estudo sobre as percepções e atitudes da comunidade judaica paulista em relação ao Estado de Israel (2006-2010)*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
27. NAKASHIMA, H. A. Y. *Ad-Din Fi Qulub: O Islã em São Paulo (1950-1980)*. 2012. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
28. PRATES, D. R. A. *O Fio de Ariadne: Deslocamento, Heterotopia e Memória entre Refugiados Palestinos em Mogi das Cruzes, Brasil e Burj Al-Barajneh, Líbano*. 2012. Dissertação de Mestrado – Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
29. CARLOTO, D.R. *O espaço de representação da comunidade árabe-muçulmana de Foz do Iguaçu-PR e Londrina-PR*. 2013. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
30. KHOURI, J.M. *Pelos caminhos de São Paulo: a trajetória dos sírios e libaneses na cidade*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
31. LIMA, C.R. *Da Bíblia ao Alcorão: desconstruções e (re)construções simbólicas no processo de reversão ao Islã no Brasil*. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.
32. SANTOS, C.M.R.C. *A alimentação como processo de integração da comunidade Árabe em Foz do Iguaçu*. 2013. Dissertação de Mestrado – Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2013.
33. SOARES, G.M. *Trajetórias migratórias e construções identitárias de palestinos em Santa Catarina*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
34. MAMEDES, J.J. *A Mesquita da Luz: o Islã sunita no Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie,

São Paulo, 2014.

35. TAISSUN, A.S. *Valores humanos básicos e representações sociais perante o direito à liberdade religiosa: uma visão sobre imigrantes árabes no Brasil*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
36. HADJAB, P.D.E. *Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil*. 2014. Tese de Doutorado – Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
37. OLIVEIRA, B.V.N. *A mesopotâmia encantada: um discurso sobre Foz do Iguaçu e sua comunidade árabe no pós-11 de setembro de 2001*. 2015. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Meios de Comunicação

Total: 25

1. FERNANDES, L.M. *Hiperterrorismo e mídia na comunicação política*. 2005. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
2. SOUZA, A.G. *O Islã nos livros didáticos de história de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental no período de 1985 a 2004*. 2005. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
3. CASTRO, I.C.S. *Orientalismo na imprensa brasileira. A representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo antes e depois de 11 de setembro de 2001*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
4. PEDRO, V.L. *Direto da guerra: uma análise da cobertura da guerra do Iraque no jornal Folha de São Paulo*. 2007. Tese de Doutorado – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

5. RABELLO, A.L.S.E.S. *The concept of terrorism in american newspapers: an analysis of the New York Times and the Washington Post's articles in the aftermath of September 11th*. 2007. – Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
6. RAUBER, A.A. *Guerra, atrocidade e mediação: o franco-atirador de Bagdá entre o espetáculo e a crítica*. 2007. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
7. CAMARGO, J.F. *Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira*. 2008. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
8. LOPES, M. *Folha de S. Paulo: da produção de sentidos acerca da guerra do Iraque*. 2009. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
9. NEVES, F.B. *Design gráfico e a mobilização social: cartazes contra a guerra do Iraque*. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
10. BERTOLINI, J.L.S. *A interpretação do outro: a idéia de Islã no ensino de História*. 2011. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
11. FERNANDES, B.C. *Cultura histórica, razão instrumental e ética pluralista: reflexões sobre as relações entre mídia e a guerra do Iraque*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
12. KRAUSS, R. *Um certo oriente: a caracterização de palestinos e israelenses na cobertura fotográfica da Folha de S. Paulo*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
13. MORAES, R. S. *O discurso sobre o muçulmano na imprensa brasileira: o caso da revista Veja*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
14. MORAIS, V.D.B. *O Iraque na TV Brasileira*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
15. ELIAS, P.C. *A mídia e a Guerra do Iraque nos Estados Unidos*. 2012. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas,

São Paulo, 2012.

16. FARIAS, F. V. S. *O Orientalismo Revisitado: a cobertura da Veja ao islamismo e ao mundo árabe no pós-11 de setembro*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
17. GOMES, I. *Olhares sobre o outro*. Estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 2012. Tese de Doutorado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.
18. JULIANO, P.G.R.P. *De Bush a Jack Bauer: a segurança como obsessão nos Estados Unidos após o 11 de setembro*. 2012. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2012.
19. PAES, A. B. P. L. *O muro dos outros e os outros do muro: alteridades e mundo árabe nas narrativas midiáticas*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
20. PORTO, C.H.Q. *Uma Reflexão do Islã na Mídia Brasileira: Televisão e Mundo Muçulmano*. 2012. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
21. ARAÚJO, L.A. *Paisagens obsessivas: o discurso orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras*. 2013. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
22. ESPÍNDOLA, P.M. *O estereótipo na comunicação: uma análise em documentários sobre terrorismo islâmico*. 2013. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
23. BARION, C.O.F. *Entre palavras e imagens: o acontecimento de 11 de setembro nas revistas Veja e Carta Capital: a arquitetura do imaginário social sobre o terrorismo*. 2014. Dissertação de Mestrado – Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2014.
24. SANTOS, R.M. *O 11 de setembro de 2001 como acontecimento discursivo: uma análise das manchetes do dia seguinte*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
25. FURTADO, O.A.M. *O discurso do fotojornalismo independente na guerra do Iraque*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do

Israel x Palestina

Total: 20

1. GOMES, A.R. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. 2001. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
2. DUARTE, B.S.V. *The mediator's behaviour in the arab-israeli conflict*. 2003. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
3. LOPES, L.A. *The palestinian authority and the resolution of the conflict with Israel*. 2006. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
4. SILVA, A.P.M. *O papel da democracia na construção do Estado Palestino e na resolução do conflito Palestino-Israelense: a oclusão das particularidades*. 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2006.
5. CHEMERIS, H.G.S. *O conflito israelo-palestino sob a ótica da teoria sistêmica de Niklas Luhmann*. 2009. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
6. JÚNIOR, G.S.R. *Geografia Política e os recursos hídricos compartilhados: o caso Israelo-Palestino*. 2010. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
7. KROEGER, J. B. *Fragmentos de um conflito: memórias de Amira Hass, a única jornalista israelense a viver em territórios palestinos*. 2011. Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
8. SILVA, M.L.R. *Veredas do "labirinto" youtube: um estudo de caso dos vídeos sobre a barreira Israelo-palestino nos corredores de um dédalo virtual*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

9. ARRAIS, C. H.R. *Valsa com Bashir: subjetividade, memória e geopolítica no documentário contemporâneo*. 2012. Dissertação de Mestrado – Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
10. GOMES, M. N. *Testemunho em quadrinhos: reflexões sobre a identidade palestina na obra de Joe Sacco*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
11. MACRI, R.D.Z. *Linguagem iconográfica e documentário em Palestina: uma nação ocupada*. 2012. Dissertação de Mestrado – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
12. SILVA, A.P.M. *A política palestina: construção, dinâmicas e desdobramentos*. 2012. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
13. MATOS, S.M. *Qaqun: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
14. HUBERMAN, B. *Judaização da Palestina ocupada: colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013*. 2014. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.
15. OLIVEIRA, C.O. *Tradução do livro Bodas de Mahmud Darwich*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
16. STEPHAN, C. *A UNRWA e a assistência humanitária prolongada aos refugiados palestinos: uma análise do papel da agência no conflito árabe-israelense*. 2014. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
17. ZUCCHI, L.K. *Implantação do estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes*. 2014. Dissertação de Mestrado – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
18. BASSI, D.M.G. *A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade*. 2016. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
19. FIGUEIREDO, C.F. *Traços de uma haifa vermelha: um estudo sobre a cul-*

tura visual da sociedade palestina/israelense através de charges e ilustrações do artista palestino Abed Abdi (1972-1982). 2016. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

20. PEREIRA PRAZERES, T.S. *A Religião no Conflito entre Israel e Palestina no Contexto da Criação do Estado Judaico: Aspectos Históricos (1896-1948)*. 2016. Dissertação de Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

Estados Unidos

Total: 19

1. FELDBERG, S. *Estados Unidos da América e Israel: uma aliança em questão*. 2004. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
2. EBRAICO, P.R.B.M. *American geopolitical options: the case of Persian Gulf*. 2005. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
3. FUSER, I. *O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-dois mil e três)*. 2005. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2005.
- 4 GALLO, R.M. *Política externa e ideologia: a contradição entre a missão civilizatória estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos*. 2007. Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
5. DUQUE, M.G. *A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque*. 2008. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
6. MAGALHÃES, D.A. *Os Think Tanks norte-americanos e a reconstrução do Iraque: divergências e convergências entre liberais e neoconservadores*. 2008. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2008.

7. JORGE, B.W.G.A. *As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão*. 2009. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2009.
8. OLIVEIRA, M.M.M. *Os sentidos da violência: uma leitura dos discursos sobre a guerra entre EUA e Iraque*. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
9. SARAIVA, R.M. *Legítima defesa ou represália? O uso da força no conflito armado de 2001 no Afeganistão*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
10. NEVES, A.L.V. *Governo George Walker Bush (2001-2004): uma análise geopolítica das guerras do Afeganistão e do Iraque*. 2010. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
11. TEIXEIRA, U. T. *Tradição liberal e exportação de democracia na era Bush*. 2010. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
12. ROSA, W.T.L. *As normas multilaterais para o combate ao terrorismo: uma análise das políticas dos EUA no pós 11 de setembro e sua recepção nos espaços decisórios da ONU*. 2011. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Campinas, 2011.
13. ALARCON, Danillo. *Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Dura*. 2012. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
14. LEITE, L.A.B. *A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria*. 2013. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Marília, 2013.
15. RIBEIRO, M.M.L.A. *Desafios ao processo de institucionalização das intervenções humanitárias no pós-guerra fria: as consequências da Invasão dos Estados Unidos no Iraque (2003)*. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.
16. BONFIM, M.G. *A guerra do Iraque: história oficial e oficiosa*. 2014. Dissertação de Mestrado – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
17. FÁVERO, F.A. *Um balanço entre o multilateralismo e o unilateralismo na política externa dos EUA no caso da guerra contra o Iraque em 2003*. 2014.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.

18. MOTTA, B.V.C. *Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda Guerra do Iraque*. 2014. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2014.
19. PINTO, L.V. *O The American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) e sua influência na política externa dos Estados Unidos*. 2015. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2015.

Política externa brasileira

Total: 16

1. CÂMARA, G.M. *He the emperor? He does not look like a king at all: some points about Pedro de Alcântara as an intellectual and his travels to the lands of the Nile*. 2005. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
2. PREISS, J.L.S. *América do Sul e Oriente Médio sob influências internacionais através de um estudo de caso: as relações Brasil-Iraque (1964 a 1991)*. 2006. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
3. FARES, S. T. *O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007*. 2007. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
4. TRAUMANN, A.P. *A diplomacia dos petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973-1985)*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Assis), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.
5. GONZAGA, A.L. *A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951*. 2008. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Assis),

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2008.

6. PILLA, B. *O posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993-2005)*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
7. GOLDFELD, M.S. *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919)*. 2012. Tese de Doutorado – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
8. HOLAND, C.A.R. *A política externa do governo Lula (2003-2010) para o Oriente Médio: precedentes, avanços e retomadas*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
9. PREISS, J.L.S. *Brasil e Argentina no Oriente Médio: do pós-segunda guerra mundial ao final da guerra fria*. 2013. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
10. TRAUMANN, A.R. *Os militares e os Aiatolás*. 2013. Tese de Doutorado – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
11. RIEDIGER, B.F. *Política externa brasileira para o mundo árabe: uma análise dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013)*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
12. NOTARI, M. H. A. *Os papéis projetados pela política externa brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010)*. 2015. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
13. SANTOS, D.G. *O Oriente médio na política externa do Governo Lula (2003-2010)*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.
14. SILVEIRA, I.L. *O Oriente Médio na política externa brasileira desde 2003: relações do Brasil com Irã, Egito e Turquia*. 2015. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
15. MORAES, M.P. *Israel e Palestina sob a perspectiva brasileira: política externa e realinhamentos árabes e judaicos*. 2016. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, São Paulo, 2016.

16. RIZZO, A.D.G., *Entre o desenvolvimento e a segurança: cooperação Sul-Sul entre Brasil e Líbia nos governos Lula e Dilma*. 2015. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Israel

Total: 15

1. TOPEL, M.F. *Uma tradição milenar, uma ciência moderna: a antropologia israelense, autores e leitores*. 1996. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
2. CLEMESHA, A.E. *Marxismo e Judaísmo*. História de uma relação difícil. 1998. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
3. FINGUERMAN, A. *A eleição de Israel*. Um estudo histórico comparado sobre a doutrina do povo eleito. 1999. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
4. SCHVARTZMAN, G.S. *Abrindo A Caixa Preta: uma leitura da sociedade israelense na década de 70*. 2000. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
5. OLIVEIRA, L.O.C. *A trajetória sefardita em O Sr. Máni, de A. B. Yehoshua - considerações sobre a identidade judaico-israelense* 2001. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
6. CLEMESHA, A.E. *A esquerda, o holocausto e o surgimento do estado de Israel (1938-1950)*. 2003. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
7. BARTEL, C.E. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)*. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

8. SCHVARTZMAN, G.S. *A montanha azul de Meir Shalev: uma leitura pós-sionista da sociedade israelense*. 2006. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
9. LANDA, D. *O judaísmo em Philip Roth: um conceito às avessas*. 2010. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
10. SARUE, S.M. *Janusz Korczak diante do sionismo*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
11. SCHLESINGER, J.P. *Conflitos identitários do árabe israelense: Aravim Rokdim de Sayed Kashua*. 2011. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
12. SILVA, L. L. S. *A cooperação jordaniana-israelense referente aos recursos hídricos da Bacia do Rio Jordão a partir da perspectiva dos jogos em múltiplas arenas*. 2011. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
13. WIAZOVSKI, T. *Cultura em Comentário: uma revista de cultura e resistência (1960 - 1973)*. 2011. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
14. JORGE, L.N.L. *Rua de mão única: uma leitura do romance Passado Contínuo de Yaakov Shabtai*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
15. RUWEL, S.G. *Processo de institucionalização da atividade de inteligência prisional: um estudo de caso sobre Israel*. 2015. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Dinâmicas regionais e conflitos internacionais

Total: 13

1. SILVA, E.A.C. *Formação Territorial do Oriente Médio: A Gênese das Fronteiri-*

- ras (1878-1945). Breve Ensaio de Geografia Política - Uma Reconstituição Bibliográfica. 2000. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
2. FERABOLLI, S. A *(Des)construção da grande nação árabe: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no mundo árabe*. 2005. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
 3. VICENZI, R.A.N. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. 2005. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
 4. BAGHDADI, T.C. *International treatment about the Iranian Nuclear Program dispute and the construction of representations in IAEA*. 2009. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
 5. CASTRO, F.E.P. *O conselho de segurança e a questão iraquiana*. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.
 6. BARRETO, R.Z. *O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e sua relação com os Estados muçulmanos*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
 7. LIAN, G.S. *A rede de televisão árabe Al Jazeera: crescimento e relevância no contexto local e internacional*. 2013. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
 8. METZGER, F. *Egito e Turquia no século XXI: democracia liberal ou governo misto?*. 2013. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
 9. OLIVEIRA, J.P.F. *O Conselho de Cooperação do Golfo e sua atuação na manutenção do status quo na Primavera Árabe*. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
 10. CARPIO, D.F.S.V.D. *A responsabilidade de proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas: uma análise dos argumentos apresentados no caso da intervenção humanitária na Líbia e o reflexo no caso sírio no período 2011-2012*. 2014. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

polis, 2014.

11. LIMA, T.L.D. *O Processo de transição de regime no Egito e na Tunísia*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
12. PAVANELLO, E.M. *A aplicação das condições dos parâmetros de zonas de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados: estudo de possibilidades e reflexos no caso da Síria*. 2014. Dissertação de Mestrado – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
13. PEREIRA, A.E. *Arábia Saudita e a liga dos estados árabes: uma análise sobre a relação entre ações de combate ao terrorismo, elaboradas pelo governo Saudita e as propostas pela organização*. 2014. Dissertação de Mestrado – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Questões de gênero

Total: 11

1. VENCHI, M. *A sedução interrompida: sexualidade e poder em poder em narrativas árabe-muçulmanas sobre a circuncisão feminina*. 2006. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
2. SOARES, M.J.O. *Erótica sem véu: o corpóreo-sexual na sociedade árabe -islâmica clássica (século XII - XIII)*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
3. CHAGAS, G.F. *Sufismo, carisma e moralidade: uma etnografia do ramo feminino da tariqa Naqshbandiyya-Kuftariyya em Damasco, Síria*. 2011. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
4. SZLAK, B.J. *Teu desejo será para teu marido e ele te dominará: a representação da mulher ortodoxa no cinema israelense contemporâneo*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

5. AGUIAR, M.L.C. *Diaspora and gender relations in Laila Halaby's West of the Jordan*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
6. BARROS, L.D. “*Ya habibi*”: crise-de-vida, afeto e reconfiguração do “self religioso” na conversão de mulheres ao islã, na Mesquita da Luz. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
7. LIMA, V.C. *Mulheres e islamismo: os casos do Egito e da Turquia*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
8. RODRIGUES, B.S. *Mulheres muçulmanas que vivem no Brasil: desafios para práticas de saúde culturalmente sensíveis*. 2013. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
9. SILVA, D.A. *A mulher muçulmana: uma visão panorâmica de Meca a São Paulo*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
10. SLENES, R.F. *Negociação de sentidos: violência e direitos da mulher na prática de ONGs em Marrocos*. 2014. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
11. LIMA, K.C.O. *Assistência de saúde às mulheres muçulmanas no Brasil: uma análise da relação entre o sistema religioso islâmico e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. 2016. Dissertação de Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

Irã

Total: 10

1. MELEIRO, A. *O Novo Cinema Iraniano. Um Estudo de Política Cultural*. 2004. Tese de Doutorado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

2. ARRIAGA, M.C.L. *“Noites não mencionadas: um olhar para o gosto de cereja.”* 2005. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
3. CHEREM, Y.A. *Islã, legitimidade e cultura política: o movimento estudantil no Irã durante o período Khatami (1997-2005)”*. 2006. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
4. GAULAND, A.P. *A propaganda política do islamismo xiita: revolução islâmica do Irã; 1978-1989.* 2007. Tese de Doutorado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
5. GOMES, E.T. *A revolução iraniana na perspectiva de Khomeini: representações e paradigmas de um governo islâmico xiita (1979-1989).* 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
6. COSTA, R.J. *A influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX: o wilayat al-faqih e o pragmatismo dos aiatolás como inviabilizadores na expansão da revolução Iraniana.* 2013. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
7. LEBEDEFF, T.B. *“Onde está o voto deles?”: ciberativismo e difusão de poder nas eleições presidenciais no Irã em 2009.* 2013. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
8. BRUNO, B.M. *Espiritualidade política no governo de Khomeini: o sistema político do Irã após a revolução de 1979.* 2014. Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
9. AMARAL, A.M. *A representação da mulher em O Círculo de Jafar Panahi: o Irã, o Islã e o cinema (1979-2001).* 2015. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
10. PELEGRINI, M.A. *Michel Foucault e a revolução iraniana.* 2015. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Islamismo político

Total: 8

1. VICENZI, R.A.N. *Percepções sobre a Islamização da Política*. 2001. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
2. AMORIM, A. S. *A globalização do radicalismo islâmico: um estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações*. 2008. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
3. METZGER, F. *Pluralismo X radicalismo. A integração do islã político em algumas sociedades muçumanas: os casos de Egito, Turquia e Argélia*. 2008. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
4. CHEREM, Y.A. *A crença, a lei, a guerra: uma análise do pensamento de 'Isâm Muhammad Tâhir al-Barqâwî*. 2010. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
5. JÚNIOR, E.J.N. *Morrer pelo paraíso: o terrorismo internacional na Caxemira: entre a guerra por procuração e o Jihadismo instrumental: 1989-2009*. 2010. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
6. CHAVES, L. H. *Caso Rushdie: uma análise da relação entre islamismo e direitos humanos*. 2011. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.
7. SOUZA, B.M. *A construção do conceito de inimigo nos discursos de Osama Bin Laden no período de 1996 a 2004*. 2012. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
8. SOUZA, M.P. *A relação entre a violência do Hamas e a interpretação do Corão*. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

Economia e comércio

Total: 6

1. VIEGAS, T.O.C. *Petrodólares e industrialização: o caso da indústria siderúrgica do Oriente Médio*. 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008
2. VIÉGAS, J.R.R. *A internacionalização privada na onda estatizante: as relações público-privadas na internacionalização das empreiteiras brasileiras entre 1974-1979*. 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
3. SEIDLER, P. P. B. *Exportações brasileiras de carne bovina para o mundo muçulmano do Oriente Médio e Norte da África: perfil das transações comerciais e principais características do campo organizacional*. 2012. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
4. APSAN, M. *Fatores de apoio ao empreendedorismo: um estudo comparativo entre Israel e o Brasil*. 2014. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
5. BRIGANT, P.L. *Brazil and Turkey, a comparative analysis of both countries' economic development and institutional design from the Great Depression to the early 21st century*. 2014. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
6. NGUYEN, K.T. *How resource rich countries attract foreign direct investments: a study of Western Asian countries and strategies of industrialization and diversification*. 2015. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

Líbano

Total: 6

1. COSTA, R.J. *O islamismo e suas implicações no processo democrático libanês*” 2006. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
2. PIRES, M.K. *A tradução cultural em romances históricos: análise compara-*

tiva entre Léon, l'Africain, de Amin Maalouf, e A Incrível e Fascinante História do Capitão Mouró, de Georges Bourdoukan. 2009. Tese de Doutorado – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

3. KARAM, C.C. *Da revolução política ao reformismo socioeconômico: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano do pós-guerra civil (1992-2006)*. 2010. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
4. MAALOUF, R.P. *Geoestratégias em confronto no Líbano em guerra (1975-90)*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
5. SAHD, F.B. *Antoun Saadeh e o Partido Nacionalista Social Sírio: um projeto nacional (1932-1945)*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
6. JÚNIOR, J.A.D. *O Líbano e o nacionalismo árabe (1952-1967): o nasserismo como projeto para o mundo árabe e o seu impacto no Líbano*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Turquia

Total: 5

1. GUIMARÃIS, T.M.S. *Turquia: potência regional?*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
2. CORRÊA, J.A.S. *Estado de Direito Laico e os direitos fundamentais: uma abordagem do Islã frente a Laicização Turca*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
3. REIS, C.F.O. *O processo de adesão da Turquia na União Européia: análise sobre a evolução da proteção aos direitos humanos no direito turco como determinante da integração*. 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

4. ALENCAR, A.O. *Islã político e mobilização social na República da Turquia: uma análise discursiva*. 2014. Dissertação de Mestrado – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
5. LEÃES, R.F. *A política externa turca entre o ocaso das forças armadas e a ascensão dos religiosos*. 2015. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Europa

Total: 3

1. MACHADO, P.H.B.B. *Visões do islã europeu: uma análise do debate intelectual sobre a presença muçulmana na França*. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
2. SAMPAIO, D.P. *Muçulmanos na França: formação de uma minoria e desafios para sua integração*. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
3. ANDRADE, C.S.M. *Direitos humanos, imigração e diversidade: um estudo de caso sobre o uso do véu na França*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Egito

Total: 3

1. CASTRO, I.C.S. *Do Islã à política: a expansão da sociedade dos irmãos muçulmanos no Egito (1936-1949)*. 2014. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
2. SOARES, L.G.C. *Se tivéssemos armas: duas estratégias narrativas diante*

da libertação nacional no Egito. 2015. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

3. LIMA, J.A.G.G.V. *A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e seu impacto na política externa egípcia*. 2015. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2015.

Síria

Total: 2

1. COSTA, R.P. *Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso*. 2016. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
2. MOHAMMED, Y. *O nacionalismo árabe e o Partido Baath: uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar Al-Assad (2000-2010)*. 2016. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Sociedade civil

Total: 2

1. BAZZAN, D. *Primavera árabe: a força da disseminação da informação pelo meio digital e sua forma de construção de sentido*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
2. VIEIRA, V.P.P. *Os efeitos da comunicação digital na dinâmica do ativismo transnacional contemporâneo: um estudo sobre a Al-Qaeda, Wikileaks e Primavera Árabe*. 2016. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Sobre os autores

Álvaro de Vasconcelos

Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra, pesquisador associado da *Arab Reform Initiative*, e professor convidado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (2014-2015). Foi Diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia/EUISS (2007-2012) e do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) de Lisboa, desde a sua fundação, em 1980, até 2007. No IEEI foi responsável pela criação de diversas redes internacionais, como o Fórum Euro-Latino-Americano e o EuroMeSCo. Colunista regular na imprensa portuguesa e internacional, coordenou e editou o relatório que o EUISS produziu para a União Europeia intitulado *Global Trends 2030 – Citizens in an Interconnected and Polycentric World*. Autor do livro *As Vozes da Diferença – A Vaga Democrática Árabe* (2012) e condador e editor do livro *Tendências Globais 2030: Os Futuros de Portugal* (2017). Álvaro de Vasconcelos é Cavaleiro da Ordem da Legião de Honra (França) e Comendador da Ordem do Rio Branco (Brasil).

Arlene Clemesha

Professora Dr^a. de História Árabe do Curso de Árabe do Departamento de Letras Orientais (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Comentarista no *Jornal da Cultura* desde 2011. Atuou como representante da sociedade civil brasileira na *United Nations International Coordinating Network for Palestine* e na direção do Centro de Estudos Árabes da USP. Criou e dirigiu a mostra de cinema *Images from the East*, em conjunto com o centro de cinema iraniano DEFC e no âmbito do Instituto de Cultura Árabe, Brasil. Suas pesquisas estão centradas na história e historiografia árabe, história da palestina moderna, questão judaica, e Oriente Médio contemporâneo, além das relações Brasil - Oriente Médio.

Bruno Camponês do Brasil

Formado em Direito pela PUC/SP, Mestre em Relações Internacionais pelo IRI/USP e pesquisador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da USP.

Cecilia Baeza

Professora de Relações Internacionais na PUC-SP e FGV. Foi Pesquisadora pós-doutora (bolsista do CNPq) no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) entre 2011 e 2013, e professora associada na *Sciences Po Paris* entre 2003 e 2009, onde concluiu seu Doutorado em Relações Internacionais em 2010. Suas pesquisas investigam a redefinição das políticas externas sul-americanas em relação à questão palestina a partir do início da década de 2000, com enfoque no Brasil. Cecília também analisa o papel das diásporas árabes, através das suas mobilizações e redes de influência. Ela é cofundadora da Rede de pesquisa Interdisciplinar sobre o Mundo Árabe e a América latina (RIMAAL) e Coordenadora do Grupo de Trabalho América Latina - Oriente Médio da CLACSO (2016-2019).

Feliciano de Sá Guimarães

Doutor em Ciência Política pela USP (2006-2010), Pesquisador Visitante em Ciência Política pela *Yale University* (2008-2009), Mestre em Relações Internacionais pela UNICAMP (Programa San Tiago Dantas 2003-2005). É professor do Instituto de Relações Internacionais da USP. É professor das disciplinas de Teorias das Relações Internacionais na Graduação e Metodologia Qualitativa aplicada às Relações Internacionais na Pós-Graduação.

Geraldo Campos

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Filosofia na FFLCH-USP. Foi Diretor do Instituto de Cultura Árabe de São Paulo (Icarabe) entre 2013 e 2015. Curador e Diretor da Mostra Mundo Árabe de Cinema. Curador Musical da Biblioteca Mário de Andrade. Co-organizador do livro *Democracia Participativa e Redistribuição: análise de experiências de Orçamento Participativo no Brasil* (São Paulo: Editora Xamã, 2008) e coautor do livro *No olho do furacão: Repensando o futuro da esquerda*, com Hilary Wainwright (São Paulo: Editora Xamã, 2006). Foi coordenador de Relações Internacionais do Orçamento Participativo de São Paulo (2002-2004). *Fellow* do *Salzburg Seminar* na sessão *Immigration and Inclusion: Rethinking National Identity* (2007). Coordenou o projeto *Immigrant Labor in the sweatshops in São Paulo* (2007-2010), baseado em uma investigação sobre a dinâmica migratória e exploração da mão de obra boliviana no setor têxtil em São Paulo e o projeto *Cartografias do Futuro*, focado nas relações de participantes dos movimentos políticos pós-2011, em mais de 20 países, com o processo do Fórum Social Mundial,

em 2013.

Hussein Kalout

É atualmente secretário-especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. É cientista político e professor de Relações Internacionais, pesquisador da Universidade Harvard, onde integra o *Belfer Center for Science and International Affairs* da *Harvard Kennedy School of Government*. É também membro do Conselho Consultivo da *Harvard International Review* e conselheiro Sênior do *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*, em Washington-DC.

Letícia Mongelli

Graduada em Relações Internacionais no IRI-USP e mestranda em Relações Internacionais no IRI-USP.

Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari

Professor Titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), é Diretor do IRI-USP desde 2014. Graduado em Direito (1981) pela Faculdade de Direito (FD) da USP e em Administração de Empresas (1984) pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), obteve os títulos de Mestre (1992), Doutor (1999) e Livre-Docente (2009) em Direito Internacional na FD-USP. Desde 2002 é professor na USP, tendo ingressado na FD e se transferido, em 2013, para o IRI, em decorrência da aprovação em concurso para Professor Titular. Exerce na USP, entre outras atribuições, as funções de diretor do IRI, coordenador do Centro Ibero-americano (CIBA-USP) e membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH-USP). Com intensa atividade pública no Brasil e no exterior, exerceu mandatos parlamentares entre 1989 e 1999. De 2004 a 2008, foi juiz e presidente do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De 2013 a 2014, foi membro e coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Atualmente, é membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Autor de livros e artigos nas áreas de Direito Internacional e Relações Internacionais, desenvolve atividades de pesquisa relacionadas à evolução do Direito Internacional no contexto do processo de globalização e na perspectiva da configuração de mecanismos de governança internacional.